U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

CICLO DE ESTUDOS

Corações de Sobra

Os voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais (1936-1939)

Duarte Costa Viana

Setembro

2026



Duarte Costa Viana

Corações de sobra:
Os voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais (1936-1939)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Sílvia Adriana Barbosa Correia

e pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano

2025/2026

Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

À Beatriz que vale mais do que mil Brigadas

Sumário

Declaração de honra.....6
Agradecimentos.....7
Resumo.....9
Abstract 10
Índice de Tabelas.....11
Índice de Gráficos.....12
Lista de abreviaturas e siglas.....13
Introdução.....14
1. “Se me queres escrever”.....29
1.1. Perfil Sociológico.....35
1.1.1. Idade e estado civil.....35
1.1.2. Brigadas de emigrantes.....38
1.1.3. A emigração portuguesa e as Brigadas Internacionais.....40
1.1.4. “É na fábrica, no campo e na mina que se criará o verdadeiro exército”: situação socioprofissional dos brigadistas portugueses.....48
1.2. “Causa comum de toda a humanidade avançada e progressista”: recrutamento e perfil político dos brigadistas portugueses.....53
1.2.1. O recrutamento de voluntários.....54
1.2.2. Composição política.....57
1.3. “Já sabes o meu paradeiro”.....61
2. “Mãe eu vou para a frente”.....68
2.1. Emigrantes em Espanha.....71
2.2. Emigrar ou fugir para França.....78
2.2.1. Fuga para França 79
2.2.2. Trabalhadores em França.....81
2.2.3. Rumo às Brigadas?.....84
2.3. Emigrantes nas Américas.....87
2.4. Cruzar a fronteira.....89

2.5. “Para as linhas de fogo” 92
3. “Lutamos contra mouros, mercenários e fascistas”.....100
3.1. Perfil militar.....102
3.1.1. Permanência na frente de combate.....104
3.1.2. Patentes e funções 104
3.1.3. Unidades militares.....107
3.2. A repressão dos voluntários: o caso salazarista e franquista.....110
3.2.1. “Contrabando em Flagrante delito”: um estudo de caso.....115
3.3. O ideário dos brigadistas portugueses.....117
3.3.1. Frentismo, internacionalismo e patriotismo?.....119
3.3.2. Fascismo e antifascismo ou a impossibilidade de regresso.....126
3.4. “Ay Carmela”.....133
Conclusão 136
Referências Bibliográficas.....141
Apêndices.....149
Apêndice 1.....149
Apêndice 2.....154
Apêndice 3.....158
Apêndice 4.....159

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que apresente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this thesis/dissertation/report is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this thesis/dissertation/report, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex to this work.

Porto, 7 de setembro de 2026

Duarte Costa Viana

Agradecimentos

A redação desta dissertação, como a de todas as outras do Mestrado em História Contemporânea, decorreu no espaço de um ano. Contudo, a sua formulação e reformulação decorreram ao longo de pelo menos dois anos de reflexão acerca do tema da participação portuguesa na Guerra Civil de Espanha. Foram dois anos em que amigos, familiares, colegas, orientadores e camaradas, das várias cidades do Minho ao Tejo, com mais ou menos paciência, me ouviram perder-me consecutivamente nas economias morais das Brigadas, nos patriotismos de esquerda e nos antifascismos populares. Como tal, a forma como esta dissertação foi redigida deve-se também a eles.

Gostaria de agradecer às instituições arquivísticas da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, do Arquivo Distrital de Viana do Castelo e da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, sem as quais o acesso aos brigadistas teria sido impossível e esta investigação impraticável. Cabe igualmente aqui um agradecimento ao corpo docente do Mestrado em História Contemporânea, que contribuiu para a minha formação académica. À Stand4Good, que, através do seu apoio financeiro, tornou materialmente possível a elaboração desta dissertação, sem o qual não teria sido possível prosseguir a via da investigação.

Aos meus orientadores: Sílvia Correia, com quem partilho a terra de origem, o Alto Minho, e Manuel, também ele um amigo com quem nunca se esgotam as discussões entre a militância e a história da Guerra Civil, que nos separa e nos une. A ambos pela paciência das leituras e das correções, pela confiança para a elaboração do que me propus, e pela autonomia que me concederam para tal.

À minha família, que, de forma indireta, me ensinou que a luta de classes é das mais silenciosas e que os repertórios que a acompanham são também eles ambivalentes e contraditórios por natureza. Assim, à Joana e ao Paulo, bem como aos meus avós, tios e primos, que os encarnam de forma quotidiana e sem os quais eu não estaria capacitado para traduzir a experiência dos brigadistas internacionais portugueses.

Naturalmente, aos meus amigos, a quem um agradecimento individual implicaria uma nova “dissertação”. De Viana do Castelo: Inês, Afonso, Fabrice, Vieira,

Bárbara e Paulo (que se encontra, como os brigadistas, a viver fora do país); de Madrid: Sofi, Daniel e Juanan, que me ensinaram as batalhas e os bairros da frente Centro onde a Guerra Civil espanhola se escreveu; do Porto e outras bandas, com quem a militância e a amizade me atribuíram uma nova linguagem: Misael, Nery, Gabriel, Leonor (que reviu o texto final!), Diogo, Armando, Inês, Guilherme, Luzia, Soeiro, Bismarck, Anibal e Sebastien. Também à Bruna, que me ouviu falar sobre brigadistas quase diariamente, com uma paciência incólume. E àqueles que, em consequência das nossas diferenças, seguiram outro rumo, mas estabeleceram o substrato daquilo que sou hoje: Eduardo, Rafaela e José Pedro. Aos meus amigos se deve a disposição para o encontro, na partilha e na amizade, mas também para o confronto, na diferença, pois "nasceremos ainda trinta vezes, respirar da longa apneia, carregar violentamente e violentamente enfrentar o pouco que nos passa pelas mãos: pão, flores, paralelos" (LC, 2025).

Por fim, e a quem dedico esta investigação, à Beatriz, minha irmã, porque, sem o saber, cada linha escrita sobre uma marcha das Brigadas ou sobre uma formação miliciana foi igualmente escrita por ela. Como escreveu Stig Dagerman em meados do século passado, "em Espanha estava-se a lutar pelo que se lutava, e ele participava de alguma maneira. As bandeiras eram agora por Espanha, e todas as canções". Mas também por ela, por aqueles que acompanharam o meu trajeto e pelos que, nas várias partes do mundo, continuam oprimidos pelo novo avanço do fascismo, na Palestina, onde o genocídio decorre há quase três anos. No fundo, por todos aqueles a quem ainda lhes sobra coração.

Resumo

O presente trabalho visa analisar a participação de voluntários portugueses na Guerra de Espanha (1936-1939), através da mobilização de uma amostra de 80 brigadistas internacionais documentados, 73 dos quais acompanhados de informação suficiente para elaborar os respetivos perfis. Partindo de um conjunto de fontes — repressão, correspondência e memórias de exilados, documentação diplomática e, sobretudo, questionários realizados pelas Brigadas Internacionais e pelo Partido Comunista de Espanha (PCE) — reconstruíram-se os perfis sociológicos, as práticas políticas e o discurso comum aos brigadistas portugueses. A investigação inscreve-se num quadro interpretativo que articula mobilização antifascista transnacional, culturas operárias do entre-guerras e dinâmicas sociais e políticas do cenário português dos anos 1930, procurando superar as leituras dicotómicas da historiografia que, desde os anos 1980, classificam os portugueses que combateram em Espanha como "exilados políticos" ou "emigrantes económicos". Neste sentido, a mobilização dos brigadistas portugueses derivou, em primeiro lugar, da emigração marcada pela desterritorialização e pela circulação transnacional, e, em segundo lugar, pelo contacto com sociabilidades sindicais e políticas em Portugal, mas sobretudo em Espanha, França, Norte de África e Américas. Durante o conflito, observa-se a adoção de uma semântica comum, vinculada ao PCE, mas também a emergência de uma pátria internacionalista inscrita no contexto de uma *Guerra Civil Europeia*. Assim, a guerra funcionou como espaço de síntese entre experiências migratórias do entre-guerras, práticas de resistência e culturas operárias, moldando processos de politização que inscrevem a participação dos brigadistas portugueses. Na interseção entre as Brigadas Internacionais e a participação portuguesa está implicada a compreensão de um conjunto de sujeitos, das suas trajetórias, redes, experiências e práticas que configuraram uma cultura política própria.

Palavras-chave: emigração, antifascismo, Brigadas Internacionais, Guerra Civil de Espanha

Abstract

The present study aims to analyse the participation of Portuguese volunteers in the Spanish Civil War (1936–1939), through the mobilisation of a sample of 80 documented international brigadistas, 73 of whom are accompanied by sufficient information to construct their respective profiles. Drawing on a diverse set of sources — repression records, correspondence and memoirs of exiles, diplomatic documentation and, above all, questionnaires produced by the International Brigades and the Communist Party of Spain — the sociological profiles, political practices and shared discourse of Portuguese *brigadistas* were reconstructed. The investigation is framed within an interpretative model that articulates transnational antifascist mobilization, interwar working-class cultures and the social and political dynamics of the Portuguese context in the 1930s, seeking to move beyond the historiographical dichotomy which, since the 1980s, has classified the Portuguese who fought in Spain as either political exiles or economic migrants. In this sense, the mobilization of Portuguese *brigadistas* stemmed, first, from migration marked by deterritorialization and transnational circulation, and second, from contact with trade-union and political sociabilities in Portugal, but above all in Spain, France, North Africa and the Americas. During the conflict, one observes the adoption of a shared semantic framework linked to the Communist Party os Spain, as well as the emergence of an internationalist homeland inscribed within the broader context of a European Civil War. Thus, the war functioned as a space of synthesis between interwar migratory experiences, practices of resistance and working-class cultures, shaping processes of politicization that frame the participation of Portuguese *brigadistas*. At the intersection between the International Brigades and Portuguese participation lies the need to understand a constellation of individuals, their trajectories, networks, experiences, and practices, which together configured a distinct political culture.

Key-words: emigration, anti-fascism, International Brigades, Spanish Civil War.

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos brigadistas por grupos etários.....35

Tabela 2 – Países de procedência dos brigadistas internacionais portugueses.....40

Tabela 3 – Idiomas dominados pelos brigadistas internacionais portugueses 48

Tabela 4 – Atividades socioprofissionais exercidas pelos brigadistas portugueses.....49

Tabela 5 – Ramos de atividade e profissões ligados ao trabalho de produção 52

Tabela 6 – Composição política dos brigadistas portugueses.....60

Tabela 7 – Sindicato e composição política dos membros das Brigadas Internacionais que eram imigrantes portugueses em Espanha.....74

Tabela 8 – Sindicato e organizações integradas pelos imigrantes em França.....79

Tabela 9 – Patentes de brigadistas portugueses por brigada 106

Tabela 10 – Primeira unidade de recrutamento dos brigadistas internacionais portugueses 107

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- IDIOMAS DOMINADOS PELOS BRIGADISTAS PORTUGUESES.....47

GRÁFICO 2- DATA DE CHEGADA DE VOLUNTÁRIOS PORTUGUESES A ESPANHA IMIGRADOS EM FRANÇA.....85

GRÁFICO 2- PROCEDÊNCIA DOS PORTUGUESES POR BRIGADA.....109

Lista de abreviaturas e siglas

AAA	Ação Anticlerical Antifascista
AHS	Arquivo de História Social
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BMP	Bureau Militar Português
CEDA	Confederácion Española de Derechas Autónomas
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CGT	Confédération Générale du Travail
CGTU	Confédération Générale du Travail Unitaire
CNT	Confederación Nacional del Trabajo
FAI	Federación Anarquista Ibérica
FAPE	Federação Anarquista dos Portugueses Exilados
FBI	Fundo das Brigadas Internacionais
FPP	Frente Popular Portuguesa
OCPE	Organização dos Comunistas Portugueses em Espanha
PCE	Partido Comunista de España
PCF	Parti Communiste Français
PCP	Partido Comunista Português
PSUC	Partit Socialista Unificat de Cataluña
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UAPRE	União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha
UGT	Unión General de Trabajadores

Introdução

"A Rádio enviou-me para a Brigada Stojanov [sic], onde permaneci muito pouco tempo, uma vez que se formou o então Batalhão Português, para o qual me alistei. Como esse batalhão acabou por não se constituir, ingressamos na 4.ª Brigada Mista no início de março [de 1937], com a designação de secção portuguesa"[1]. Assim começa o testemunho atribuído a Américo Alves Graça, um dos voluntários portugueses a combater nas fileiras republicanas durante a Guerra Civil de Espanha. Apesar de se ter perdido o rasto desse batalhão e do que podia ter sido uma brigada e/ou batalhão de voluntários portugueses a combater pela República espanhola durante a Guerra Civil de Espanha, o testemunho de Américo informa o leitor da presença portuguesa no conflito e no fenómeno de mobilização que este suscitou à escala global. Mesmo assim, o papel dos voluntários portugueses foi frequentemente omitido ou desconhecido no debate historiográfico sobre as Brigadas Internacionais e, da mesma forma, raramente analisado na historiografia portuguesa.

A presente investigação propõe-se a identificar, categorizar e compreender um conjunto de sujeitos, práticas e ideias políticas referentes aos combatentes portugueses que de alguma forma se relacionaram com as Brigadas Internacionais, entre 1936 e 1939. Estas unidades servirão como amostra para, por um lado, entender a participação portuguesa no conflito e, por outro, relacioná-la com o fenómeno mais amplo dos processos do entre-guerras.

A partir desta proposta, procuramos perceber de que modo uma cultura política emergiria entre os voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais. Definimos três questões prévias às quais a investigação em curso procurará responder e que, de modo semelhante, estabeleceram a sua organização interna. Qual foi o perfil sociológico e político dos brigadistas portugueses? Quais os percursos mais comuns dos portugueses que integraram as Brigadas Internacionais até à Guerra de Espanha e durante o seu decurso? Até que ponto as Brigadas criaram ou não um discurso político no universo de brigadistas analisado?

[1] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Depoimento de Américo Alves Graça, sem data, p. 110.

Este estudo dividir-se-á em três capítulos que, por sua vez, remetem versos de canções populares da Guerra Civil de Espanha. O primeiro, intitulado "Se me queres escrever", visará definir o perfil sociológico e político do universo dos brigadistas portugueses: faixas etárias e situação matrimonial, ofícios e situação social, bem como procedência geográfica, composição política e redes de recrutamento. No segundo capítulo, designado "Mãe eu vou para a frente", proporemos reconstituir "tipos-ideais" de percursos coletivos no campo social, político e militar, definindo coletivamente os percursos mais comuns entre brigadistas portugueses desde o início do processo migratório até ao conflito. No terceiro capítulo, "Lutamos contra mouros, mercenários e fascistas", procurar-se-á detetar uma semântica comum nas fileiras de combatentes portugueses das Brigadas Internacionais.

Para este efeito, a leitura do fenómeno da participação portuguesa nas Brigadas Internacionais, bem como na Guerra de Espanha, não pode ser dissociada do modo como a historiografia enquadrou a compreensão da participação portuguesa no conflito. Desde os anos 1980, com a abertura dos arquivos, a produção historiográfica multiplicou-se em várias áreas disciplinares, organizando-se em torno de seis blocos temáticos: relações diplomáticas, política de fronteira, guerra na raia, memória raiana da guerra, reviralho[2] e exílio antifascista.

Graças aos trabalhos pioneiros de César Oliveira (1987) e Iva Delgado (1980), que revelaram o apoio logístico português aos sublevados e o papel dos voluntários conhecidos como *Viriatos*[3], foi possível contestar a história oficial do Estado Novo sobre a Guerra Civil espanhola. No marco da História política, Manuel Loff (2008) interpretou

[2] O termo Reviralho surgiu no proselitismo da Ditadura militar, instaurada após um golpe de Estado a 28 de maio de 1926, com sentido depreciativo. Designou um movimento contraditório, que se moveu num campo político por vezes antagónico, composto por um grupo de republicanos marginalizados desde 1926, onde predominaram, antigos ministros senadores, deputados, militares, governadores civis e altos funcionários da administração republicana (Farinha, 1999: 19-20). Entre 1927 e 1931, o reviralhismo foi responsável pela manutenção de um clima de "guerra civil intermitente" (Rosas, 2013) que dificultou e alongou, pelo uso de armas em diversas revoltas, o processo de institucionalização do Estado Novo, obrigando os seus dirigentes a conciliar-se com o republicanismo conservador (Farinha, 1999: 21).

[3] César Oliveira dedica também algumas páginas aos voluntários que combateram pela República, não fazendo, no entanto, um trabalho sistematizado.

a guerra como um momento de fascização do regime português. Segundo o autor, esse processo enquadrou-se na proposta de uma "Nova Ordem nazi-fascista", que provocou uma alteração significativa na política interna, sobretudo no domínio da repressão. Se, no campo diplomático, se verificou um maior alinhamento diplomático com as potências do Eixo, visível na ingerência no conflito espanhol a favor dos franquistas, sabemos também que o período entre 1936 e 1945 representou um aumento da atividade da polícia política portuguesa no âmbito da repressão interna. Em articulação com esta leitura, Aballe Vieira (2011) demonstrou que a Missão Militar de Observação em Espanha tinha como objetivo central apoiar Franco e controlar a informação relativa aos legionários portugueses, enquanto desviava tensões internas das direitas mais radicais organizadas na *Legião Portuguesa*.

A colaboração e a fascização do regime, como tal, não se circunscreveram a uma dinâmica diplomática e militar, mas estenderam-se ao domínio territorial através da repressão. A política de fronteira, analisada por Fábio Faria (2021), evidenciou o reforço das estruturas de controlo policial e legal da fronteira, dirigidas sobretudo contra refugiados espanhóis, vistos como elementos subversivos num período de institucionalização e consolidação do Estado Novo. Simultaneamente, nas regiões limítrofes, esta repressão conviveu com práticas de solidariedade popular, onde identidades locais e redes de contrabando frequentemente subverteram as diretrizes estatais. Estes comportamentos foram estudados por Godinho (2021), Simões (2009, 2016), Lanero Táboas (2009) e Rodríguez Gallardo (2008a, 2008b), que recorreram a conceitos como as "armas dos fracos" e a "economia moral" para caracterizar formas de resistência e solidariedade ao longo da raia luso-espanhola. Foi essa solidariedade constituída como uma prática anterior ao conflito, e submetida ao ciclo conjuntural da guerra civil, que permitiu a fuga de refugiados espanhóis para o território português através do auxílio das populações raianas no Baixo Alentejo (Simões, 2009, 2016) ou na região Norte do país (Godinho, 2021; Lanero Táboas et al., 2009).

Para além destas dinâmicas locais de solidariedade, o exílio português estruturou-se, segundo a historiografia portuguesa, em três sensibilidades políticas da oposição ao Estado Novo: republicanos, anarquistas e comunistas (Clímaco, 2016: 20).

Entre os republicanos exilados formaram-se diversos grupos de influência, inicialmente em Paris e, após a instauração da II República espanhola, em Madrid. A sua maioria participou ativamente no reviralhismo a partir de 1926. Apesar da diversidade de grupos criados no exílio, destacou-se, no contexto da Guerra Civil de Espanha, o Grupo de Madrid, conhecido como o Grupo dos *Budas*, fundado por Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto. Este grupo assumiu um papel central na interlocução do exílio português junto do governo da II República espanhola, tanto na denúncia da intervenção salazarista, como na organização militar de voluntários, fossem eles espanhóis ou portugueses (Farinha, 1998: 160-163). Figuras como César de Almeida, Oliveira Pio, Alexandrino dos Santos e Jaime de Morais desempenharam funções relevantes na estrutura militar republicana espanhola (Farinha, 1998; 1999). Após a derrota republicana, a maioria dos republicanos portugueses voltou a exilar-se em França, optando, depois da ocupação da França, pelo repatriamento na cronologia de 1939-40 (Farinha, 1998; 1999) ou pela integração na resistência francesa (Oliveira, 1987: 245).

Os anarquistas, cujas primeiras vagas de exílio remontam aos anos 1930 e à ilegalização dos sindicatos livres (1933), vaga essa que se acentuou a partir da greve revolucionária da Marinha Grande do 18 de Janeiro de 1934 (Freire, 1998: 198), desenvolveram uma militância dupla em Espanha. Integraram tanto estruturas de apoio ao exílio português criadas fora de Portugal, nomeadamente na Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE), como uma série de núcleos culturais formados ao longo de várias cidades espanholas. Além disso, integraram a central sindical anarco-sindicalista espanhola, a *Confederación Nacional del Trabajo (*CNT) e o seu braço político: a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) (Clímaco, 2017). A revolução espanhola, desencadeada após o golpe militar que inaugurou o conflito civil em 1936, foi interpretada por este setor, ainda que de forma não inteiramente homogénea entre os seus militantes, como um instrumento para derrubar o regime português. No pós-Guerra Civil e já em plena II Guerra Mundial (1939-1945), emergiram divergências internas entre os que defendiam um revisionismo libertário, entendendo a participação política institucional como uma via possível após as experiências frentistas de 1936, e os

que sustentavam um anti-colaboracionismo assente na rejeição da política institucional. Esta tensão marcou a reorganização do movimento libertário português em 1941 e contribuiu para o seu declínio enquanto cultura política hegemónica no movimento operário português (Guimarães, 2023: 116, 129).

O exílio comunista, mais tardio e numericamente mais reduzido devido à repressão (Freire, 1998: 177), atuou sobretudo através da Organização dos Comunistas Emigrados em Espanha (OCPE), concebida como extensão do Partido Comunista Português (PCP) no território espanhol (Clímaco, 2016: 341)[4]. Desenvolveu ações de propaganda e solidariedade, manteve representação no PCE e foi um dos principais responsáveis pela formação Frente Popular Portuguesa (FPP) (Clímaco, 2017; Farinha, 1999: 210). Destacou-se ainda na fundação da União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), da iniciativa de Armando Magalhães, em articulação com o Grupo dos *Budas* (Freire, 1998: 182).

Apesar dos avanços já alcançados nos estudos sobre o tema, parece-nos pertinente sugerir que persiste uma lacuna significativa: o conhecimento sistemático sobre os perfis, percursos e ideias políticas dos voluntários portugueses na Guerra de Espanha. Em nosso entender, importa considerar, em primeiro lugar, o que parte da historiografia internacional dedicada à mobilização antifascista tem vindo a sublinhar: o impacto da Guerra Fria e da consolidação dos dois blocos — comunista e capitalista — na obscuridade que envolveu, nos pós-guerra, o interesse pelos brigadistas internacionais. No bloco ocidental, estes voluntários foram frequentemente interpretados, à luz do período *macarthista* (1947-1959), como comunistas estritamente subordinados a uma direção moscovita e à Komintern. Paralelamente, na Europa Ocidental, privilegiou-se uma narrativa de reconstrução nacional nos pós-guerra, centrada nas experiências de resistência nacional ao nazismo e ao fascismo. No bloco de leste, por sua vez, o frentismo do VII Congresso da Internacional Comunista (1935) e a estratégia frentista que orientou a formação das frentes populares em Espanha e França, bem como a própria experiência da Guerra de Espanha, perderam centralidade

[4] Onde se destacaram nomes como Francisco Cachapuz, Pavel, Armando Correia Magalhães e Ludgero Pinto Basto.

no discurso oficial do estalinismo tardio (1948-1953). E assim, muitos brigadistas que se encontravam no bloco oriental foram, inclusive, punidos ou marginalizados do debate político (Skoutelsky, 1998, 2006; Kirschenbaum, 2015; Kruizinga, 2018; R. Gildea & I. Tames, 2020).

A nível nacional, parece igualmente relevante sugerir que a censura de obras de natureza antifascista publicadas em Portugal sobre a Espanha de Franco e a Guerra Civil contribuiu parcialmente para esta omissão em consonância com a produção de obras de cunho neossalazarista, ancoradas na narrativa da "Guerra de Libertação da Espanha" e da "cruzada para defender a civilização cristã ocidental" (Loff, 2008: 3).

Em terceiro lugar, importa notar que a historiografia portuguesa privilegiou determinadas figuras associadas à participação portuguesa na guerra civil. O estudo da resistência reviralhista e daqueles que, no exílio, prosseguiram a luta contra a ditadura em continuidade com as ações armadas de 1926 a 1936, acabou por concentrar grande parte da atenção historiográfica, contribuindo para a secundarização de outros perfis de voluntários.

Neste contexto, a tese que se tornou consensual na historiografia portuguesa acerca da participação de voluntários na guerra civil estruturou-se numa divisão dicotómica entre exilados políticos e a imigrantes económicos, sustentando que a presença destes estaria diluída nas milícias antifascistas ou no Exército Popular Republicano (Oliveira, 1987: 245-246). Com este quadro interpretativo, as teses assentam em dois pressupostos. O primeiro reside no lugar atribuído à integração sociocultural dos imigrantes ditos económicos ou laborais em Espanha, argumento utilizado para justificar a inexistência de uma brigada autónoma composta por portugueses. O segundo pressuposto procura explicar de que forma o conjunto de voluntários portugueses chegou a combater o fascismo no conflito de 1936-1939, como se a sua integração sociocultural se tratasse de uma reação espontânea e mecanicista que espoletou o seu voluntarismo.

Sobre a temática dos combatentes no conflito, a historiografia dedicada às Brigadas Internacionais e a História Social do conflito, com autores como Viñas (2015), Skoutelsky (1998; 2006) e Seidman (2002), ofereceu um quadro interpretativo para

enquadrar a participação portuguesa num fenómeno transnacional e nas dinâmicas sociais internas da guerra civil. A sublevação de julho de 1936 foi condição necessária, embora insuficiente, para explicar o prolongamento da guerra, que dependeu da não intervenção das democracias europeias e do apoio nazi-fascista aos sublevados. Foram estes fatores que concederam um cunho notadamente antifascista na mobilização de voluntários (Viñas, 2015). Se a guerra se desenrolou não apenas no território espanhol, mas teve também dimensão internacional, no campo diplomático, também o alistamento de voluntários — tanto pró-fascistas como antifascistas — foi um fenómeno de dimensão internacional ou, como corresponde nesta abordagem, transnacional. Por seu turno, é nesta dimensão transnacional da experiência antifascista que se inscreve a criação das unidades das Brigadas Internacionais, formadas em outubro de 1936.

Nesta linha de investigação, a obra de Skoutelsky analisou a formação e reestruturação das Brigadas Internacionais, com recurso pioneiro a arquivos soviéticos, procurando desfazer parte significativa da mitologia que as envolvia. E, por sua vez, Seidman (2002), partindo de uma perspetiva centrada no soldado raso — o combatente comum —, propôs que a vivência quotidiana na retaguarda, acompanhada pela escassez e pelo egoísmo, contribuíram para a desagregação da coesão no campo republicano.

Quanto aos números dos brigadistas portugueses, estes variam consoante os estudos, oscilando entre 134 (Skoutelsky, 2006: 169) e 200 (Tremlett, 2021), embora bases de dados recentes apontem para pelo menos cerca de 450[5], e a bibliografia portuguesa documente entre 500 (Oliveira, 1987) e 2000 combatentes pela República espanhola, dispersos no Exército Popular Republicano, milícias e Brigadas Internacionais (Gomes, 2000).

No que concerne ao corpo documental da investigação, mobilizou-se um leque alargado de fontes desde: a correspondência dos exilados em Espanha depositada no Arquivo Armando Cortesão, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A este conjunto de fontes agregou-se a informação proveniente do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), nomeadamente os relatórios da Polícia de Vigilância e Defesa do

[5] Base de dados do Sistema de informação digital sobre as Brigadas Internacionais. Link: https://sidbrint.ub.edu/.

Estado (PVDE). Entre estes, destacaram-se as informações do "homem de Valência", um informador que mantinha a polícia política ao corrente dos movimentos dos exilados portugueses, a correspondência enviada ao Ministério do Interior pelo cônsul de Badajoz e diversos relatórios produzidos entre 1932 e 1938 sobre a emigração portuguesa no período de 1936 a 1938. Com as fontes da repressão e da polícia política convergiram os diplomas legais relativos aos voluntários portugueses em Espanha: o decreto-lei n.º 27:529 (20 de fevereiro de 1937) e o artigo 2.º do decreto-lei n.º 30:484 (1 de junho de 1940).

O núcleo documental da investigação, no entanto, foi composto por três caixas referentes aos voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais, documentação arquivada nos "Arquivos de Moscovo" (Fundo 545) do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais (AHS/ICS). Apesar de as cópias existentes no ICS não serem completas, a documentação foi complementada pelo fundo 545 secção 6 do *Russian State Archive of Sociopolitical History* (RGASPI), acessível através da Komintern Library[6], onde se encontrava a documentação dos portugueses distribuída entre as caixas 814 e 828.

Estes fundos incluem questionários de desmobilização das Brigadas[7] e os questionários designados como "biografias de militantes" daqueles que integravam simultaneamente as Brigadas Internacionais e o PCE. Tendo em conta o tratamento arquivístico do AHS/ICS, organizado em conformidade com os nomes dos brigadistas, os questionários foram analisados como processos individuais que podiam conter a "biografia do militante", a ficha de desmobilização das Brigadas ou, em certos casos, ambos. Menos comum, mas igualmente relevante, era a inclusão, em alguns processos, de relatórios dos comissários políticos, nos quais se registaram a sua orientação política e a conduta de soldado e/ou militante durante o conflito.

[6] Arquivo Online da Komintern Library. Link: https://vfa.dlibrary.org/ .

[7] Data referente à retirada de voluntários internacionais por ordem de Juan Negrín, presidente do Governo da República, no contexto do pacto de não intervenção, na expectativa que esta iniciativa fosse seguida pelas chefias sublevadas (Beevor, 2005).

Os primeiros questionários, referentes à desmobilização das Brigadas Internacionais (apêndice 2), continham oitenta e quatro perguntas sobre a vida em Espanha e sobre opiniões políticas e militares. Para além da caracterização social dos voluntários, das batalhas, operações e frentes em que combateram, as brigadas integradas e outros aspetos de natureza social e militar, estes processos incluíam quatro questões de âmbito político: a aprendizagem política e militar que podia ser transposta para as organizações antifascistas do país de origem; os conhecimentos sobre os Treze Pontos do governo de União Nacional[8]; a opinião sobre a legitimidade e eficácia da política da Frente Popular em Espanha; e sobre a organização política e militar das Brigadas Internacionais.

Os segundos questionários, designados como "biografias de militantes" do PCE (apêndice 1), eram compostos por sessenta e cinco perguntas divididas em cinco módulos: o campo "pessoal"; o "desenvolvimento profissional"; a "vida sindical"; a "vida social"; e a "vida política" do militante.

A metodologia adotada para o tratamento das fontes e a obtenção de dados empíricos repousou numa análise de conteúdo, tanto dos questionários como da restante documentação. Simultaneamente, a documentação foi compilada em bases de dados para sistematizar, numa primeira fase, de forma genérica, o perfil dos brigadistas, e, numa segunda fase, estabelecer o caminho para as trajetórias mais comuns entre os brigadistas portugueses.

Tanto as opções metodológicas desta tese como a natureza das fontes mobilizadas, documentação da repressão, do regime, correspondência e materiais das Brigadas Internacionais e do PCE, nos quais o discurso do indivíduo surge política, social e culturalmente condicionado pela própria produção das fontes, impõe a necessidade de enquadramento teórico. É neste contexto que se recorre ao conceito de "cultura política", sobre o qual importa elaborar um debate e definição conceptual.

[8] Sobre os Treze Pontos do Governo de União Nacional, consultar o subcapítulo 3.3.

Enquadramento Teórico e Conceptual

Considerando o objetivo geral desta investigação, importa enquadrar o debate acerca do conceito de "cultura política". Só desse modo se compreendem as opções metodológicas adotadas e a própria organização dos capítulos da investigação.

Uma primeira definição de “cultura política” estabelece a sua correspondência com

> sets of symbols and meanings or styles of action that organize political claims making and opinion-forming, by individuals or collectivities. By culture, we mean patterns of publicly shared symbols, meanings, or styles of action which enable and constrain what people can say and do (Lichterman & Cefaï, 2006: 392).

Nesta aceção, o conceito remete, de forma genérica, para uma análise assente nas mediações culturais de onde emergem estratégias, identidades e solidariedades de ação política.

A introdução do conceito de “cultura política” nos meios científicos e académicos remonta a meados do século XX. Neste sentido, foi vasta a divulgação tanto como a conceptualização do termo, resultando na sua definição heterogénea nas ciências sociais e na historiografia, condicionando as orientações metodológicas da investigação. É precisamente nesse particularismo conceptual que nos detemos nas páginas seguintes.

Na década de 1950, baseado nas observações de Alexis de Tocqueville sobre o voluntarismo cívico nos EUA no século XIX, Louis Hartz desenvolveu a sua investigação sobre o liberalismo na América, momento em que se delinearam os primeiros contornos do conceito (Hartz, 1955 *apud* Lichterman & Cefaï, 2006: 394). No entanto, foi com a politologia americana, através dos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) sobre a *cultura cívica*, que o conceito se popularizou. Segundo a tese dos autores, a democracia e a sua manutenção estavam menos vinculadas às instituições do que a sentimentos e atitudes, estabelecendo a “cultura política” nos termos de cognição do sujeito (Lichterman & Cefaï, 2006: 395) e “definiéndola como el patrón particular de pautas de orientación hacia los objetos políticos en el que todo sistema político se

encuentra inserto, es decir como un fenómeno fácilmente aprehensible gracias a las encuestas de opinión, que para el propio Almond debían ser al análisis politológico lo que los microscopios a la biologia" (Rosano Alloza & Pérez Serrano, 2024: 328).

Estabelecendo o seu substrato teórico na teoria dos sistemas sociais de Talcott Parsons (Lichterman & Cefaï, 2006: 395), a proposta teórica de Verba e Almond constituiu um marco ambivalente sendo fortemente criticada por um amplo setor das ciências sociais. Empregues pelos politólogos americanos da escola "desenvolvimentista", as teses dos autores partiam da suposição de que, uma "cultura política" nacional associada a cada Estado, existia de forma apriorística transmitida por herança geracional. Pressupunha uma hierarquia qualitativa entre culturas políticas nacionais, "que levaria a libertar as vias da modernização, isto é, a alinhar as culturas políticas das diversas nações com as normas e os valores das democracias liberais do Ocidente, que se supõe representarem o modelo acabado da modernização das sociedades" (Bernstein, 1997: 353). Nesse sentido, a proposta era incapaz de captar a diversidade das culturas políticas contemporâneas, baseando-se numa versão estilizada e monolítica da(s) cultura(s) política(s).

Aberta a linha de investigação em torno do conceito, nos anos 80, a "cultura política" autonomizou-se através da reconceptualização do conceito de cultura presente nos trabalhos de Lacan, Lévi Strauss e Barthes (Smith 1998 *apud* Lichterman & Cefaï, 2006: 398). Nestas conceptualizações o conceito de cultura desenvolveu-se como uma estrutura ou um conjunto de estruturas com capacidade de dar sentido às atitudes individuais ou ao poder institucional (Lichterman & Cefaï, 2006: 398). Isto é, a "cultura política" emergiu como um modelo de ação: conjunto de referentes internalizados para localizar e definir situações sociais.

De forma coeva, historiadores que refletiam sobre a prática da História, como George Duby e Jacques Le Goff (Lichterman & Cefaï, 2006: 399), desenvolveram uma interpretação centrada nas estruturas culturais. É desta prática historiográfica que emerge a Nova História Política, situada na Escola dos *Annales*, e que teve em René Rémond (2003) um dos principais teóricos. A sua proposta entendia que o político — enquanto objeto de estudo — deveria ser analisado para além das instituições,

integrando representações, culturas e práticas sociais. Para Rémond (2003: 35-36), o político:

> tem características próprias que tornam inoperante toda a análise reducionista, ele [o político] também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, a toda a espécie de laços, a todos os outros aspetos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social [...]. Em consequência, a história política não poderia fechar-se sobre si mesma, nem regozijar-se na contemplação exclusiva do seu próprio objeto. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o económico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação.

A viragem na forma como era concebido o marco da história Política permitiu o desenvolvimento de novas teorizações acerca do conceito. Nos anos 90, o conceito foi reapropriado por autores da mesma escola, através da obra de Serge Bernstein (1999) e Jean-François Sirinelli (1998), definindo um leque de novas linhas de investigação. A "cultura política", segundo estes autores, era um conjunto de referentes coerentes, presentes dentro de um partido ou agrupamento político, ou mais amplamente difuso numa tradição política, cujos elementos se articulam estreitamente entre si, permitindo definir a identidade do indivíduo que se assume como uma entidade política (Bernstein, 1998: 390). Deste modo, a "cultura política" era entendida como um sistema de representações, valores, memórias, símbolos e práticas que estruturam a forma como os atores percebem o mundo político, orientam a sua ação e constroem sentidos de pertença. Sirinelli traduziu a "cultura política" como

> o resultado de uma alquimia complexa. As grandes ideologias são apenas um dos seus ingredientes e nela amalgamam-se também, nutrindo e explicitando por sua vez estes valores e estas crenças, uma memória específica, composta de datas chave, personagens relevantes e, neste caso, de textos canónicos, um vocabulário próprio e, também, uma sociabilidade particular, ritualizada ou não (Sirinelli, 1998: 30 -31).

Em síntese, a abordagem anterior procura identificar os processos de socialização e de formação identitária do sujeito político. O seu carácter evolutivo permite analisar os deslocamentos individuais em função das circunstâncias históricas

que caracterizam determinados períodos, relacionando o indivíduo com as estruturas políticas, culturais e sociais que o envolvem, revelando as suas orientações e integrando-as num repertório de ação coletiva (Bernstein, 1997: 360). É através desta definição de "cultura política" que analisamos o discurso dos brigadistas portugueses, na terceira parte desta tese, compreendendo como é mediado tanto pela composição social e experiência de grupo, como pela construção de um discurso comunista e patriótico durante a fase de antagonismo entre internacionalismo comunista e nacionalismo fascista.

A par desta definição de cultura política, empregue no final da investigação, mantivemos o conceito informado por uma conceptualização distinta, desenvolvida nos primeiros dois capítulos da dissertação, de forma a discernir uma identidade moldada pela experiência coletiva que antecede a emergência desse discurso. Assim sendo, impera um regresso aos anos 70, quando as tendências do marxismo e dos pós-marxismo reformularam o sistema marxista tradicional, que entendia a "cultura política" a partir das condições materiais do sujeito, da sua relação com os meios de produção — da classe enquanto *relação social* — e da crença que levava o indivíduo a aceitar ou resistir ao poder da classe capitalista (Lichterman & Cefaï, 2006: 396). Estes autores retomaram o trabalho sobre a *hegemonia cultural* gramsciana para analisar o papel dos mecanismos de poder na orientação da cultura, e na formação da "cultura política" estreitamente relacionada com a classe.

Os trabalhos produzidos nesta vertente de análise, e sobre os quais nos baseamos para estabelecer tanto a metodologia como a aproximação teórica ao objeto de estudo, foram da autoria de E. P. Thompson. Através do estudo das "economias morais" da Inglaterra do século XIX (2008) e da análise da construção da classe operária inglesa (2013), o autor concluiu que a classe, enquanto tal, não derivava de condições exclusivamente materiais, nem se apresentava como uma condição apriorística atribuída aos sujeitos com base nessas mesmas condições. A classe entendida na teoria marxista como um modelo de "cultura política" era uma construção histórica definida. Como argumenta o próprio autor no prefácio de *The Making of the English Working Class*:

> By class I understand a historical phenomenon, unifying a number of disparate and seemingly unconnected events, both in the raw material of experience and in consciousness. I emphasize that it is a historical phenomenon. I do not see class as a 'structure,' nor even as a 'category,' but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships. [...] Moreover, we cannot have two distinct classes, each with an independent being, and then bring them into a relationship with each other. We cannot have love without lovers, nor deference without squires and labourers. And class happens when some men, as a result of common experiences (inherited of shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs. The class experience is largely determined by the productive relations into which men are born (Thompson, 2013: 8-9).

É a partir deste conceito de "cultura política" que nos propomos, na parte inicial da investigação, identificar as *relações históricas* — e não apenas estruturais ou posicionais — através do percurso dos sujeitos enquanto militantes e futuros brigadistas. As Brigadas situaram-se historicamente numa trajetória e o seu discurso resulta não só dos *posicionamentos*, mas também das *deslocações* que o sujeito ocupa não exclusivamente no campo político[9], mas no campo da experiência que constrói a sua identidade.

No entanto, podemos situar na proposta thompsoniana uma limitação. Como aponta Joan Scott (1998), para Thompson, a classe "é finalmente uma identidade com raízes em relações estruturais que preexistem a política". A estrutura da ortodoxia que o autor criticava acabava por ser substituída pela ideia de que "a experiência da classe trabalhadora é agora o fundamento ontológico da identidade política e histórica da classe trabalhadora", através da qual se homogeneizou enquanto uma categoria histórica de análise (Scott, 1998: 311).

[9] Como define o autor, Pierre Bourdieu (2021: 168), "campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista a transformação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento.".

Deste modo, procuramos uma aproximação diferente: não a "cultura política" enquanto elo de homogeneização interna, definida pela experiência ou enquanto condição social, mas enquanto *unidade-na-separação*, conceito que exprime que:

> As pessoas tornam-se cada vez mais interdependentes através do mercado, mas esse poder é adquirido à custa das suas capacidades de ação coletiva (Endnotes, 2013: 85).

Assim, ao invés de pensar a experiência enquanto ponto unificador da classe, pretendemos procurar a *unidade-na-separação* dos brigadistas. Isto implica, por um lado, identificar os padrões comuns entre os sujeitos analisados — no discurso, no percurso militante, no seu perfil social — e, por outro lado, evidenciar a forma como se conformaram enquanto sujeitos operativamente distintos e separados por experiências singulares que caracterizam um perfil social heterogéneo e uma trajetória militante diversificada.

1. "Se me queres escrever"

"Se me queres escrever, já sabes o meu paradeiro:
na frente de Gandesa primeira linha de fogo"

Numa carta dirigida a Armando Cortesão, datada de 31 de dezembro de 1939, Jaime de Morais descreveu os combatentes portugueses como jornaleiros nas ceifas de trigo da Estremadura e da Andaluzia, surpreendidos pela sublevação do 18 de julho. Uma parte substancial foi reprimida pelos "nacionais" ou alistada compulsivamente no Exército [Popular] Republicano. Muitos laboraram nas minas de Huelva, Astúrias e Biscaia, o que os impeliu a acompanhar os companheiros de trabalho "com mero espírito de solidariedade"[10].

Encontraram-se dispersos por todo o território espanhol, onde residiam, constituíram família e dominaram, por vezes, melhor o castelhano do que o português. Sabe-se que exerceram profissões diversas — canteiros no Guadarrama ou em Solsona, mineiros "por toda a parte", operários nos centros industriais, trabalhadores agrícolas ou motoristas. A estes somaram-se, dizia o autor da carta, um número reduzido de voluntários: "eram antigos operários portugueses em França desde há muito, que se encontram sem trabalho", e "os portugueses que tenham vindo de Portugal diretamente para a guerra, o número pode dizer-se que é ridículo [...] dificilmente serão mais de 25 simples republicanos"[11].

Jaime de Morais concluiu que "mais de 90% dos concentrados são emigrados 'económicos' em Espanha". Afirmou que, embora muitos desses homens se encontrassem nos sindicatos espanhóis, a sua adesão não se deveu a convicções político-ideológicas, mas antes a motivações pragmáticas. Segundo Morais, tratava-se, mais que de militantes políticos, de um contingente de "voluntários económicos", composto por cerca de 1200 portugueses combatentes pela República Espanhola.

[10] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

[11] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

Finalizou a carta dizendo: "não formavam uma legião portuguesa e só uma percentagem mínima fazia parte do que se chamou Brigadas Internacionais (nem 10%), servindo a maioria em unidades regulares do Exército Popular Republicano", no qual "dificilmente haveria uma brigada onde o número deles fosse além de 10, e dentro dela separados"[12].

Ludgero Pinto Basto, responsável pela redação de relatórios para o PCP sobre a "Revolução espanhola" e representante do partido português junto do PCE[13], corroborou a descrição de Morais, ainda que introduzisse algumas nuances. Em janeiro de 1938, afirmou não haver qualquer formação nacional nas Brigadas Internacionais, já que "soldados, oficiais e comissários que sempre viveram e trabalharam em perfeita harmonia com todos os camaradas espanhóis" integraram as unidades do Exército Popular Republicano. Referiu-se aos imigrantes que ali residiam, acrescentando que "o nosso Partido nunca teve um representante especial; os seus militantes estão todos sob o controle direto do Partido Comunista de Espanha ou do PSUC[14] [*Partit Socialista Unificat de Cataluña*]"[15]. Um relatório da OCPE[16] à Rádio Este de Madrid — uma das sedes PCE na cidade — mantinha a versão de Ludgero advogando que "algumas centenas de portugueses lutando pela defesa da República Espanhola [...] eram

[12] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

[13] Antes de se deslocar a Espanha, Ludgero Pinto Basto encontrou-se, no 2º semestre de 1937, em missão especial a Paris para substituir Correia Magalhães, delegado do PCP no Comité da FPP, com o objetivo de corrigir a linha política seguida pelo partido dentro da FPP, que se havia descaracterizado, aceitando, contra as determinações do partido, a linha militar *putschista* proposta por exilados republicanos (Farinha, 1999: 266).

[14] O *Partit Socialista Unificat de Cataluña* (PSUC), foi fundado a 24 de julho de 1936. Este partido incluiu comunistas catalães, a secção catalã do Partido Socialista Obrero de España (PSOE), nacionalistas catalães com tendências socialistas e um grupo pró-independência de orientação comunista (Núñez & Faraldo, 2009: 410).

[15] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Carta de Ludgero Pinto Basto ao CC do PCP, 22 janeiro 1938, p. 15-16.

[16] A OCPE foi fundada em Madrid no final de 1934 entrando em atividade em maio de 1935. A OCPE representou o prolongamento do PCP em Espanha, almejando exercer influência junto das colónias de imigrantes portugueses em Espanha, quer comunistas portugueses militantes no PCE, quer republicanos desiludidos com os insucessos das revoltas contra a ditadura (Clímaco, 2016).

membros do nosso Partido [em Espanha], que estavam emigrados, temos soldados até comandantes"[17].

Vivaldo Fagundes, militante anarquista, apontou, em 1941, que os portugueses foram a quinta nacionalidade mais numerosa nas Brigadas Internacionais, depois dos italianos, polacos, checos e alemães[18]. Quanto à sua composição política, prosseguiu apontando que André Marty tinha sido o seu organizador, por ordem da III Internacional; e, como tal, as unidades tinham como objetivo "apoiar em Espanha a política absorcionista e perversa de Estaline; os componentes das 'Brigadas' eram na sua maioria membros dos 'Partidos Comunistas' oficiais de vários países, emigrados em França ou recrutados pelo 'Partido Comunista Francês'". Contudo, nem todos os combatentes se identificaram como "comunistas-estalinistas", e a sua base política foi mais ampla, reforçou: um número significativo de libertários, trotskistas e republicanos abandonou as Brigadas Internacionais durante a militarização[19], integrando o Exército Popular Republicano ou mantendo-se na retaguarda como simpatizantes até à desmobilização de 1938[20].

[17] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Relatório da Organização dos Comunistas Portugueses em Espanha, enviado ao CC, sem data, p. 9.

[18] Contudo, estas nacionalidades não eram as mais numerosas, conforme indica a literatura sobre o tema. Dos 32.256 voluntários que serviram nas Brigadas Internacionais, os franceses (incluindo os argelinos) eram os mais numerosos, seguidos pelos polacos, italianos, norte-americanos e alemães (Skoutelsky, 2006: 169).

[19] A militarização sintetizou a reorganização do exército republicano visto que o exército regular, em larga medida apoiante da sublevação, havia sido extinto e os restos do antigo exército foram integrados nas milícias, dando lugar a *brigadas mixtas* autosuficientes (Thomas, 1979, vol. III: 123). O processo de formação do Exército Popular Republicano é coevo à formação das Brigadas Internacionais, em outubro de 1936 (Claret, 2022: 31). Mas, a sua efetiva reorganização, apesar de iniciada em outubro, é datada de dezembro de 1936 pela obra do general Asensio, um dos militares que se manteve leal à II República espanhola (Thomas, 1979, vol. III: 125). Será, no entanto, a partir de 21 de março de 1937, quando se vota a favor da militarização (Thomas, 1979, vol. III: 128), que se opera uma mudança fundamental no sistema militar republicano terminando as autogestões das milícias e as colunas de partido, substituindo-as por um exército profissionalizado e homogeneizado, transformando as antigas milícias e colunas em destacamentos militares regulares. São estas medidas tomadas pela República que vão desaguar nos confrontos entre anarquistas e várias correntes comunistas em maio de 1937 na Catalunha, conhecidas como os Sucessos de Maio (Claret, 2022: 76) e na integração final das Brigadas no Exército Popular Republicano no outono de 1938 (Kirshenbaum, 2015: 86).

[20] PT, BNP, AHS, N. 61, Cx. 91, Mç. 1289, *Resposta Breve a um questionário exigente sobre a Revolução Espanhola de 1936-39*, 15 novembro 1941, p.41-45.

Tanto Jaime de Morais como Ludgero Pinto Basto partilharam uma leitura convergente, associando a presença portuguesa aos fenómenos migratórios. As observações de Vivaldo Fagundes acrescentaram detalhes sobre a sua composição política interna. A partir destes testemunhos, delineiam-se os contornos dos combatentes portugueses: a sua participação surge estreitamente vinculada à condição de emigrante económico, segundo Morais, mas também à de emigrante político, segundo Pinto Basto[21]. Estes imigrantes concentraram-se nos polos industriais de Madrid, País Basco e Barcelona, nas minas do Norte (Astúrias e Leão) e do Sul (Huelva), bem como nas regiões rurais da Andaluzia e da Estremadura[22].

Nestas comunidades, o nível de apoliticismo era elevado e a militância nos sindicatos correspondia a necessidades de cariz económico, o que explica a expressão "voluntários económicos"[23]. Quando existia participação política, raramente se situava na atividade político-partidária portuguesa, surgindo antes no PCE, no PSUC, ou na CNT. O reduzido número de portugueses nas Brigadas Internacionais e a ausência de uma unidade exclusivamente nacional resultou, assim, da forte integração sociocultural dos imigrantes portugueses na classe operária espanhola.

Anos mais tarde, a historiografia portuguesa viria a classificar a participação portuguesa em dois grupos: os "emigrantes económicos" integrados na sociedade espanhola e os exilados, organizados conforme as suas filiações e sensibilidades políticas. Entre estes, incluíram-se os republicanos — militares e civis reviralhistas — exilados após as tentativas revolucionárias de 3 de fevereiro de 1927 e da revolta da Madeira, em 26 de agosto de 1931; os anarquistas, fugidos de Portugal após a greve insurrecional de 18 de janeiro de 1934; os comunistas, menos numerosos, ligados ao PCE e ao Socorro Vermelho Internacional (SVI); e os exilados independentes que, em Espanha, aderiram ao PCE, ao PCP e ao PSUC (Oliveira, 1987: 264–265). A obra de Varela

[21] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Relatório da Organização dos Comunistas Portugueses em Espanha, enviado ao CC, sem data, p.9.

[22] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2. Na historiografia, as obras que sintetizam de maneira geral a presença portuguesa na guerra de Espanha do lado republicano são César Oliveira (1987), Varela Gomes (2000) e Dionísio Pereira (2013).

[23] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

Gomes (2000: 33) seguiu a mesma linha, afirmando que "estes portugueses — e muitos outros, em diversas ocasiões no curso da guerra — foram sendo integrados em unidades do Exército Espanhol". E, neste raciocínio, apenas uma minoria se alistou nas Brigadas Internacionais já que, maioritariamente, se filiaram nas milícias criadas pelos seus correligionários políticos espanhóis. Apenas numa fase posterior foram transferidos para o Exército Popular Republicano, aquando da sua reorganização na primavera de 1937.

Do ponto de vista historiográfico, estas teses reproduzem o discurso apresentado pelos contemporâneos acerca dos voluntários (como, por exemplo, o de Jaime de Morais). Assim sendo, expõem, desde a sua raiz, dois problemas crónicos na compreensão da participação dos voluntários. Numa primeira instância, revelam limitações quanto ao nível do pensamento político dos voluntários, reduzindo a militância a uma evolução mecanicista, justificada por princípios económicos ligados à procura de emprego fora dos limites territoriais, pela sua composição política — comunista, republicana ou anarquista — ou ainda pelas reorganizações militares decorrentes da guerra. Ao operar uma divisão entre as categorias dos exilados e dos imigrantes descritos por historiadores e contemporâneos como económicos, estes relatos sobrevalorizaram a dimensão da pertença política e da participação organizativa para justificar a mobilização no contexto da Guerra Civil. Propõem, assim, uma dicotomia artificial que segmenta militantes e trabalhadores, exilados e emigrantes. A primeira categoria (exilado/militante) ficava reservada àqueles que professavam determinado enquadramento político-partidário, condição que os teria levado a combater em Espanha per se. A mobilização dos emigrantes "económicos", por seu turno, resultaria de uma condição mais abstrata: eram operários e camponeses conduzidos à militância quase automaticamente pela sua integração na sociedade espanhola ou pela solidariedade "económica" atribuída aos trabalhadores emigrados.

Uma formulação mais complexa, embora sem anular a dicotomia estabelecida pelos exilados, encontrou apoio na proposta de Cristina Clímaco, que assinalou:

> É necessário, no entanto ter em conta que, em Espanha, anarquistas e comunistas confundem-se com os imigrantes económicos que aqui se

> tinham instalados antes e depois do início da ditadura em Portugal. Uma parte destes imigrantes tinha já uma consciência política, adquirida ainda em Portugal, antes da partida, ou depois em Espanha, resultado do contacto com as dinâmicas organizações anarquistas e comunistas do país vizinho (Clímaco, 2017: 174).

A dicotomia entre emigrante económico e exilado excetuou, neste caso, as culturas políticas tipicamente operárias. O exílio surge nesta caracterização, por um lado, como um elemento distintivo de um grupo social, capacitado ou integrado num campo político determinado. A emigração económica, por outro lado, remete uma esfera autónoma, geralmente associada à composição social, mantendo a dicotomia operativa e a relação entre emigrante, exilado e combatente num estado problemático.

Diante deste panorama, colocam-se questões fundamentais: se estiveram tão dispersos no Exército Popular Republicano, de onde provinham os voluntários? Que relação havia entre emigração, exílio e combate pela República? Qual era essa emigração "económica" e como se caracterizava? Quem eram, afinal, esses brigadistas portugueses e qual a sua composição política?

Para responder a estas questões, identificou-se um conjunto de 80 brigadistas portugueses. Desses, possuímos documentação suficiente de 73 para reconstruir o seu perfil. Essa amostra representa cerca de metade dos 134 brigadistas portugueses identificados por Skoutelsky (2006: 169), valor muito próximo dos 133 registados por Castells (1973: 21). Estes dados confirmam a estimativa de Jaime de Morais: aproximadamente, 1200 portugueses combateram pelo lado republicano em Espanha, dos quais cerca de 10% integraram as unidades internacionais[24]. Segundo Castells (1973: 21), cinco caíram em combate, 83 desapareceram, desertaram ou foram feitos prisioneiros, e 50 sobreviveram até ao fim da guerra.

A partir desta amostra de 80 indivíduos, definiram-se as variáveis de análise social e política: (1) idade e situação matrimonial, (2) profissão e situação social, (3) idiomas dominados pelos brigadistas e procedência, (4) constituição política e redes de

[24] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

recrutamento[25], analisando estes brigadistas não como um bloco homogéneo, mas através da sua diversidade social e política.

1.1. Perfil sociológico

1.1.1. Idade e estado civil

Os brigadistas portugueses tinham, em média, 31 anos durante a sua desmobilização em Espanha, no último trimestre de 1938, o que equivaleu a 29 anos no início do conflito. Deste conjunto, os dois voluntários mais novos tinham 21 anos e o mais velho tinha 49 anos. Os grupos etários mais representativos foram os intermédios que abrangem idades entre os 26 e os 35 anos de idade. Não é possível afirmar que os combatentes fossem necessariamente jovens. Encontraram-se, na sua maioria, numa fase da vida em que já haviam concluído a instrução primária há largos anos e o serviço militar, salvo se tivessem abandonado o território nacional em período anterior à conscrição.

Tabela 1. Distribuição dos brigadistas por grupos etários.

Faixas etárias	Número	Percentagem
De 21 a 25 anos	13 voluntários	18,84 %
De 26 a 30 anos	23 voluntários	33,34%
De 31 a 35 anos	17 voluntários	24,63 %
De 36 a 40 anos	11 voluntários	15,94 %
Mais de 40 anos	5 voluntários	7,24 %
Total	69 voluntários	100%

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

Em comparação com outros grupos nacionais, os portugueses situaram-se próximos, em termos etários, dos franceses, cuja média de idades foi 30 anos. Eram mais velhos que os norte-americanos, entre os quais predominou a faixa etária dos 23 aos 25,

[25] A maioria das variáveis de análise da composição social e política dos brigadistas é já estabelecida por outros autores. Seguimos estas variáveis para facilitar exercícios de natureza comparativa. Veja-se, por exemplo, a obra de Skoutelsky, R. (1998). *L'espoir guidait leurs pas: Les brigades internacionales dans la guerre d'Espagne*. Grasset.

e do que os suíços, cuja idade média, em 1936, foi de 28 anos. Foram, porém, mais novos que os canadianos e os polacos, em que 60% e 52%, respetivamente, tinham mais de 31 anos (Skoutelsky, 2006: 174). No caso português, a soma das três categorias acima dos 31 anos perfaz 47%.

Mais de metade dos voluntários analisados (52,2%) tinha até 30 anos, o que situa a sua data de nascimento entre 1908 e 1917 e, assim, os insere na geração seguinte à que combateu na Primeira Guerra Mundial — conflito que, de resto, experienciaram durante a infância. A restante metade corresponde a indivíduos entre os 31 e os 49 anos de idade. Entre estes, apenas aqueles com mais de 40 anos (aproximadamente 7%) poderiam ter participado no conflito, ainda que a sua presença na Grande Guerra não esteja documentada[26].

O estado civil dos brigadistas portugueses foi dado a conhecer no campo das questões dedicadas à informação familiar e pessoal das "biografias de militantes" do PCE. Apenas 52,5% dos brigadistas portugueses apresentou dados diretos sobre o estado civil. Tal decorre de dois fatores. Primeiro, como nota Skoutelsky (1998: 142), "des brigadistes commettant de réels abandons de famille ne vont déclarer être mariés". Segundo, os questionários de desmobilização das Brigadas Internacionais não continham perguntas sobre o estado civil dos brigadistas.

Ainda assim, mais de metade dos brigadistas era acompanhado de alguma informação, direta ou indireta, sobre a sua situação familiar. O módulo de questões sobre o repatriamento, em certos casos, mencionava a existência de esposa e filhos nos países para os quais pretendiam regressar após a guerra. Sabe-se que 25% (20 brigadistas) eram solteiros, 20% (12 brigadistas) casados e 7,5% (6 brigadistas) casados com filhos.

A proporção dos casados no universo analisado não passa despercebida. Pelo menos um terço dos combatentes — número superior aos 15% registados entre os norte-americanos (Skoutelsky, 2006: 174) — deixou a companheira em casa durante os

[26] Apenas nas biografias de militantes do PCE se contempla o facto de estes indivíduos terem combatido no exército, durante a I Guerra Mundial, documento de que padecem parte dos indivíduos analisados.

combates, o que pôde significar dezenas de viúvas e órfãos, considerando os 88 mortos e desaparecidos em combate indicados por Castells (1973: 21).

Os dados demonstram que um quarto dos brigadistas portugueses disse não ter qualquer relação conjugal, facto que também se explica pela natureza da sua condição de imigrantes: estes homens ainda não tinham constituído família nos países de imigração. Importa sublinhar que a sua condição sociolaboral imprimiu um caráter circular no percurso destes indivíduos: implicava estadias temporárias em Espanha, seguidas de retorno a Portugal ou de reemigração para outros destinos (Oliveira, 2007), nomeadamente, a Espanha, os Estados Unidos da América (EUA) ou a França.

Manuel Joaquim Lorenzo, de 30 anos, declarou ter emigrado para Espanha em 1932, de onde partiu posteriormente para o Brasil, Cuba, EUA e Espanha — país onde residia antes de se alistar nas Brigadas Internacionais. [27] António Nobre, de 41 anos, mineiro em França, havia passado pelo Brasil, América do Norte, Argentina e Espanha antes de se fixar na comuna de Cahors, no sudoeste francês[28]. Casos como estes, que revelam trajetórias de mobilidade transnacional, encontram-se nas declarações de doze brigadistas. Um deles é descrito numa carta-relatório redigida pelo comissário "Herm", que relata o interrogatório de Juan Ventura, detido pelas Brigadas para averiguações algures em fevereiro de 1937:

> Em 11.3.1930, emigrou para Espanha, chegando parte a pé e parte de comboio até Valência. Como não encontrou trabalho, seguiu para Barcelona, onde foi detido e deportado para França. Instalou-se em Paris e trabalhou como operário da construção civil, residindo na Rua Curial, no 18.º *arrondissement*. Afirmava não pertencer a nenhuma organização política nem a qualquer sindicato, segundo ele próprio, mas foi várias vezes detido pela polícia e esteve preso em diferentes locais. Como aparentemente chegou a passar fome, decidiu regressar a Espanha. Declarou ter entrado legalmente no país e apresentando-se no Sindicato para trabalhar. Foi aceite e seguiu num transporte que o levou de Perpignan até Figueres[29].

[27] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Manuel Joaquim Lorenzo, 9 dezembro 1938, p. 25-26.

[28] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de António Nobre, 9 novembro 1938, p. 8-11.

[29] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Carta acerca do interrogatório de Juan Ventura, 6 fevereiro 1937, p. 24-26.

1.1.2. Brigadas de emigrantes

A emigração foi um elemento distintivo na constituição das Brigadas Internacionais. Cerca de 50% dos voluntários provinham do território francês[30] (Skoutelsky, 2006: 172), facto que caracterizou a trajetória da maioria dos contingentes de voluntários estrangeiros em Espanha. No caso português, tanto a historiografia como os testemunhos contemporâneos identificaram a preponderância de imigrantes portugueses em Espanha entre aqueles que lá combateram entre 1936 e 1939.

César Oliveira argumentou que os voluntários portugueses no Exército Popular Republicano "eram os que menos estrangeiros se sentiam" (Oliveira, 1987: 244), referindo-se à procedência — a emigração — dos combatentes portugueses nas fileiras republicanas espanholas. Apenas cinco brigadistas portugueses tinham ido para Espanha diretamente de Portugal, quase todos militantes do PCP que fugiram do país ou se deslocaram para combater, atravessando clandestinamente a fronteira.

Para compreender as teses anteriores, importa notar que a definição pela qual entendemos a emigração decorre das fontes deixadas por exilados. A partir de uma síntese dos dados que caracterizam a emigração dos brigadistas portugueses documentados, identificamos os elementos de aproximação entre estes e os exilados, de modo a compreender, no contexto da participação antifascista portuguesa na guerra civil, o que poderiam ser os elementos de distinção entre ambos.

A questão da permanência no território de imigração não foi, ao que parece, um elemento que integre a divisão entre exilados e emigrantes económicos. A data de emigração mais próxima do conflito corresponde a Fernando Roque Ventura, em 2 de julho de 1936[31], apenas duas semanas antes do golpe, e a mais distante, Manuel Merriño Lopes[32], datada com alguma imprecisão em 1918. Se a permanência não é um indício relevante, por não permitir uma definição estável do período de residência dos

[30] Polacos e italianos emigrados em França, estrangeiros residentes nos EUA, são exemplos claros do papel da emigração na formação dos contingentes das Brigadas Internacionais. Sobre a emigração nas Brigadas Internacionais, veja-se a obra de Skoutelsky, R. (1998). *L'espoir guidait leurs pas: Les brigades internacionales dans la guerre d'Espagne*. Grasset.

[31] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Fernando Roque Ventura, sem data, p. 25-26.

[32] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Manuel Merriño Lopes, 13 novembro 1936, p. 62- 65.

emigrados nem os diferenciar dos exilados, que também já viviam no exílio desde 1927, data das primeiras ações reviralhistas, então as datas de emigração podem constituir uma primeira chave de análise.

A grande maioria dos brigadistas de que temos informação para reconstituir a data de abandono do país, fizeram-no na década entre 1926 e 1936. Politicamente, este período implicou a destituição da ordem democrática da I República portuguesa e instaurou uma Ditadura militar que evoluiu para uma ditadura de tipo fascista (Farinha, 1999; Rosas, 2013). À semelhança da emigração dita económica, tudo indica que o exílio é paralelo à deslocação destes emigrantes, começando a partir de 1927 e elegendo os mesmos destinos de emigração dos brigadistas: França e Espanha.

A problemática da integração poderia ser, talvez, um elemento funcional para explicar a divisão entre emigrantes "económicos" e emigrantes "políticos". Cerca de 90% dos brigadistas que se dirigiram para combater na Guerra Civil espanhola, fizeram-no desde um país que não Portugal, muitas vezes identificando-se com nomes castelhanizados ou afrancesados, como é o caso de Merriño Lopes. Este facto, se não é prova suficiente da integração nas sociedades dos países de acolhimento, é prova da familiarização com os respetivos idiomas e de uma reorganização da identidade pessoal.

A emigração "económica" a que nos referimos diz respeito a todos aqueles que, fora das circunstâncias políticas do reviralhismo e da luta direta contra a ditadura, atravessaram a fronteira em busca de trabalho. Isto significa que a distinção entre emigração "económica" e os restantes exilados é, regra geral, derivada do trabalho que lhes imprimiu uma condição económica e social específica. Muitos dos termos em que decorreu a emigração "económica" foram idênticos aos que caracterizaram a amostra de exilados. Ambos resultaram das mesmas circunstâncias históricas e, uma vez instalados num país de residência que não o português, acabaram por se confundir entre si.

1.1.3. A emigração portuguesa e as Brigadas Internacionais

Os principais países de procedência do conjunto de brigadistas documentados eram: França e colónias (48,57%), Espanha (38,57%), EUA (4,29%), Brasil (1,44%) e Portugal (7,14%).

Tabela 2. Países de procedência dos brigadistas internacionais portugueses.

País de procedência	**Números**	**Percentagem**
França e Marrocos	34	48,57%
Espanha	27	38,57%
EUA	3	4,29%
Brasil	1	1,44%
Portugal	5	7,14%
Total	**70**	**100%**

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

Apresentada como "um fenómeno permanente desde há alguns séculos, embora as correntes migratórias que a constituem sejam temporárias e apresentem características específicas" (Baganha, 1994: 959), a emigração portuguesa dividiu-se em dois ciclos migratórios específicos: o transatlântico (do final do século XIX até aos anos 50 do século XX) e o intraeuropeu (1960–1970). O primeiro ciclo, onde se situa cronologicamente esta investigação, incluía emigrantes das zonas rurais das províncias do Minho, da Beira Alta, de Trás-os-Montes, dos Açores e da Madeira que emigraram para o Brasil, Argentina e América do Norte (Baganha, 1994: 961).

Prova desta característica no período dos anos 30 é-nos dada a conhecer por um relatório da PVDE, correspondente aos anos entre 1932 e 1938. O documento mostrava uma tendência significativa de emigração para as Américas. Os cálculos da emigração regular, no ano de 1936, numeravam a emigração referente a "diversos" países — incluindo os países dos continentes europeu, asiático e africano — em 311 sujeitos, de uma soma total de 12.173 emigrantes desse ano, a sua maioria (os restantes 11.862)

com destino às Américas[33]. A esta rota direcionada maioritariamente para o Atlântico, somava-se o fenómeno de reemigração e de retorno. Reemigrar significava a permanência intermitente num território e a partida para outro destino de emigração (Oliveira, 2007), neste caso através da deslocação de Espanha para França, ou vice-versa.

Deste modo, o nexo entre emigrante e voluntário dependeu também das realidades locais, isto é, das condições específicas dos países de maior incidência de emigrantes na amostra. Neste caso, França, Espanha e, apenas de forma minoritária, os EUA, contribuíram para a formação de brigadistas, destoando do padrão dominante da migração transatlântica que caracterizou o período.

França

A emigração portuguesa para França foi comparativamente residual durante as décadas de 1920 e 1930, uma vez que o principal destino migratório português eram as Américas (Santos, 2019: 4; Baganha, 1994: 959). O desenvolvimento de uma comunidade portuguesa em França aconteceu, sobretudo, no período pós-Primeira Guerra Mundial, com a fixação de trabalhadores recrutados ao abrigo do acordo franco-português de 1916, o qual visava a deslocação de operários portugueses para o trabalho nas fábricas francesas durante a Grande Guerra (Clímaco, 2015: 41). A estes juntaram-se combatentes desmobilizados e trabalhadores clandestinos, maioritariamente das regiões rurais do centro e norte de Portugal (Santos, 2019: 5).

Comparativamente a outras comunidades de imigrantes em França — como polacos, espanhóis e italianos —, os portugueses tinham uma expressão numérica residual, concentrando-se nos departamentos de Seine, Gironde, Meurthe-et-Moselle, Puy-de-Dôme, Ain e Seine-Inférieure. O seu número evoluiu de 11 mil em 1921 para 29 mil em 1926, atingindo os 49 mil em 1931, para depois diminuir em 1936 (Clímaco, 2015).

[33] PT, ANTT, PIDE, DSEF, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, 1932 - 1938, p. 180.

Devido à ausência de um acordo bilateral entre o Estado francês e português — já que o anterior, de 1916, havia caducado e a assinatura de um novo acordo era adiada desde 1919 —, e em consonância com o endurecimento da política migratória a partir de 1929, a emigração para França foi estimulada por práticas de travessia clandestina (Santos, 2019: 8). O processo de emigração legal tornou-se um procedimento administrativo e burocrático complexo, que exigia a validação das autoridades francesas (empregadores e governamentais) e das autoridades portuguesas (através dos serviços consulares).

Sem beneficiar das condições do acordo de 1916, sem apoios do Estado francês e ignorados pelo Estado português, os emigrantes portugueses enfrentaram, durante a década de 1930, uma série de medidas relacionadas com a possibilidade do acesso ao trabalho na emigração. Estas fizeram com que perdessem direitos e, simultaneamente, se reduzissem as oportunidades de entrada e fixação de novos emigrantes no país, situação confirmada pelas expulsões e repatriamentos organizados a partir de 1935 (Santos, 2019: 9). Durante a década de 1930, a diminuição da população desempregada ocorreu paralelamente ao retorno de imigrantes aos países de origem. Sob orientação do Estado francês, o número de imigrantes no país reduziu-se de 2.715.000 para 2.198.000 (Prost, 2002: 41), fenómeno confirmado pelas autoridades portuguesas, que indicavam ter regressado "um grande número deles [emigrantes] como resultado de medidas de proteção [em França]"[34].

Neste cenário de deportações e repatriamentos, foi fundada em 1937 a Federação dos Emigrantes Portugueses em França (FEPF). Esta associação de entreajuda, que atuava no seio da comunidade de imigrantes portugueses em França, tinha como fins:

> a elevação do nível cultural da colónia, a proteção jurídica e social dos imigrantes e o estabelecimento de uma ligação entre as várias comunidades de portugueses, pespontando em filigrana a consciencialização política dos imigrantes portugueses e a promoção de uma cultura de classe (Clímaco, 2015: 39).

[34] PT, ANTT, PIDE, DSEF, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, 1932 - 1938, p. 178.

A Federação, obra de exilados do PCP em França, como Duarte Seguro e Armando Magalhães, integrou altos quadros na sua estrutura e adotou uma orientação frentista que a levou a colaborar com a *Portugália*, uma organização de apoio à emigração de inspiração anarquista, na região de Marselha. A FEPF era composta por secções locais dispersas por França, coincidindo com os departamentos de maior emigração portuguesa, estando representada por 42 secções (19 das quais na região parisiense). Em 1938, a Federação contaria com dois mil membros, concentrados maioritariamente na região de Paris (Clímaco, 2015: 40-42), e afirmava-se como uma organização de massas com capacidade para mobilizar as comunidades de imigrantes portugueses em França, especialmente, no contexto da fundação da FPP[35] (Farinha, 1999: 258).

Ao que consta na documentação consular, a FPEF assumiu um papel de politização desta comunidade imigrante. Tanto que José Lima Santos, cônsul em Paris, referia o perigo de "desnacionalização" dos imigrantes e de "contaminação" por elementos do movimento operário estrangeiro. Facto confirmado pela organização de manifestações populares que envolviam outros setores da imigração em França e os meios operários franceses (Clímaco, 2015: 51).

A partir da documentação, é possível constatar que, no contexto de recrutamento e repatriação das Brigadas Internacionais, a FEPF foi um elemento destacado nos questionários dos portugueses residentes em França que, durante a Guerra de Espanha, se deslocaram a esse país para combater nas Brigadas. Confirmam-no as declarações de dez brigadistas, que a referem como estrutura de apoio ao repatriamento, destacando-se, entre os processos analisados, o nome de Artur Rodrigues Paquete, presidente da secção da Federação na região mineira de Combelle, na Auvérnia[36].

Um pequeno grupo de brigadistas portugueses, militantes do PCP e expulsos de Portugal, residia em França desde 1936. Estes, fugidos para França com apoio do PCP ou

[35] Sobre a FPP, veja-se o último subcapítulo do I capítulo onde se descreve a sua fundação, em 1936.
[36] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Artur Rodrigues Paquete, 4 novembro 1938, p. 39-48.

do SVI, filiam-se nas organizações criadas no exílio, como a UAPRE ou estabelecem relações com membros republicanos da FPP.

Espanha

No caso espanhol, a emigração enquadrava-se no seu carácter económico. Era essencialmente proveniente do meio rural e integrava-se em práticas de reprodução social dos habitantes da raia, incluindo o contrabando (Pereira, 2013: 28). A longa tradição de circulação fronteiriça, especialmente para trabalhos agrícolas sazonais, era facilitada pelo uso de salvo-condutos (Santos, 2015: 19), previstos na convenção consular de 21 de setembro de 1870. Esta convenção garantiu, a partir dessa data, um fluxo contínuo de emigração para a Galiza, as Astúrias e Leão, bem como para a Andaluzia — regiões que se encontravam num processo de crescimento industrial desde o início do século XX (López Martínez, 2004; Pereira, 2013)[37].

Estava previsto que os trabalhadores que se deslocassem para dito país fossem acompanhados de um documento emitido pela câmara municipal da sua povoação de residência ou de uma autorização de um agente consular português. Todavia, como assinala Dionisio Pereira (2013), muitos deslocaram-se sem documentação, devido ao isolamento de certas regiões rurais, ficando assim expostos a arbitrariedades patronais. Deste modo, os cidadãos portugueses funcionaram como um exército de "reserva" utilizado para reduzir salários em zonas agrárias como a Estremadura, Castela e Andaluzia, e para contrariar os movimentos reivindicativos locais, sendo frequentemente empregues como fura-greves (Pereira, 2013: 35).

Com a Primeira Guerra Mundial, em condições muito semelhantes às verificadas em França, este tipo de emigração tornou-se mais frequente, sobretudo por parte de jovens em fuga ao serviço militar (Oliveira, 1987). Assim, muitos portugueses residentes em Espanha empregaram-se nas minas de Rio Tinto em Huelva, na Andaluzia, nas minas

[37] A emigração para Espanha era pautada por dissonâncias consoante as regiões. No caso galego, os emigrantes portugueses mesclaram-se na paisagem galega, integrando-se plenamente na sociedade de acolhimento. No caso andaluz e estremenho, a emigração era realizada sazonalmente, enquadrando os períodos da ceifa, trabalho nas minas e nos portos, na indústria pesqueira e conserveira (López Martinez, 2004; Pereira, 2013: 25).

asturianas, nas obras públicas, na agricultura e na indústria conserveira de Isla Cristina e Aiamonte (López Martínez, 2004). A maioria dos emigrantes portugueses em Espanha eram trabalhadores rurais fixados ao longo da fronteira luso-espanhola, na Galiza, Andaluzia e Astúrias, mas também em centros industriais de Madrid e Barcelona (Oliveira, 1987: 264).

Após a proclamação da República espanhola, em 1931, as pressões da *Unión General de Trabajadores* (UGT) no sentido de limitar, por um lado, a empregabilidade de mão de obra estrangeira e, por outro, de favorecer os membros da sua própria central sobre outras, conduziram à implementação de uma "nacionalização do trabalho". Isto significava que, nas novas condições políticas, os portugueses passavam a ter o acesso ao trabalho significativamente restringido (Pereira, 2013: 50-52). O impacto desta limitação foi relativo, pois muitos imigrantes portugueses, já integrados na paisagem social espanhola, participavam ativamente na CNT, na UGT e nas organizações proletários da FAI, do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) e do PCE.

Como tal, é possível identificar duas tendências: a sindicalização verifica-se, desde meados da década de 1920, apenas numa margem reduzida de brigadistas portugueses, coexistindo com uma adesão mais intensa aos sindicatos a partir dos anos 1930, acelerada pelo decreto de 10 de agosto de 1936, que tornava obrigatória a sindicalização (Casanova, 2010: 162). As condições que favoreceram a sindicalização parecem resultar da integração no tecido social local. É plausível que, perante os obstáculos impostos pela "nacionalização do trabalho" promovida pela República espanhola a partir de 1931 e pelas pressões da UGT na depuração de estrangeiros das listas de desempregados, muitos portugueses tenham recorrido à filiação sindical como forma de contornar essas restrições. No entanto, a adesão aos sindicatos espanhóis coexistiu com alguns casos isolados de filiação em sindicatos portugueses das indústrias do Barreiro ou dos caminhos de ferro, ainda que estes casos constituam um desvio face à tendência geral observada na amostra.

Estados Unidos da América

A composição sociológica dos imigrantes portugueses nos EUA caracterizou-os como indivíduos do sexo masculino, solteiros, com idades entre 16 e 29 anos, sem qualificação específica, desempenhando funções diversas (Baganha, 1994: 960). A experiência profissional e geográfica determinou o percurso laboral: por exemplo, trabalhadores direcionados para o Massachusetts tornaram-se operários industriais não qualificados, enquanto os encaminhados para a Califórnia se dedicaram à agricultura (Baganha, 1994: 961).

Tal como no caso francês dos anos 30, os imigrantes na América do Norte, viram o acesso ao emprego limitado pelas leis de proteção laboral, aprovadas após o *crash* de 1929. As análises estatísticas da polícia política portuguesa confirmavam que, desde 1932, o fluxo mais predominante era o regresso de muitos daqueles que, na década passada, haviam deixado o território nacional para viver do outro lado do atlântico[38].

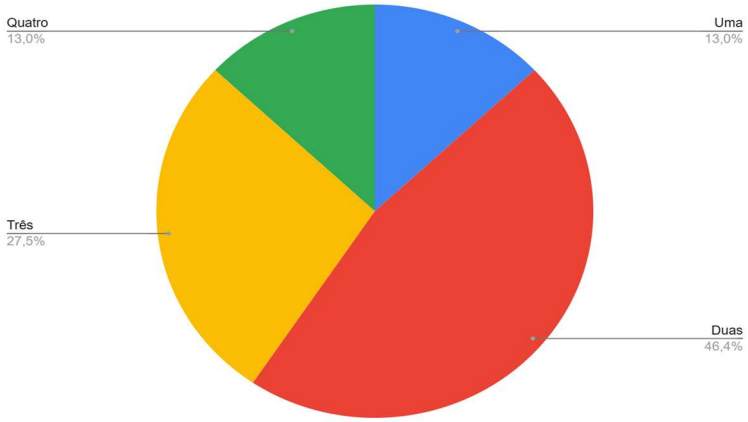
Idiomas dominados e comunicação

O conhecimento linguístico da amostra de brigadistas incluiu o português (língua materna), inglês, espanhol, francês, italiano e árabe. Mais de metade da amostra dominou duas ou mais línguas, seguindo a distribuição: quatro idiomas (13,5%), três idiomas (27,5%), dois idiomas (18,9%) e um idioma (46,4%).

Mais de um quarto da amostra tinha o conhecimento de três línguas. A maioria dos casos conhecia o português, o espanhol e o francês. É uma clara exceção o conhecimento do inglês, vinculado a casos de indivíduos que, apesar de residirem em Espanha, foram, em algum momento do seu trajeto, imigrantes nos EUA ou em Inglaterra.

[38] PT, ANTT, PIDE, DSEF, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, 1932 - 1938.

Gráfico 1. Idiomas dominados pelos brigadistas portugueses.



Universo de línguas faladas e/ou entendidas pelos brigadistas portugueses. Fontes: gráfico elaborado a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, 545, Cx. 10, 11, 12.

O mesmo se verificou com o francês, associado tanto à imigração em França como à permanência nos batalhões franco-belgas da XIV Brigada Internacional, composta maioritariamente por combatentes francófonos. A proporção que dominava quatro línguas (13%) combinava o português, o espanhol, o francês e o inglês ou o italiano. O francês e o espanhol predominaram, enquanto o inglês permaneceu restrito aos batalhões anglo-americanos da XV Brigada Internacional. Novamente, o francês (18,6%) e o espanhol (32,8%) superaram claramente o número de anglofalantes (apenas 2,3%), circunscritos aos combatentes destinados aos batalhões ingleses, americanos ou canadianos da XV Brigada Internacional. Logicamente, esta distribuição linguística decorreu da preponderância de imigrantes em França e em Espanha.

Tabela 3. Idiomas dominados pelos brigadistas internacionais portugueses.

Idiomas conhecidos	Nº de brigadistas	Percentagem
Português	60	33,90%
Espanhol	58	32,80%
Francês	33	18,60%
Italiano	8	4,50%
Inglês	4	2,30%
Árabe	1	0,60%
Sem informações	13	7,30%

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação PT, ICS, AHS, 545, Cx. 10, 11, 12.

A aprendizagem linguística decorreu sobretudo da emigração e do combate nas Brigadas, especialmente o italiano (4,5%), em virtude da presença portuguesa na XII Brigada Internacional de composição maioritariamente ítalo-espanhola. Manuel Albano Domingues, combatente da XII Brigada observou que:

> as Brigadas Internacionais eram compostas por homens de todas as nações que falavam muitas línguas, mas no combate todos nós compreendíamos e havia uma unidade muito boa, e eles sempre cumpriram o seu dever[39].

O papel da emigração portuguesa na familiarização com idiomas como francês, inglês e espanhol não foi necessariamente um fator determinante, mas uma contingência relevante para a integração dos brigadistas nos diferentes batalhões e contextos linguísticos das Brigadas.

1.1.4. "É na fábrica, no campo e na mina que se criará o verdadeiro exército"[40]: situação socioprofissional dos brigadistas portugueses

A grande maioria dos brigadistas portugueses, como se comprova na tabela 4, proveio das classes populares. A elevada percentagem de trabalhadores originários de

[39] PT, ICS, AHS, 545, Cx. 11, Processo de Manuel Albano Domingues, sem data, p. 1-3.

[40] Buenaventura Durruti no jornal *Solidariedade Obrera*, 12 de setembro de 1936. https://cedall.org/Documentacio/Castella/cedall203503000_Solidaridad%20Obrera.htm.

trabalhos de produção, industriais ou não especializados (63,8%) e de assalariados rurais (15,9%), destaca a composição social maioritariamente popular dos brigadistas portugueses, em paralelo com a ausência de profissões liberais na sua constituição e a presença de apenas um militante oriundo do meio estudantil (1 brigadista).

Tabela 4. Atividades socioprofissionais exercidas pelos brigadistas portugueses[41].

Atividade socioprofissional	**Números**	**Percentagens**
Trabalhadores de produção	44	63,8%
Assalariados rurais	11	15,9%
Trabalhos do comércio[42]	7	10,1%
Marinheiros	2	2,9%
Empregados qualificados	2	2,9%
Estudantes	1	1,4%
Artesãos[43]	1	1,4%
Militares[44]	1	1,4%
Total	**69**	**100%**

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, 545, Cx. 10, 11, 12.

[41] As categorias socioprofissionais adotadas nesta tabela foram elaboradas a partir do trabalho de Rémi Skoutelsky (1998: 143), que incluía catorze categorias: *salariés agricoles*, *journaliers*, *manoeuvres et assimilés*, *ouvriers*, *employés*, *salariés supérieurs*, *permanents*, *agriculteurs*, *commerçants*, *artisans*, *professions libérales*, *marins*, *étudiants* e *divers*. Devido à tradução das categorias enunciadas, às profissões prevalecentes no universo de brigadistas portugueses analisado e ao nível de detalhe que cada brigadista forneceu sobre a sua profissão, a tabela sofreu algumas adaptações: alterações como a tradução de ouvriers para "trabalhadores de produção", embora pudesse ser vertida como "operários"; a integração dos trabalhadores auxiliares e não especializados (*manoeuvres et assimilés*) na categoria do comércio, originalmente pensada pelo autor para vendedores ambulantes, mas aqui utilizada para descrever atividades socioprofissionais associadas ao serviço a um público; a inclusão nos assalariados rurais daqueles que trabalhavam à jorna em Espanha, enquadrados como camponeses e geralmente residentes na Raia; omissões de algumas categorias socioprofissionais como as profissões liberais, agricultores e diversos; e, por fim, a criação de uma nova categoria: os militares.
Para mais indicações sobre as categorias socioprofissionais, veja-se a obra de Skoutelsky, R. (1998). *L'espoir guidait leurs pas: Les brigades internationales dans la guerre d'Espagne*. Grasset, p. 143-149.

[42] Atividades relacionadas a profissões como empregados de mesa, barbeiros, cozinheiros e pequenos lojistas.

[43] Inclui unicamente o ofício de cesteiro.

[44] O único brigadista com procedência militar era sargento da marinha de guerra portuguesa que procedia de uma organização armada de influência comunista, denominada Organização Revolucionária da Armada controlada pelo PCP.

Tal como no caso francês, a composição social dos brigadistas portugueses não se enquadra numa memória antifascista sobre os anos 1930, marcada por uma representação mitológica das Brigadas Internacionais que destacava a participação de intelectuais (Skoutelzky, 1998: 144). À exceção de um universitário, dois operários com curso comercial e um formado em enfermagem, os restantes brigadistas possuíam apenas instrução primária, existindo ainda um pequeno número de analfabetos. A presença de intelectuais exilados portugueses nas Brigadas não se confirma; porém, é notória a existência de um numeroso grupo de exilados anarquistas, comunistas e republicanos em Espanha desde a vitória eleitoral da República em Espanha, em 1931, entre os quais Jaime Cortesão, Manuel Firmo e Armando Magalhães[45] (Clímaco, 2017), mas que nunca se integraram nestas unidades como tal.

O segundo setor mais expressivo é o dos assalariados agrícolas, composto por camponeses e jornaleiros. Provenientes da emigração no sudoeste francês, dos campos da Califórnia (EUA) e das periferias rurais de Madrid, Ciudad Real, Huesca e Sevilha, estes trabalhadores deslocavam-se frequentemente entre Portugal e Espanha em busca de emprego.

O grupo dos trabalhadores do comércio e pequenos negócios é o de análise mais imprecisa, dada a forma vaga como descreviam as suas funções, recorrendo à designação genérica de "comerciante". Esta indefinição decorre da ausência de informações detalhadas sobre a natureza do trabalho. As referências pontuais no questionário de desmobilização de Manuel Joaquim Lorenzo, cozinheiro de companhia durante o conflito, exprimem a natureza deste tipo de trabalho. Declarou querer ser repatriado para Nova Iorque, onde vivia a sua família, para trabalhar num negócio de carácter aparentemente familiar. Com base nestas informações, supõe-se que estes trabalhadores atuavam como dependentes, por conta própria ou em pequenos negócios familiares, exercendo profissões como barbeiros, lojistas, empregados de mesa ou cozinheiros.

[45] Para uma análise detalhada sobre os exilados portugueses em Espanha, consulte-se a obra Cristina Clímaco (2017).

Entre as categorias menos representadas encontraram-se os marinheiros — emigrantes em Espanha, mas sem residência fixa — e os empregados qualificados, grupo formado por um antigo trabalhador de escritório da União Fabril do Barreiro e por um enfermeiro de Alenquer, ambos com formação secundária ou média (curso comercial de um ano e enfermagem, respetivamente). Houve ainda registo de um estudante da Universidade de Coimbra, onde o PCP tinha alguma influência nos meios estudantis, através da Ação Anticlerical Antifascista (AAA) (Freire, 1998: 181-182); um sargento da Marinha de Guerra Portuguesa, militante do PCP e da Organização Revolucionária da Armada (ORA), exilado em França após a Revolta dos Marinheiros em setembro de 1936; e um artesão emigrado em Espanha que trabalhou como cesteiro.

O grupo socioprofissional mais numeroso — os trabalhadores de produção — abrangeu diversos setores, desde: mineiros, construtores civis e operários fabris, sobre os quais é importante proceder a uma análise mais detalhada. Entre estes, destacaram-se os trabalhadores da construção e das obras públicas, com cerca de 22 indivíduos que exerceram profissões como pedreiros, estucadores, carpinteiros, pintores, eletricistas, taqueiros, assentadores ferroviários, ladrilheiros e parqueteiros, identificando-se geralmente como pedreiros (5 brigadistas) e canteiros (8 brigadistas). Trabalhavam como assalariados, muitos em pequenos empreendimentos, tanto em França como em Espanha, especialmente nas capitais e respectivas periferias (região de Ilê de France e Madrid).

Tabela 5. Ramos de atividade e profissões ligados ao trabalho de produção[46].

Profissão	Número	Percentagem
Construção e obras públicas	22	50%
Mineiros	11	25%
Operários fabris	9	20,50%
Choferes	2	4,50%
Total	44	100%

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, 545, Cx. 10, 11, 12.

Os mineiros, representando cerca de um quarto dos combatentes, eram maioritariamente imigrantes em Espanha, concentrados nas regiões de Castela-La Mancha, Leão e Astúrias, bem como em França, nas periferias de Lyon, Toulouse e Marselha. Empregaram-se em grandes empresas com centenas de operários e militavam nas centrais sindicais francesas e espanholas. Os operários fabris dividiram-se em três grupos: os portugueses que trabalharam nas fábricas da margem sul do Tejo, nas indústrias do Barreiro; os que trabalharam nas indústrias espanholas, nas cidades de Madrid e Sevilha; e os imigrantes em França, concentrados na zona de Paris, trabalhando como metalúrgicos e vidraceiros da indústria automobilística. Por fim, os motoristas representam 4,5% do total, sendo imigrantes em França e nos EUA que, ao longo da vida, exerceram múltiplas profissões ligadas áreas como a carpintaria ou a construção[47].

É recorrente a documentação mencionar o recrutamento de "desocupados" e termos equivalentes, referindo-se à proporção de desempregados nas fileiras das Brigadas Internacionais (Skoutelsky, 2006: 175). Contudo, estabelecer um número concreto para o caso português é impreciso, visto que esse dado não surge nos

[46] Semelhante à tabela anterior (Tabela 4), esta foi construída e adaptada a partir do trabalho de Rémi Skoutelsky (1998: 146) para descrever as profissões ligadas ao trabalho de produção. Apresenta cinco dos nove ramos de atividade propostos pelo autor, dos quais alguns foram suprimidos por não se adequarem à documentação recolhida neste estudo. Para agregar um conjunto heterogéneo de ramos — da indústria conserveira à metalúrgica — criou-se, durante a redação, a categoria de "operários fabris". Este procedimento evitou o risco de atomizar o universo das atividades profissionais de um conjunto de sujeitos dedicados ao trabalho de produção não especializados.

[47] Eram provenientes do setor da construção e do operariado fabril, como carpinteiros e mecânicos.

questionários, é frequentemente omitido nas declarações dos brigadistas e a totalidade da amostra indicou ter estado em situação laboral ativa antes da guerra. No entanto, o depoimento de Xavier António ilustra como, muitas vezes, o trajeto migratório foi acompanhado de fases de desemprego e como, nessas circunstâncias, a filiação sindical funcionou como via de acesso ao trabalho, já que:

> tendo ido trabalhar para Sevilha, filiei-me na U.G.T. em 1932, pois esta organização ocupava-se da defesa dos trabalhadores. Um ano depois fui obrigado a abandonar por não poder pagar as quotas e por falta de trabalho, encontrava-me no desemprego[48].

Este elemento já era destacado no relatório elaborado acerca de Juan Ventura, também ele imigrante em França e em Espanha, indicando que "declarou ter entrado legalmente no país e apresentando-se no Sindicato para trabalhar. Foi aceite e seguiu num transporte que o levou de Perpignan até Figueres"[49].

1.2. "Causa comum de toda a humanidade avançada e progressista"[50]: recrutamento e perfil político dos brigadistas portugueses

O facto de as unidades internacionais terem sido organizadas pela Komintern ajudou a popularizar a conceção, historiográfica ou mnemónica, de que os seus integrantes eram maioritariamente comunistas. Nesta linha, alguns autores apontaram que, antes da entrada nas Brigadas, pelo menos 60% dos sujeitos eram comunistas, e os restantes tornaram-se comunistas fruto da sua experiência nas trincheiras da guerra civil (Thomas, 1987: 241).

No entanto, uma série de investigações mais recentes sublinharam que a composição política dos brigadistas decorreu, em primeiro lugar, das instâncias e condições de alistamento e recrutamento nas Brigadas Internacionais. As formas de recrutamento de voluntários obedeceram a diferentes critérios, e ser militante

[48] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Depoimento de Xavier António Marino, 3 outubro 1938, p. 13-14.

[49] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Carta acerca do interrogatório de Juan Ventura, 6 fevereiro 1937, p. 24-26.

[50] *Pravda*, 16 de outubro de 1936. https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1936/10/x01.htm

comunista[51] não constituiu condição indispensável para combater nas Brigadas[52]. Nem partidos comunistas emitiram ordens vinculativas para a participação ativa dos seus quadros no sentido de combaterem no conflito, nem as formas de recrutamento obedeceram a um critério "moral e político" estrito (Skoutelsky, 2006: 117).

1.2.1. O recrutamento de voluntários

A condição de fragilidade em que o movimento operário português se encontrava, em função da repressão que se vinha incrementando desde a Ditadura militar (1926), e, em parte, o PCP — clandestino e fortemente reprimido desde a greve da Marinha Grande — não permitia a mobilização dos escassos quadros ativos existentes em Portugal (Freire, 1998a). Aqueles que militaram no PCP antes da Guerra de Espanha chegaram em números escassos, e ainda mais reduzidos foram os que alcançaram as frentes de combate. Houve, no entanto, um número limitado de indivíduos que, estando já emigrados em França, acederam ao recrutamento através dos organismos criados nesse país e se fizeram voluntários.

Apesar de não ser possível reconstituir os modelos de recrutamento dos imigrantes portugueses nos EUA, no Brasil e nas colónias do norte de África, a literatura definiu, de forma genérica, as circunstâncias em que este ocorreu em algumas dessas geografias. No norte de África, o centro de recrutamento de "internacionais" situou-se

[51] As estatísticas mostravam que, nos diversos contingentes, o número de militantes comunistas oscilava entre um terço dos brigadistas — no caso britânico — e os 72% — no caso norte-americano (Skoutelsky, 2006: 180).

[52] Algumas memórias acerca do conflito, escritas por brigadistas internacionais, apontaram que, durante o alistamento, a conduta política e moral dos voluntários era verificada por militantes comunistas. O próprio Hugh Thomas reproduz esse discurso, afirmando que os Partidos Comunistas deram ordens de recrutamento obrigatório de voluntários e que estes, caso não fossem filiados no partido, eram inquiridos por um agente do NKVD e seguidamente por um médico comunista, que avaliava a constituição física e moral dos voluntários (Thomas, 1987: 241). Este discurso alimentou o mito do "comboio secreto" que levaria os comunistas de todo o mundo a Paris para aí se alistarem nas Brigadas Internacionais. Não obstante, as mais recentes investigações não atestam que: (1) houvesse ordens diretas para recrutar nas células do partido comunista francês (Skoutelsky, 2006; 1998), e não se encontra documentado para o caso português (Freire, 1998a); (2) Os questionários de pendor político eram menos frequentes que os questionários do domínio militar e os critérios de aceitação de voluntários internacionais foram mais flexíveis do que a historiografia propunha.

na cidade de Orán, onde se voluntariaram a maioria dos franceses procedentes dessa região (Skoutelsky, 2006: 120), admitindo a interseção entre a cidade de recrutamento e a participação de portugueses residentes no Magreb. Nos EUA, o recrutamento foi organizado pelo *Communist Party of the United States of America* (CPUSA), em expansão desde o *crash* de 1929. Neste caso, cada candidato passou por uma comissão de veteranos da I Guerra Mundial que avaliou o capital militar dos voluntários. O processo do alistamento era feito com a maior discrição possível para evitar violar a lei norte-americana que proibia o alistamento em exércitos estrangeiros. O Partido Comunista providenciava as passagens e esperava a autorização da Komintern para organizar a partida dos voluntários (Skoutelsky, 2006: 120).

A coincidência entre as regiões de recrutamento de portugueses e brigadistas franceses assinalam uma coexistência das estruturas de recrutamento tipicamente ligadas aos emigrantes portugueses com as de recrutamento de elementos de nacionalidade francesa, sobretudo nos departamentos de Seine, Bouches-du-Rhône e Meurthe-et-Moselle, onde se concentravam comunidades portuguesas e redes de mobilização política. É verdade que metade do contingente português procedia de território francês, o que, numa primeira instância, faria supor uma convergência dos modelos e formas de recrutamento. O recrutamento de voluntários em França, como indicou um relatório da PVDE de 12 de março de 1937, seria realizado por Alexandrino dos Santos, militar republicano exilado e comandante de um contingente comunista em Las Rozas, que

> passa a vida fazendo viagens a Marselha onde tem recrutado voluntários na Sociedade Lusitânia. Deve merecer atenção o caso de Marselha, pois a Lusitânia é anarquista e possivelmente podem recrutar ali gente para fazer propaganda aí embarcando-os como repatriados[53].

Apesar da imprecisão da polícia política portuguesa, é de notar que a "Sociedade Lusitânia" de matriz anarquista, que operava em Marselha, não seria senão a *Portugália*, grupo de apoio à emigração de matriz anarquista na mesma região e que veio a integrar

[53] PT, ANTT-AOS, A guerra civil de Espanha, o envolvimento de portugueses na mesma e as actividades subversivas em Portugal. 12 março 1937.

a FPP (Clímaco, 2015: 41). Neste organismo de apoio à emigração funcionou o Comité Português de Ajuda ao povo espanhol, responsável pelo apoio material à Espanha republicana (Farinha, 1999: 244) e, como tantos outros comités, destinou-se a recrutar voluntários para combater na guerra, expondo a permeabilidade entre os vínculos de uma mobilização quer de indivíduos de nacionalidade francesa, quer de nacionalidade portuguesa durante o processo de recrutamento.

Conclui-se que parte do recrutamento em França, tanto para o Exército Popular Republicano como para as Brigadas Internacionais, se processou através das organizações de apoio à emigração, onde a Frente Popular Portuguesa e, em particular, os exilados reviralhistas exerciam forte influência. Com este processo convergiram, igualmente, os mecanismos de recrutamento aplicáveis aos brigadistas internacionais franceses.

A coincidência entre as regiões de recrutamento de portugueses e brigadistas franceses assinala uma coexistência das estruturas de recrutamento tipicamente ligadas aos emigrantes portugueses com as de recrutamento de elementos de nacionalidade francesa. Marginalmente realizado nas células comunistas, o recrutamento efetuou-se a partir do SVI e nos comités de paz e ajuda mútua à Espanha republicana, na Mathurin Moreau (Skoutelsky, 2006: 116-118). Nestes centros, contrariamente ao que era proposto pela historiografia tradicional, os voluntários não seriam examinados por um agente do NKVD ou um médico comunista que atestasse a sua conduta moral e política (Thomas, 1987: 244). Os únicos critérios de seleção eram, justamente, os de natureza militar e que muitas vezes foram ladeados por aqueles que se apresentavam nos comités de solidariedade (Skoutelsky, 2006: 116).

O caso de Reinaldo de Castro, militante do Partido Comunista Português, perseguido pela polícia política e exilado em França em data coeva à Guerra de Espanha, indicava que estes comités eram um dos vasos comunicantes com as Brigadas[54]. No entanto, à semelhança do caso francês, um comboio levava os voluntários até à fronteira (antes do seu encerramento) e, de seguida, estes eram encaminhados para

[54] PT, TT, PIDE, SC, RGP, Liv. 65, R. 12951, Biografia prisional de Reinaldo de Castro, 12 janeiro 1946.

Albacete por via ferroviária, a partir de Figueres (Requena Gallego, 1996). Depois do encerramento da fronteira, as partidas eram organizadas por pequenos grupos que atravessavam clandestinamente os Pirenéus.

No que respeitava ao recrutamento de nacionais em Espanha, Jaime de Morais sublinhou que muitos emigrantes portugueses tinham sido surpreendidos pela sublevação de 18 de Julho e recrutados compulsivamente pelas autoridades republicanas, dependendo da zona onde se encontravam[55]. No entanto, uma outra dinâmica fez parte do recrutamento de brigadistas portugueses em território espanhol, pois os quadros enviados pelo PCP a Espanha queixavam-se da reduzida influência do partido sobre os militantes já instalados no país.

Este fenómeno deu origem a um litígio sobre a representação legítima do PCP em Espanha. De acordo com relatórios redigidos pela OCPE, denunciava-se a criação de uma "Delegação do PCP em Madrid", que, segundo as informações da organização oficial, não representava os interesses legítimos do PCP e era responsável pelo alistamento de "camaradas de conduta duvidosa"[56]. Este organismo, presidido por Telmo dos Santos e Augusto dos Reis, recrutou, segundo consta, voluntários na secção portuguesa do SVI em Madrid (Castells, 1973: 382).

1.2.2. Composição política

A característica que mais sobressai na amostra é a participação sindical. Cerca de 75% dos voluntários aderiram, na emigração, a diversos sindicatos, consoante o país de procedência, sendo comum a filiação simultânea em duas centrais sindicais após a chegada a Espanha, com a adesão de militantes da *Confédération Générale du Travail* (CGT) e da *Confédération Générale du Travail Unitaire* (CGTU) francesas, ou à UGT ou à CNT.

[55] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

[56] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Relatório da Organização dos Comunistas Portugueses em Espanha, enviado ao CC, sem data, p.9.

Os sindicatos com maior número de adesões, entre a nossa amostra, foram a UGT e a CGT francesa, ambos de orientação socialista, com 16 e 19 militantes, respetivamente. Identifica-se ainda um ativista comum às duas centrais e outro com dupla filiação na CGT e na CGTU, resultante da unificação sindical de 1936. Dentro deste grupo, destaca-se a presença de simpatizantes e militantes comunistas formados durante o curso da guerra, como sugerem as datas de integração nos partidos comunistas francês e espanhol.

Igualmente relevante é a procedência de militantes libertários da central anarco-sindicalista espanhola da CNT. Em terceiro lugar entre as filiações sindicais surge este sindicato, com 11 militantes, dos quais apenas um tinha origem numa central anarquista portuguesa — a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Este diagnóstico, já realizado por Vivaldo Fagundes[57], sublinhou que parte dos brigadistas portugueses procedeu também dos meios libertários e trotskistas, ainda que a presença dos segundos não seja documentada.

Quanto aos portugueses provenientes do território nacional, a maioria parecia estar ligada aos chamados "sindicatos vermelhos", designação atribuída às organizações ilegais formadas após a dissolução dos sindicatos livres e a criação dos "sindicatos nacionais" em 1933. Estes grupos atuavam clandestinamente, sobretudo nas indústrias do Barreiro ligadas à metalurgia e à cortiça.

A análise da tabela 6 confirma parcialmente as descrições propostas pelos dirigentes da época. Aqueles que se identificaram como comunistas, incluindo todos aqueles que militaram ou se disseram próximos do partido, eram claramente predominantes neste destacamento[58]. A sua soma total representa mais de metade dos brigadistas portugueses e atinge 70% quando se incluem os simpatizantes comunistas.

Neste campo, confirma-se o diagnóstico dos exilados e da historiografia: a militância no PCP é relativamente minoritária em comparação com a dos partidos

[57] Vivaldo Fagundes foi militante da CGT portuguesa, participou na Guerra Civil de Espanha e nos anos 40 foi ativo na reorganização das Juventudes Libertárias e da CGT. Emigrou depois para a Argentina (Guimarães, 2023: 117).

[58] Veja-se o subcapítulo 2.2. do capítulo 2.

comunistas francês e de Espanha. O PCE absorvia 21 militantes comunistas das Brigadas, contabilizando 11 membros ativos em Espanha e mais 10 oriundos do PCP e do PCF que apresentavam solicitações de ingresso neste partido espanhol.

O número de militantes do PSUC foi reduzido, com apenas dois membros integrados nas unidades internacionais, bem como o número de militantes (1 brigadista) das *Juventudes Socialistas Unificadas* (JSU)[59], dadas as características etárias da amostra. No destacamento de comunistas, 27 militantes eram também membros do SVI, no qual se filiaram durante a guerra. Os restantes pertenceram ao Comité Central ou a células do PCP, alguns integrando o secretariado da secção portuguesa do Socorro Vermelho.

Esta informação encontra-se sintetizada na seguinte tabela:

[59] As *Juventudes Socialistas Unificadas* (JSU) são o resultado de um processo de unificação entre a *Unión de Juventudes Comunistas de España* (UJCE) e das *Federación de las Juventudes Socialistas* (FJS) entre 1934 e 1936.

Tabela 6. Composição política dos brigadistas portugueses.

Composição política	Números	Percentagens
PCP	5	6,8%
PCE	11	15,1%
PCF	8	11%
PCP e PCE	7	9,6%
PCF e PCE	3	4,1%
CPUSA	1	1,4%
PSUC	2	2,7%
JSU	1	1,4%
Comunistas (total)	**38**	**52,1%**
FAI	1	1,4%
Simpatizantes anarquistas[60]	11	15,1%
Anarquistas (total)	**11**	**15,1%**
Simpatizantes comunistas [61]	13	17,7%
Sem filiação partidária	11	15,1%
Total	**73**	**100%**

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

O que caracteriza, afinal, a composição política destes brigadistas? É difícil estabelecer um "tipo-ideal". Contudo, a partir dos seus distintos percursos, é possível traçar linhas orientadoras.

Eram emigrantes organizados nos centros de apoio à imigração em França, ou aderentes nos sindicatos estrangeiros da UGT, da CGT e da CNT, muitas vezes para

[60] O universo dos simpatizantes anarquistas foi representado por aqueles que aderiram às centrais sindicais anarquistas como a CNT (11 militantes) ou na CGT portuguesa (1 militante que também era membro da CNT), sem que necessariamente estivessem vinculados ao seu braço político: a FAI. Nesta, declara-se inscrito apenas 1 militante.

[61] Os simpatizantes comunistas foram contabilizados seguindo os seguintes critérios: (1) identificavam-se formalmente, em declarações acerca da filiação partidária, como comunistas ou militantes do PC (francês, espanhol ou português), mas não indicavam nenhum destes elementos: número de célula ou *carnet* e data de filiação; (2) no caso de os relatórios do comissariado das respetivas Brigadas Internacionais os caracterizarem, em contradição com a sua identificação, como antifascistas, simpatizantes comunistas e próximos do partido ou sem partido. Veja-se capítulo 2.

aceder ao emprego, condicionado, durante a década de 1930, pela pertença às estruturas sindicais (Pereira, 2013; Clímaco, 2015).

É plausível afirmar que a maioria, especialmente entre os imigrantes em França, em Espanha ou nos EUA, aderiu aos respetivos Partidos Comunistas em meados da década de 1930, coincidindo com a formação das Frentes Populares e o início do conflito. Os que vinham de Portugal eram comunistas clandestinos, habituados à luta política desde os anos 1920, participando em movimentos do reviralho entre 1927 e 1931. Muitos destes viveram na clandestinidade, foram presos e julgados por Tribunais Militares Especiais ou encontravam-se exilados em França após a Revolta dos Marinheiros, protagonizada pela ORA, em setembro de 1936.

Regra geral, os eixos orientadores são a adesão aos sindicatos e a composição comunista. Trata-se, numa primeira análise, do ponto de partida para entender o processo de transformação de emigrantes em trabalhadores, e de trabalhadores em futuros soldados.

1.3. "Já sabes o meu paradeiro"

Terminadas as disposições relativas ao perfil sociológico e político dos brigadistas portugueses, é possível, volvidas várias páginas, regressar às questões apresentadas no início do capítulo e abordar o essencial: o retrato coletivo destes brigadistas. Longe de constituírem um perfil homogéneo, os brigadistas portugueses surgem num contexto fortemente marcado pela experiência da emigração.

Os indicadores recolhidos — idade, estado civil, profissão, línguas, procedência, filiação política e sindical — definem um grupo maioritariamente composto por trabalhadores em idade intermédia, integrados nos países de acolhimento. O voluntarismo nas unidades das Brigadas Internacionais, ainda que enquadre plenamente esse espírito, não se apresenta unicamente como um ato de internacionalismo abstrato. Representa, antes, a culminação de um percurso sucessivo de inserção (ou marginalização) sociolaboral e de socialização política a partir da emigração, dos sindicatos, dos partidos, bem como nas organizações por eles fundadas no contexto migratório. A tese do "voluntarismo económico", proposta pelos exilados

republicanos, condensada no depoimento de Jaime de Morais e reproduzida pela historiografia, revelou-se insuficiente para explicar a dimensão e a natureza da participação portuguesa nas fileiras republicanas.

Neste ponto, cabe propor uma primeira explicação acerca da não constituição de uma brigada internacional integrada exclusivamente por portugueses. A primeira razão a considerar é precisamente o fator da procedência e do conhecimento linguístico da amostra. A tendência para integrar as brigadas com as quais os indivíduos se familiarizaram foi certamente um fator relevante para compreender a sua presença na XIV Brigada Internacional, composta por combatentes franco-belgas, XII Brigada Internacional, integrada maioritariamente por espanhóis e italianos, e XV Brigada Internacional, que reunia os batalhões de anglofalantes (canadianos, americanos e britânicos). Não obstante, não existe nem documentação nem uma tendência linear que comprove que o fator linguístico ou nacional tenha sido determinante no caso dos brigadistas portugueses, ainda que, probabilísticamente, possa pesar para a sua integração nas brigadas já formadas entre outubro de 1936 e janeiro do ano seguinte. Este indicador constitui uma contingência e não um determinismo para explicar a inexistência de uma brigada internacional portuguesa.

No entanto, houve várias referências documentais à tentativa de criação de unidades portuguesas, logo abandonadas. Américo Alves Graça referia-se, num testemunho já citado na introdução, a uma delas, ainda que o projeto não se tivesse concretizado em nenhuma organização militar portuguesa:

> Enviado à Rádio porque os meus serviços já não eram necessários, a Rádio enviou-me para a Brigada Stojanov, onde fiquei muito pouco tempo devido à formação do então Batalhão Português, onde entrei. Como esse Batalhão não chegou a ser formado, entramos na 4ª Brigada Mista no início de março, com a designação de Secção de Portugueses[62].

Também José Maria Garganeiro pontuou que, quando esteve inscrito nas milícias de Extremadura, foi "agregado ao grupo dos *dinamiteros* portugueses pertencentes à

[62] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Depoimento de Américo Alves Graça, sem data, p.110.

4.ª Brigada Mista"[63]. Estes depoimentos levam a uma reflexão das causas de natureza militar. Sabe-se que, como sublinha a bibliografia, quase metade dos voluntários que combateram nas Brigadas Internacionais proveio das milícias e do Exército Popular Republicano, o que, por si só, não explica a integração preferencial dos emigrantes portugueses em Espanha e França no Exército Popular Republicano.

A explicação de Varela Gomes (2000: 33) incidiu também no carácter militar da decisão, apontando que, se fossem concentrados numa única unidade, um desastre na frente de combate elevaria as baixas portuguesas. No entanto, Jaime de Morais sublinhou que, durante o conflito, houve inúmeras baixas no contingente português. Dos 1200 portugueses combatentes pela República espanhola, "destes passaram a França pouco mais de 300. Salvo raras exceções, os restantes ficaram mortos nos diversos campos de batalha."[64]

Neste sentido, é pertinente complementar a explicação da não formação de um batalhão português, sobretudo com as condições de natureza política: as relações entre as forças integradas na FPP. As pretensões para a criação de uma unidade exclusivamente composta por portugueses foram avaliadas por Álvaro Cunhal[65], dirigente do PCP, durante a sua breve presença em Madrid, no início do conflito espanhol, e rejeitadas diretamente pelas elites da oposição republicana da FPP (Gomes, 2000: 33).

Apesar da aproximação entre o PCP e o republicanismo, situada nas sucessivas revoltas protagonizadas pelo Reviralho, o esforço unitário entre comunistas e republicanos resultou, como no quadro europeu em que se redesenharam as estratégias

[63] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Depoimento de José Maria Garganeiro, sem data, p. 7-8.

[64] PT, BGUC, MS-AC, Cx. 1, Mç. 225, Carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, 31 dezembro 1939, p. 2.

[65] A proposta de Cunhal para a constituição de uma unidade constituída por portugueses apareceu na obra de Varela Gomes (2000: 33). João Freire (1998: 193) apontou que um comissário político, chamado Francisco Ferreira, que sabemos próximo de Francisco Gameiro, brigadista internacional português, fora designado para um cargo nesta projetada unidade. Versão semelhante foi apresentada nas memórias de Francisco Ferreiro, cuja responsabilidade da rejeição para constituir uma unidade exclusivamente portuguesa fora atribuída a Alexandrino dos Santos e não a Jaime de Morais. Cf. Ferreira, F. (1977). *26 Anos na União Soviética – Notas de Exílio do "Chico da C.U.F."*. Edições Afrodite. p. 57-58.

frentistas e antifascistas, de uma alteração introduzida no VII Congresso da Internacional Comunista (1935), que revalorizou a convergência unitária já apurada desde o Reviralho (Freire, 1998). Embora a iniciativa para a criação de uma frente unitária tenha sido dirigida pelos comunistas durante a fundação da FPP, chocaram duas visões de gestão dos planos para o derrube do regime: o *putschismo* republicano, que apontava uma linha de ação estritamente militar frente à revolução popular proposta pelo PCP.

É neste contexto que surge o *Plano Lusitânia* que, preparado desde 1937, traduzia a vitória de uma das duas frentes que coabitavam na FPP:

> à Frente Popular entendida como o resultado de um movimento de massas, movidas por reivindicações económicas e políticas (como preconizavam os comunistas), opunham os reviralhistas a tradicional linha de golpe, levada a cabo em segredo por um pequeno grupo de antifascistas na clandestinidade (Farinha, 1999: 257).

O plano concebido pelos militares republicanos, agregados ao redor dos *Budas*, previu a criação de um Corpo Especial de Intervenção, comandado por Oliveira Pio e César de Almeida, e composto por portugueses com experiência militar na Guerra de Espanha, dispersos pelas várias unidades do Exército Popular Republicano. Reunidos em San Joan de las Abadessas e Centellas, estes combatentes deveriam desembarcar nas costas portuguesas na península de Tróia, munidos de armamento fornecido pelo governo espanhol, com o objetivo de derrubar o Estado Novo. A operação combinaria meios terrestres, aéreos e marítimos, acompanhados de uma operação dos republicanos espanhóis na Estremadura, rompendo o território dos sublevados em dois e abrindo um corredor que facilitava a entrada de portugueses através do Alentejo, garantindo a salvaguarda de um regime português favorável ao regime republicano espanhol (Farinha, 1999: 260).

Durante a preparação do plano, o Bureau Militar português (BMP)[66] — sobre o qual dispomos de uma ata redigida em janeiro de 1939 — descreveu os preparativos

[66] Constituído por portugueses, em meados de 1938, o BMP tinha como secretário Francisco Cachapuz e como redator Manuel Batista Reis. Sabe-se que assistiam à reunião o capitão Mário Fernandes, o capitão de artilharia Mário Batista Reis, o capitão Cláudio Vilanova, os tenente de artilharia Miguel Francisco Ramos e Augusto Caetano João, os tenentes Alípio dos Santos Rocha e João Raulino de Souza, os sargentos

então em curso, alegando o total afastamento dos "partidos proletários" das negociações com o governo espanhol, da organização do plano e o desconhecimento dos objetivos pretendidos. Desde julho de 1938, antes da ordem de retirada dos combatentes estrangeiros,

> vários camaradas aqui presentes foram chamados das suas respetivas unidades pelo Estado Maior do Exército de Terra e enviados em missão especial pelas várias frentes com ordem de fazer o censo dos combatentes portugueses distribuídos pelas distintas unidades do Exército espanhol[67].

Deste censo resultou a reunião dos portugueses num Centro Especial de Recrutamento aquartelado em Hostels de Balenyà, onde um número de oficiais foi nomeado para formar parte do Bureau Militar responsável pela instrução e organização do pessoal português aquartelado[68]. Apenas uma fração minoritária, de forma oficiosa e sem a consulta dos restantes combatentes, como se queixaram em ata, tinha o conhecimento dos preparativos do plano. Simultaneamente, as negociações levadas a cabo por Jaime de Morais e Jaime Cortesão junto do governo espanhol haviam excluído, em todo o processo negocial, os grupos políticos comunistas e anarquistas. Nesta linha, Mário Fernandes, um dos oficiais ligado ao Bureau Militar,

> juntamente com o Dr. Jaime de Morais, sugere que se deve realizar trabalho político junto aos camaradas aquartelados, tendo essa sugestão sido recebida com grande hostilidade por ser considerada desnecessária e prejudicial, mantendo os referidos chefes republicanos o ponto de vista de que tudo deve ser visto sob o aspeto puramente militar[69].

António Francisco da Silva, o carabineiro António Telmo dos Santos e o comissário Manuel de Almeida Costa que compunham a célula comunista do acampamento de Hostalets-Centellas (PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Ata da reunião das células do Bureau Militar português e do acampamento de Hostalets-Centellas, 8 janeiro 1939, sem páginas).

[67] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Ata da reunião das células do Bureau Militar português e do acampamento de Hostalets-Centellas, 8 janeiro 1939, sem páginas.

[68] Alguns dos brigadistas documentados assumiram essas funções na organização e manutenção do pessoal aquartelado. Temos os casos de Artur Paquete e Joaquim Gil.

[69] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Ata da reunião das células do Bureau Militar português e do acampamento de Hostalets-Centellas, 8 janeiro 1939, sem páginas.

Mais duas questões-chave para a não constituição de uma Brigada Internacional portuguesa emergem a partir da compreensão das tensões internas na FPP: o papel marginal desempenhado, dentro da direção do plano, por anarquistas e comunistas, os últimos que propunham a criação de uma brigada portuguesa; e o peso do exílio republicano, tanto na formulação como na direção do plano, bem como a sua hegemonia dentro das alternativas que visavam a queda da ditadura portuguesa.

Impulsionada pelos comunistas, a FPP tencionou agregar, sob a sua égide, anarquistas, comunistas e reviralhistas, acabando por ser controlada pela ala republicana que a integrava a partir de 1937. O campo republicano, inserido na FPP e gravitante em torno do Grupo de Madrid — ou os *Budas* —, desfrutou de uma posição influente junto das autoridades da República espanhola, sobretudo porque os seus membros, Jaime de Morais (citado no início do capítulo) e Jaime Cortesão, mantinham boas relações com a cúpula do governo espanhol, o que lhes garantiu uma posição mais favorável face às restantes correntes políticas da oposição.

A linha militar *putschista* defendida pelos republicanos para o derrube do Estado Novo (Farinha, 1999) acabou por se sobrepor, fruto das tensões internas da FPP e das relações privilegiadas com o governo republicano espanhol, à ideia de Álvaro Cunhal de formar um contingente de voluntários portugueses — proposta coerente com a estratégia do PCP, que via na insurreição popular a via preferencial para derrubar a ditadura, a partir da politização dos emigrantes (Clímaco, 2017: 342). No final, o *Plano Lusitânia* inscreveu-se na linha republicana de uma ação armada conduzida por uma minoria de forma oficiosa e a correlação de forças no seio da oposição e as tensões internas que a caracterizaram não permitiram que a proposta de Cunhal tivesse aplicação prática em qualquer momento do conflito.

Apesar de a criação de uma brigada portuguesa não ter tido o aval da oposição republicana, isso não impediu que existissem, em número significativo, brigadistas internacionais de nacionalidade portuguesa. O brigadista português tipo não foi um intelectual exilado, nem um operário apolítico guiado exclusivamente por aspirações económicas. Foi, sobretudo, um operário e emigrante, cujo trajeto político se moldou

na interseção entre a sua origem, a sua experiência e a sua organização enquanto emigrante, no contexto de emergência de um discurso antifascista.

Para compreender o processo de formação dos brigadistas, desde a emigração à politização, é necessário considerar um percurso comum, mas simultaneamente heterogéneo baseado em experiências igualmente individuais e coletivas. O percurso migratório funcionou como ponto de partida. Dele emergiu um vasto e diversificado campo de militância, no qual se formou e impulsionou uma decisão: a de combater o fascismo. E Espanha era o melhor sítio para o fazer

2. “Mãe, eu vou para a frente”

“Com o quinto regimento,
Mãe eu vou para a frente, para as linhas de fogo”

A historiografia acerca das Brigadas Internacionais centrou o debate sobre a participação e militância quase exclusivamente em dois pressupostos: por um lado, a sua composição política assumidamente comunista; por outro, o papel desempenhado pelo aventureirismo de um grupo de jovens e intelectuais que se dirigiram a Espanha durante a Guerra Civil (Claret, 2022) e que constituíram uma memória antifascista dos anos 30 (Skoutelsky, 1998).

Contudo, o debate acerca da militância nas Brigadas Internacionais torna-se historicamente inteligível quando enquadrado no contexto internacional da década de 1930. Desde o início da década, o relativo equilíbrio de poder entre os Estados-nação do pós-guerra entrou em rutura, como consequência das numerosas intervenções militares que se seguiram à ascensão de Hitler ao poder (1933). O Japão invadiu a Manchúria, culminando na ocupação de Xangai e de parte do território chinês. Em 1934, uma breve guerra civil introduziu um regime fascista na Áustria e, na Europa ocidental, eclodiu um movimento revolucionário iniciado nas Astúrias, como resposta à entrada da *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA), partido ultracatólico e em deriva fascizante, no governo dos radicais republicanos de direita; no ano seguinte, a Alemanha afirmou-se como potência militar e abandonou a Sociedade das Nações após o rearmamento, em 1936 ocupou a Renânia desmilitarizada desde o tratado de Versalhes (1919) e, nesse mesmo ano, a Itália finalizou a ocupação da Etiópia.

Nos anos 30, a política europeia era mais bem entendida como uma guerra civil ideológica internacional do que como uma simples disputa entre Estados (Hobsbawm, 1996: 147). Uma Guerra Civil ideológica internacional que Enzo Traverso traduziu numa *Guerra Civil Europeia* — conceito originalmente proposto pela historiografia conservadora para designar o período entre 1914 e 1945. A renomeação de Traverso definiu, em contrapartida, uma guerra moderna dotada das características e das paixões

próprias de uma guerra civil, e colocou no centro da análise a figura do não combatente, num processo de totalização do conflito. A guerra civil deixou de se restringir a um confronto interno numa entidade política definida para assumir a forma de um combate em que os civis estiveram amplamente implicados, fruto dessa totalização — isto é, do fim do limite entre as frentes de combate e a retaguarda (Traverso, 2021).

Se a definição cronológica do fenómeno do antifascismo, a um nível internacional entre 1935 e 1945[70] — entendido por Hobsbawm como um fenómeno subsidiário e indissociável da ascensão e queda do fascismo — constituiu um primeiro enquadramento interpretativo, foi a sua inserção na conjuntura histórica da *Guerra Civil Europeia*, entendida simultaneamente como guerra civil e como guerra internacional, que lhe conferiu uma base social específica, expressa numa implicação política própria: a reemergência das ideologias internacionalistas que afloraram desde o internacionalismo liberal do século XVIII. Este processo derivou da circulação de indivíduos no período do entre-guerras, no exílio e na emigração, e criou a súmula do que viria a ser a resistência antifascista tanto nos países de origem como nos países de acolhimento.

Efetivamente, foram polacos emigrados em França que compuseram maioritariamente a XIII Brigada Internacional, conjuntamente com voluntários da Europa centro-oriental, tal como os italianos da XII Brigada Internacional, exilados ou emigrados em França e em Espanha (Skoutelsky, 2006). A Guerra de Espanha e a criação das Brigadas Internacionais constituíram, neste sentido, um marco emergente destes

[70] Apesar da cronologia proposta por Hobsbawm, Fronczak (2026) aponta uma cronologia alternativa para a compreensão do antifascismo histórico. Definia-o cronologicamente, em alternativa, em cinco eras: a era do antifascismo original (1921-1932), a era dourada da solidariedade antifascista (1933-1938), a resistência numa era do genocídio (1939-1968), a era do antifascismo da liberdade (1968-1984) e a era da Antifa (1985-atualidade). Interessa-nos situar o desenvolvimento de uma sociabilidade antifascista dos voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais nas duas primeiras eras definidas pelo autor. A primeira corresponde à formação inicial de milícias e organizações que se opuseram, tanto em Itália como na Alemanha, à violência de milícias paramilitares fascistas (como os Arditi del Popolo e as Juventudes Antifascistas alemãs). A segunda era refere-se à formação da solidariedade internacional durante a Guerra Civil de Espanha.

impulsos de resistência antifascista num campo transnacional, e simultaneamente numa dimensão local das lutas das classes subalternas.

A participação portuguesa não destoou deste cenário geral. O exílio português, estudado por Cristina Clímaco (2017) e por Heloísa Paulo (2018), foi enquadrado nesta dinâmica internacional dos exílios antifascistas. Desde 1927, após as primeiras tentativas reviralhistas, o exílio organizou a sua atividade em França e, posteriormente, em Espanha, no período que compreendeu a implantação da II República espanhola (1931) (Clímaco, 2017). Segundo este tipo de interpretação, a convergência entre republicanos, anarquistas e comunistas portugueses exilados, durante a Guerra Civil de Espanha, desenhou uma continuidade da luta antifascista em Portugal, ora reviralhista, ora do movimento operário português contra a ditadura (Oliveira, 1987; Freire, 1998a e 1998b).

Do ponto de vista sociológico, esta convergência política assentou numa característica marcante: a mobilidade. Cerca de 90% dos portugueses que combateram nas unidades das Brigadas Internacionais eram emigrantes. Maioritariamente estabelecidos em França, mas também em Espanha e nas Américas, os brigadistas portugueses abandonaram o território nacional no cenário do entre-guerras e com especial intensidade na década de 1930, por razões políticas ou laborais.

Esta diversidade de trajetos sociais encontrou a sua correspondência numa diversidade de culturas políticas: o antifascismo não foi uma cultura uniforme, mas um movimento complexo, contraditório — tanto do ponto de vista teórico como da militância e da ação política — e marcado por diferentes interpretações do que foi, em primeira instância, o fascismo. De acordo com a definição clássica de Silvio Beligni (1998: 36), essas diferenças foram criadas no interior de três culturas políticas específicas: o antifascismo republicano, que encarou o fascismo como um modelo de ditadura criado por uma degeneração moral, fruto de forças irracionais; o antifascismo comunista, de base marxista, que colocou o fascismo como uma das formas possíveis de ditadura burguesa, derivada de um período acentuado de crise, mas historicamente específico; e a interpretação radical, geralmente conotada com a leitura de uma cultura política libertária, que entendeu o fascismo como o resultado de germes autoritários latentes

nas sociedades liberais, influenciado pelas estruturas tradicionalmente autoritárias, formas antidemocráticas e debilidades institucionais. No entanto, em que lugar se posicionam estes brigadistas?

Foi, sem dúvida, a partir deste campo político (anarquista, comunista ou liberal) que se criou o vocabulário específico de uma cultura antifascista. Mas, como assinala Giulia Albanese (2016: 84-85), foi a existência de uma multiplicidade de relações internacionais que permitiu o reelaborar de uma série de estratégias políticas e planos de ação através do diálogo transnacional entre diversas organizações da classe trabalhadora e movimentos de esquerda, moldando as experiências nacionais antifascistas. E foi a reflexão sobre a construção histórica desta militância que nos permitiu estabelecer o ponto de partida para a análise desse diálogo.

2.1. Emigrantes em Espanha

Nos casos dos combatentes portugueses procedentes da imigração em Espanha, o denominador comum foi a emigração entre 1925 e abril de 1936, acompanhada por outros traços característicos: a tendência para a castelhanização dos nomes, substituindo as letras finais pelos seus correspondentes em castelhano (por exemplo, o "s" pelo "z"); o trabalho nos setores agrícola, da indústria conserveira, da construção e da cantaria, bem como das minas; e a sindicalização nas centrais sindicais anarquista e socialista (a CNT e a UGT), ainda que a sua participação nos partidos operários — PCE, PSOE, PSUC — tenha sido sobretudo um produto do início da Guerra de Espanha.

O combatente português emigrado em Espanha tinha, em regra, entre os 19 e os 40 anos, era oriundo do interior rural ou das áreas limítrofes do território português e exercia trabalho à jorna em Espanha. A sindicalização surgiu, na maioria dos casos, como resultado das condições sociolaborais vividas em Espanha; em muitos casos, ocorreu após uma permanência prolongada em território espanhol ou após a proclamação da II República espanhola e a restauração da liberdade sindical. A fixação em Espanha era frequentemente acompanhada por uma integração no tecido social local, pois era comum os futuros brigadistas viverem com uma companheira e filhos nos

seus locais de residência, onde, muitas vezes com o início da guerra, participaram nas formações milicianas locais.

Como tal, não era uma anormalidade que estes indivíduos migrassem sem a documentação legal que lhes garantisse a regularidade da travessia fronteiriça para Espanha, através do sistema de salvos-condutos de Portugal, o que originou detenções durante a travessia da fronteira. Uma parte minoritária do contingente português emigrado em Espanha deslocava-se sazonalmente para esse território, declarando mais do que uma data de início do processo de emigração. Estes, em concreto, eram geralmente residentes da raia luso-espanhola (do Alto Minho ao Alentejo), como sustenta o caso de Armando Oliveira Damião[71], que emigrou de forma irregular no ano de 1928, com apenas 15 anos, e se estabeleceu na região de Madrid como trabalhador agrícola. Oliveira Damião regressou temporariamente a Portugal em 1935, sendo preso durante 13 dias por atravessar a fronteira clandestinamente.

Politicamente, estes combatentes professavam uma diversidade de padrões de ação ligados tanto à subsistência na emigração como a um conjunto de sociabilidades comuns ao operariado espanhol. Era frequente que trabalhadores portugueses das regiões fronteiriças ou de outras áreas do país aderissem às centrais sindicais espanholas, mesmo quando residiam em Portugal. Caso contrário, e para a maioria dos casos analisados, a sua adesão aos sindicatos situava-se cronologicamente em Espanha. Uma das explicações avançadas para esta adesão remete para o processo designado como "nacionalização do trabalho" que, após a instauração da II República espanhola, impôs a sindicalização a parte dos emigrados através de sistemas de quotas de acesso a determinados setores laborais e mediante os quais, em situação irregular, se pôde aceder a emprego na imigração.

Foi neste sentido que a filiação sindical da maioria dos brigadistas portugueses pôde desenvolver-se em resposta à referida "nacionalização do trabalho" ou, em alternativa, como resultado de um repertório de integração sociopolítica em território espanhol. Foi assim que se apresentou Pasqual Armando Pires[72]. Declarou estar casado

[71] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Armando Oliveira Damião, 5 novembro 1938, p. 26-34.
[72] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Pascual Armando Pires, 14 novembro 1938, p. 33-36.

com uma mulher residente em Albacete, indicando a sua integração no tecido social espanhol através da relação conjugal estabelecida na imigração. A partir desta condição, a filiação sindical decorreu de uma relação estreita com um repertório que articulou integração social e benefício económico no acesso ao trabalho, dado que, nas circunstâncias sociolaborais vividas em Espanha durante a II República, a pertença sindical se tornou um elemento constitutivo para a obtenção de emprego (Pereira, 2013).

Assim, a condição de migrante constituía o fator fundamental no processo de sindicalização, pois foi raro encontrar, nas declarações dos brigadistas portugueses, antecedentes de sindicalização antes da emigração. O testemunho de Xavier Marino[73] exemplifica esta problemática. Natural de uma "aldeia" da Moita, nascido em 1896, emigrou para Sevilha em 1931 por "não poder viver no seu próprio país". Trabalhou como operário industrial na cidade andaluza e aderiu, um ano após a sua fixação (1932), à UGT. A sua trajetória caracteriza-se como a de um imigrante em Espanha que, progressivamente, se envolveu num contexto político.

A participação política em Espanha culminou, em alguns casos, na expulsão e na detenção no país de acolhimento. Ficou documentada a expulsão de portugueses que se envolveram em atividades políticas durante o governo do "biénio negro"[74] , à luz da *Ley de Vagos y Maleantes* (Pereira, 2013: 65). Este foi o caso de Crispim Pompeu[75], preso em Badajoz no ano de 1934 durante o governo dos radicais de Lerroux, e da subsequente repressão das greves e da Revolução das Astúrias.

Destoando desta categorização genérica, surgiram anomalias. Militante da UGT desde 1930, Juan Sebastián Martínez[76] aderiu ao PCP em 1933 e, mais tarde, ao PCE em

[73] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Depoimento de Xavier António Marino, 3 outubro 1938, p. 13-14.

[74] O "biénio negro", situado entre novembro de 1933 e fevereiro de 1936, resultou da vitória eleitoral das direitas nas eleições gerais de novembro de 1933. O novo governo, presidido pelo Partido Radical, foi apoiado pela CEDA, partido católico fascizado chefiado por Gil Robles, que entrou no governo a partir de outubro de 1934 (Thomas, 1987). Depois das eleições, a direita usou a vitória como forma de restabelecer o modelo de relações sociais altamente repressivas que vigorava na Espanha anterior à II República, proclamada em 1931 (Preston, 2012: 31).

[75] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Crispim Pompeu Abremanejo, 13 outubro 1938, p. 78-79.

[76] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Juan Sebastián Martinez, 4 dezembro 1938, p. 24-32.

1936, na cidade de Sevilha. O caso analisado não permitiu apurar se o sujeito regressou a Portugal por algum tempo por volta de 1933 ou se, já em Espanha, se filiou no partido português. Este foi é um caso pouco comum no grupo analisado, mas aparenta afirmar o papel residual do PCP e das organizações antifascistas do exílio[77] na politização dos imigrantes em Espanha que chegaram a combater nas Brigadas Internacionais. Essa função foi desempenhada, sobretudo, pelas centrais sindicais e pelos partidos operários espanhóis, que concentraram a maioria da militância no universo da imigração portuguesa em Espanha que se alistou nas Brigadas, como podemos verificar na tabela 7.

Tabela 7. Sindicato e composição política dos membros das Brigadas Internacionais que eram imigrantes portugueses em Espanha.

Sindicato	**Sem partido**	**PCE**	**PSUC**	**PCP e PCE**	**Simpatizantes comunistas**	**Total**
UGT	4	3	2	1	5	15
CNT	6	1	0	0	0	7
Sem sindicato	2	0	0	0	2	4
CGT e UGT	0	1	0	0	0	1
Total Geral	12	5	2	1	7	27

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

A passagem do sindicalismo para a adesão a partidos políticos surgiu, para o caso espanhol, com o estalar do golpe. Dos casos analisados, a filiação ao PCE mais recuada no tempo data de 1934, no contexto do "biénio negro" e da Revolução das Astúrias. As restantes filiações ocorreram entre finais de 1936 e inícios de 1938. Foram raros os casos de adesão formal ao PCE, ainda que a soma dos simpatizantes comunistas e dos partidos

[77] Apenas um dos brigadistas, Manuel Martins, refere explicitamente a UAPRE no questionário, sendo ambígua a sua relação com a dita organização (PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Manuel Martins, 6 novembro 1938, p. 36-41).

operários espanhóis (PCE e PSUC), calculada através da tabela 7, tenha superado o número de aderentes nos sindicatos sem partido.

Identificando-se como comunistas, ou simplesmente como militantes do "PC" sem especificar a data de filiação, e não sendo acompanhados de uma biografia de militante do PCE ou do número de célula e do *carnet*, dados que surgiram de forma mais consistente na documentação dos brigadistas portugueses de militância comunista no PCP, PCE ou no PCF, o contingente dos simpatizantes comunistas constituiu o grupo com maior preponderância neste universo. Os vários relatórios elaborados pelos comissariados políticos das distintas brigadas classificaram-nos como simpatizantes comunistas, antifascistas ou companheiros próximos do comunismo. Muitos dos que foram contabilizados como comunistas viveram o seu processo de politização no decurso da guerra e, sem nunca terem pertencido ao PCP, filiaram-se no PCE ou no PSUC, sobretudo a partir de meados de 1937 e com especial intensidade no ano de 1938 (Freire, 1998a: 192). E, como tal, essa politização foi mais expressiva na identificação individual do que na afiliação formal ao partido.

A documentação relativa ao contingente de imigrantes em Espanha que integrou as unidades internacionais evidenciava o processo de politização dos voluntários que combateram no conflito entre meados de 1937 e o início de 1938, enquanto fornecia informações sobre a imprensa consultada pelos brigadistas durante a guerra. A grande maioria destes brigadistas leu o jornal *Frente Rojo*[78], órgão de comunicação publicado pelo PCE em Valência entre fevereiro de 1936 e novembro de 1937. Aqui situou-se um deslocamento de uma matriz sindicalista (anarquista e socialista) para uma consciência comunista durante o decurso do conflito.

A par desta característica, este grupo de brigadistas sugere um padrão político enraizado na cultura operária espanhola, resultado de um processo de marginalização e exclusão política, manifesto no afastamento dos órgãos de representação operária dos órgãos do Estado, muitas vezes de forma violenta, ao qual a classe operária respondeu com retração e suspeição face a este. Tal como argumentou Juliá (1988: 40), os partidos

[78] Biblioteca Nacional de España. (n.d.). *Frente Rojo* (ISSN 2341-426X). Hemeroteca Digital. https://hemerotecadigital.bne.es/hd/issn/2341-426X

operários tiveram uma dimensão reduzida e esparsa, em comparação com as centrais sindicais espanholas que reuniram a maioria da militância operária[79]. E, nesse sentido, o operário fosse ele:

> anarcosindicalista o socialista no espera tanto la reforma de la sociedad como una revolución que alumbrará otra forma de organización social. Y frente al Estado no espera otra cosa que su fin, su disolución y su sustitución por una administración obrera de la economía. En torno a la espera de la revolución social y a la disolución del poder político se habría ido configurando los elementos centrales de una cultura obrera común a anarcosindicalistas y socialistas que se expresa en su común antiestatismo y en la representación simbólica de la política como un ámbito de corrupción y contaminación. [...] Revolución era, para un importante sector de la clase obrera, el derrumbe de la sociedad existente y fundación de una nueva sin política, sin poder, una sociedad en que bastaría que las organizaciones obreras se hicieran con el control de la producción y barrieran de la existencia a la clase patronal para que también, con la patronal, desaparecieran los partidos políticos y el Estado (Juliá, 1988: 40-41).

Este modelo de política foi designado como *revolução operária* e estendeu-se, pelo contacto através do meio sindical, enquanto matriz política desta comunidade de imigrantes. Entre os processos de portugueses nas Brigadas, destacou-se o percurso de Manuel Antunez Tomaz. Soube-se que nasceu a 12 de janeiro de 1914, na aldeia de Sobral Magro, em Coimbra, solteiro e sem qualquer formação escolar. Emigrou

[79] É pouco comum encontrar casos de filiação de militantes da CNT no Partidos Comunista (fosse ele espanhol ou português), mas houve uma possibilidade de sobreposição entre a adesão a centrais anarco-sindicalistas e a militância em partidos comunistas. Este fenómeno deve ser interpretado à luz dos desenvolvimentos internos da cultura política libertária espanhola, em particular a partir de 1931. Após a proclamação da II República espanhola, um grupo de trinta dirigentes da CNT publicou um manifesto criticando a linha revolucionária assumida pela FAI após a reposição das liberdades constitucionais no biénio radical (1931-1933). Casanova enquadra esta cisão na pugna entre a militância, essencialmente sindicalista, da CNT e os anarquistas "puristas" da FAI. A segunda foi responsável por se apoderar da primeira, durante o período republicano, lançando a CNT num período de crise profunda, pautada por greves insurrecionais falhadas e uma redução substancial da sua militância de base (Casanova, 2010: 89). Este processo culminou na expulsão dos dirigentes *treintistas* que, antes de se constituírem como um bloco político monolítico — frequentemente associado ao Partido Sindicalista fundado por Ángel Pestaña —, formaram distintas organizações, como a *Federación Sindicalista Libertaria* (FSL), ou integraram os partidos operários já existentes, alterando substancialmente o rumo da linha política do anarquismo espanhol (Casanova, 2010: 90–91).

legalmente para Espanha, como afirmou nos questionários a que respondeu. Existiram divergências quanto à data exata da sua imigração para Espanha: no questionário das Brigadas Internacionais referia-se outubro de 1928, enquanto na biografia de militante do PCE se indicava julho de 1934. Nesse período exerceu diversas profissões em Madrid, na zona de Las Rozas: trabalhou como motorista, operário da rede de saneamento e canteiro na construção civil, auferindo um salário médio de "seis escudos". Integrou a UGT a 14 de maio de 1936, em Las Rozas, e, em plena guerra, aderiu ao SVI a 1 de julho de 1937 e ao PCE a 25 de julho de 1938, em Las Planas, na Catalunha. Porém, a sua ação política antecedeu esta cronologia e situa-se na Revolução das Astúrias, logo em outubro de 1934, provavelmente como resultado do contacto com a classe operária espanhola e da extensão deste modelo operário de ação política designado como *revolução operária*.

Foi seguindo este padrão que a grande maioria destes indivíduos se alistou nas milícias ou nas brigadas do recém-formado Exército Popular Republicano e só posteriormente nas unidades militares das Brigadas Internacionais[80]. Por isso, é possível definir dois períodos distintos de mobilidade dos voluntários portugueses no domínio das unidades militares. Aqueles que transitaram diretamente das milícias ou brigadas *mixtas* para as Brigadas Internacionais foram integrados na dinâmica de transferência de combatentes espanhóis para estas unidades, que compuseram já cerca de 47% dos seus efetivos durante a reorganização das forças republicanas que ocorreu em meados de 1937 (Skoutelsky, 2006: 266). Um segundo momento surgiu associado à necessidade de repatriar para os países de onde tinham vindo (sobretudo a França) os voluntários portugueses que, tendo sido em determinado momento soldados do Exército Popular Republicano, foram enviados para batalhões das Brigadas Internacionais numa fase mais avançada do conflito.

[80] Entre estas destaca-se unidades milicianas como: a Coluna Durruti e de Ferro (criadas pela CNT) e a Coluna Karl Marx (ligada ao PSUC), bem como as Milícias Passionária ou o V Regimento e diversas milícias regionais (de Cercedilla, Huelva e León). Surgem, de forma semelhante, outras unidades integradas no amplo universo das chamadas "milícias operárias" ou "milícias camponesas" organizadas no início do conflito.

O caso de Manuel Gomez Ribeiro[81] expressa este tipo de mobilidade no Exército Popular Republicano: emigrante em Espanha desde julho de 1936, militante da CNT, figurou como simpatizante comunista, combateu em Madrid ligado ao V Regimento do PCE e passou depois a integrar a 37.ª brigada *mixta* por volta de janeiro de 1937. Foi nessa unidade que combateu até ao momento em que preencheu a sua biografia de militante junto do PCE e a ficha de desmobilização das Brigadas, que integrou antes de ser desmobilizado entre outubro e novembro de 1938.

Concluindo, a composição social e política dos brigadistas portugueses emigrados em Espanha foi um fator determinante que condicionou o seu trajeto nas milícias e batalhões que integraram. Frequentemente, os portugueses emigrados em Espanha ingressaram nas unidades internacionais durante a reorganização geral do Exército Popular Republicano, na primavera de 1937, à semelhança do que aconteceu com os espanhóis que reforçaram as fileiras das Brigadas Internacionais (cerca de 47% dos combatentes dos contingentes internacionais), ou no final do conflito, aquando da sua desmobilização. Encontraram-se dispersos por todas as Brigadas Internacionais, mas concentraram-se sobretudo na XIV Brigada Internacional e na XII Brigada Internacional.

2.2. Emigrar ou fugir para França

A diversidade de filiações políticas (abrangendo também parte do campo político espanhol) e a sobreposição das datas de imigração em França com a cronologia da Guerra Civil de Espanha tornaram o caso dos brigadistas portugueses emigrados em França, comparativamente aos emigrados em Espanha, mais difícil de analisar através de um denominador comum. Isto deve-se a três razões que nos parecem pertinentes à análise: primeiro, a situação sociolaboral era diversa e a militância resultava de múltiplas instâncias na emigração — grande parte dos brigadistas procedentes de França vivia anos em Espanha ou intercalava vários períodos de emigração noutras regiões antes de se fixar —; segundo, a sua deslocação para combater, ao contrário dos emigrados em Espanha, alistados nas primeiras semanas do conflito em milícias, diluiu-se ao longo de

[81] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx.10, Processo de Manuel Gomez Ribeiro, sem data, p. 9-12.

quase três anos de guerra; terceiro, o conjunto dos imigrados em França evidenciava traços que permitiram a sua inscrição na categoria política do exílio.

Tabela 8. Sindicato e organizações integradas pelos imigrantes em França.

Sindicato	Sem partido	PCF	PCE	PCP	Simpatizantes comunistas	Total
CGT	5[82]	8[83]	4	0	2	18
CGT (portuguesa)	1	0	0	0	0	1
CNT	2	0	0	0	0	2
Sindicato vermelho[84]	2	0	0	1	0	3
Sem sindicato	4	0	1	1	2	8
CNT e CGT	1	0	0	0	0	1
Total Geral	14	8	5	2	4	34

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

2.2.1. Fuga para França

A presença de Pedro José da Conceição na imigração em França e, subsequentemente, na Guerra de Espanha inscreveu-se no âmbito da revolta dos marinheiros, protagonizada em setembro de 1936 pela ORA. Após o fracasso do movimento, declarou ter sido detido na prisão da Marinha de Guerra portuguesa, de onde conseguiu fugir com o auxílio do SVI para França. O seu processo na PVDE atesta a fuga dos Serviços Auxiliares da Marinha, onde se encontrava encarcerado. A polícia política classificou-o como "um perigosíssimo elemento revolucionário e de agitação constante, mantendo numerosas e importantes ligações com elementos conspiradores organizados"[85].

[82] Um dos ativistas da CGT francesa de matriz socialista, sindicalizou-se na da CNT espanhola, anarco-sindicalista, após chegar a Espanha para combater. Integrou milícias operárias, como ocorreu com um número avultado de emigrantes em.

[83] Artur Rodrigues Paquete partilhava a sindicalização na CGT bem como na CGTU, uma cisão comunista da CGT que se voltou a unificar com aquela durante a Frente Popular francesa, em 1936 (Skoutelsky, 1998)

[84] "Sindicato vermelho" é o nome pelo qual designavam os brigadistas aqueles sindicatos que, clandestinamente, se organizaram fora/contra os sindicatos nacionais do regime, a partir de 1933.

[85] PT, TT, PIDE, SC, RGP, Lv. 63, R. 12521, Biografia prisional de Pedro José da Conceição, 2 janeiro 1946.

À semelhança deste percurso, Reinaldo de Castro[86] exilou-se em França antes de se dirigir a Espanha. Conhecido na clandestinidade como "Monteiro", foi militante comunista, esteve ligado tanto ao movimento operário como à resistência antifascista a partir de 1926. Integrou o "sindicato vermelho" da metalurgia do Barreiro e participou na organização da secção sindical local. Em abril de 1931 fez parte do movimento revolucionário contra o governo de Salazar relacionado com a Revolta da Madeira, sendo posteriormente preso e deportado para Timor, onde permaneceu até junho de 1933. Após o regresso a Portugal, aderiu ao PCP, no Barreiro, por intermédio de Florentino Alves Rodrigues. Desde março de 1936 viveu na clandestinidade como militante do PCP e em junho de 1937 partiu para o exílio em França, de onde chegou a Espanha, através de um Comité de Ajuda à Espanha Republicana.

Tanto Reinaldo como José da Conceição acabaram detidos pela polícia na fronteira de Vilar Formoso, em 1940, entregues pelas autoridades franquistas, iniciando um longo percurso carcerário antes de serem enviados para a colónia penal do Tarrafal, regressando ambos a Portugal em 1946, a bordo do paquete *Guiné*[87]. Neste pequeno universo de imigrados em França encontraram-se as organizações antifascistas que se opuseram à ditadura, quer em Portugal, como a ORA, quer no exílio, como a UAPRE.

Um outro caso refere-se a Francisco Gamero Gonzalez[88]. Natural de Évora e residente na margem sul do Tejo, militante da CGT portuguesa, no Barreiro aderiu ao PCP em 1932 e participou em greves na zona do Barreiro e de Cacilhas, onde residia. Preso em Portugal em 1936, durante 14 dias, no Governo Civil de Lisboa, sob a acusação de ser bolchevique, escapou do país a 18 de setembro desse ano, presumivelmente no seguimento da Revolta dos Marinheiros, tal como José Conceição. O seu percurso indicou que havia chegado a Espanha em novembro do mesmo ano através das estruturas criadas em França para recrutar voluntários, como o Comité Internacional de Luta pela Paz (ou Amsterdão Pleyel) dinamizado pelo PCF ou pelo SVI (Skoutelsky, 1998: 111), integrando diretamente as Brigadas Internacionais.

[86] PT, TT, PIDE, SC, RGP, Lv. 65, R. 12951, Biografia prisional de Reinaldo de Castro, 12 janeiro 1946.
[87] PT, TT, PIDE, SC, RGP, Lv. 63, R. 12521, Biografia prisional de Pedro José da Conceição, 2 janeiro 1946.
[88] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Francisco Gamero González, sem data, p. 53-56.

Neste universo, a militância surgia como continuidade direta da luta antifascista portuguesa, prolongada inicialmente no exílio em França, principal espaço de recrutamento de voluntários para as Brigadas Internacionais (Skoutelsky, 2006: 116). Estes eram, em geral, sindicalistas ou sindicalizados desde meados da década de 1920 e militantes comunistas desde o início dos anos 30, participando de forma significativa nas revoltas protagonizadas pelo reviralhismo — em 1931, na Revolta da Madeira — ou pelo movimento operário português em oposição à Ditadura militar e ao Estado Novo — na Revolta dos Marinheiros.

2.2.2. Trabalhadores em França

O grupo mais numeroso era composto por operários com escassa participação nos partidos operários franceses, embora apresentassem uma forte adesão aos sindicatos franceses, especialmente à CGT, ou desenvolvessem uma relação estreita com a FPEF. Tratavam-se, maioritariamente, de mineiros das regiões operárias envolventes de Lyon e Toulouse, de metalúrgicos ou pedreiros residentes em Paris, de empregados das fábricas automóveis ou de trabalhadores envolvidos na expansão do metropolitano parisiense, bem como de alguns camponeses fixados na região de Bordéus.

A recomposição do seu trajeto coletivo evidencia uma dupla dimensão, decorrente das circunstâncias específicas da imigração. Por um lado, um obreirismo inscrito nas lutas pelo trabalho na imigração, dinamizadas pela FPEF. Neste campo, a integração da FPEF na FPP situou a sua participação, pelo menos em teoria, no plano da luta antifascista portuguesa, ainda que nenhum dos brigadistas analisados declarasse ler o órgão da Frente (o jornal *Unir*), optando antes pela imprensa operária francesa, como *L'Humanité*, e espanhola, como o *Frente Rojo*.

A leitura deste tipo de imprensa parece ter criado — ou, pelo menos, indiciado — um conjunto de disposições militantes em território francês, elemento confirmado quando se reviu a participação dos brigadistas nas manifestações e greves que se intensificaram a partir de 6 de fevereiro de 1934, bem como nas organizações fundadas no contexto migratório. Assim, o processo de socialização seguiu um percurso ora

paralelo às lutas da classe operária francesa, integrado nas estruturas de apoio à imigração ditadas por reivindicações próprias da comunidade de imigrantes portugueses; ora inscrito no sindicalismo francês, que se intensificou a partir da década de 1930, nomeadamente com a emergência de uma cultura de frente popular.

Um caso ilustrativo foi o de Manuel Alberto de Souza, natural de Viana do Castelo. Viveu na imigração desde 1932, em Espanha, antes de se fixar em França, em data incerta. Declarou ser leitor regular do *L'Humanité* e participou nas contra-manifestações de 6 de fevereiro de 1934, passando a militar no PCF e na CGT francesa como delegado sindical dos canteiros, à partida em 1936. Indicou, como outros filiados da FPEF, que esta organização o auxiliou num eventual processo de repatriação depois da Guerra de Espanha[89]. Análogo é o trajeto de João Luís Roque que, identificando-se pelo nome em francês — Jean Luís —, trabalhou como mineiro na comuna de Villars, onde se estabeleceu, após emigrar por razões políticas, a 5 de março de 1928. Aderiu à CGT em 1930 e no PCF em 1936, ano em que participou nas greves de maio a junho da Frente Popular. Referiu conhecer vários dirigentes da FPEF, como Manuel S. Ferreira, Abel Moreira e Francisco Martins, que lhe poderiam prestar auxílio num possível processo de repatriação para França depois do conflito em Espanha[90].

Tal como no caso dos brigadistas portugueses imigrados em Espanha, a soma de militantes dos partidos comunistas e de simpatizantes comunistas superava o número de voluntários sem partido, embora tenha sido necessária uma maior precisão quanto aos períodos de adesão partidária. Eram raros os casos de militância no PCF antes de 1936, sendo a lógica geral da ação militante deste grupo a mobilização social das greves de maio, junho e julho desse ano em França, a quem se deveu a responsabilidade:

> ne peut être imputée à l'extrême gauche: la CGT syndicaliste révolutionnaire, comme les trotskystes, était beaucoup trop faible pour avoir pu peser. Reste la CGT, à laquelle la réunification syndicale donne alors un dynamisme nouveau. Mais tous les témoignages la décrivent prise de court par le mouvement, comme le reconnaît lui-même son secrétaire général, Léon Jouhaux, le 15 juin : 'le mouvement s'est déclenché sans qu'on sût exactement comment et où'. En outre, les

[89] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Manuel Alberto de Souza, 7 outubro 1938, p. 45-48.

[90] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Jean Luís Roque, 14 novembro 1938, p. 88-93.

> grèves correspondent ici, moins encore que dans le cas du P.C.F., à des secteurs de forte implantation : les taux de syndicalisation sont particulièrement faibles dans les secteurs à fortes grèves, comme la métallurgie (4 %), le textile (5 %), les industries alimentaires (3 %), alors qu'ils sont de 22, 44, 36 et 35 % dans les chemins de fer, la poste, les services publics et l'enseignement, où il n'y a pas de grève. Le cas limite est celui des grands magasins, qui connaissent une grève particulièrement spectaculaire alors qu'ils ne comptent ni section syndicale ni, d'ailleurs, cellule communiste. Il est donc clair qu'aucune force politique ou syndicale nationale n'a voulu ces grèves. Elles sont venues d'en bas, de la base, et non du sommet, des états-majors. C'est pourquoi on peut les dire spontanées[91] (Prost, 2002: 37).

A mobilização grevista articulou três dimensões necessárias para compreender a mobilização para as Brigadas Internacionais através do caso dos brigadistas portugueses oriundos da França: as mobilizações de curto prazo, motivadas pela ascensão do fascismo latente desde 1934, materializada nos motins das ligas fascistas; a desestabilização provocada pela crise económica de 1929, que se alastrou à década seguinte; e, de forma mais estrutural, uma lógica de longa duração associada ao processo de formação da classe trabalhadora, num período marcado pela taylorização do trabalho e pela racionalização dos sistemas de produção, que operaram uma "desqualificação" laboral (Prost, 2002)[92].

Foi a partir deste contexto que emergiram adesões ao PCF e o maior número de filiações na CGT, uma vez que apenas dois casos registaram adesões ao PCF em 1935. Em plena Guerra de Espanha, encontramos a passagem de alguns brigadistas portugueses oriundos de França para o PCE ou a aproximação ao PCF de uma parte daqueles que, ainda não estando em território espanhol para combater, provinham do meio sindical (ver tabela 8). À semelhança do que se verificou em Espanha, o universo

[91] A reunificação sindical de 1936 reagrupou a CGT e a CGT unitária que era, por sua vez, uma cisão comunista fundada em 1921 (Skoutelsky, 1998: 111).

[92] Segundo Michael Seidman (1981), esta desqualificação do trabalho nas fábricas — nomeadamente na metalurgia (automóvel e aviação) e na construção civil — provocou reações violentas, como choques diretos entre operários e empregadores, danificação de materiais e ocupação de fábricas, bem como formas simbólicas de desobediência calculada, expressas em atrasos e na desaceleração dos ritmos de produção.

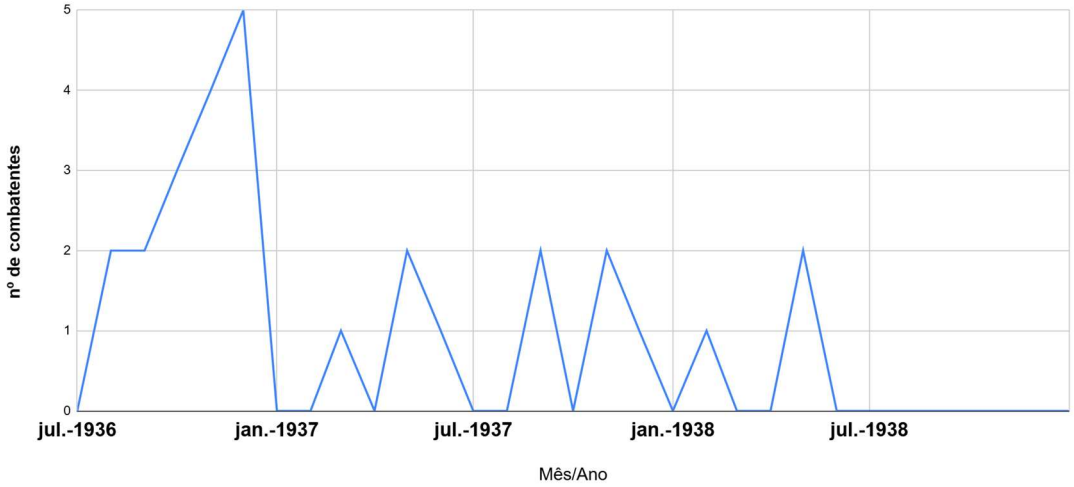
dos simpatizantes comunistas incluía aqueles que se apresentavam como comunistas ou simplesmente como militantes do "PC", sem indicação da data de entrada no partido, bem como os que foram classificados nos relatórios de brigada como simpatizantes comunistas, antifascistas ou sem formação política definida.

O brigadista proveniente da imigração em França oscilava entre o participante ativo na luta antifascista portuguesa que se refugiara em França e o trabalhador das fábricas da metalurgia ou dos campos do sudoeste francês. Este podia, à semelhança dos anteriores, ter fugido de Portugal por motivos políticos em momento anterior ou ter-se deslocado para França em busca de trabalho, podendo, antes disso, ter vivido noutro país de emigração — regra geral, em Espanha.

2.2.3. Rumo às Brigadas?

O recrutamento de voluntários em França sofreu várias alterações durante os primeiros meses da guerra. Sobretudo porque, no início do conflito armado, os dispositivos franceses de apoio à Espanha Republicana se centraram na recolha de apoio económico e logístico à causa, através dos sindicatos e de outras organizações dinamizadas pelo SVI, como o Comité de Ajuda à Espanha Republicana, sediado na avenida Mathurin Moreau, em Paris. A organização dos voluntários foi efetuada pelas representações espanholas em França, que recrutaram diretamente oficiais e artilheiros da reserva do exército francês (Skoutelsky, 1998: 110-112).

Gráfico 2. Data de chegada de voluntários portugueses a Espanha imigrados em França.



Fonte: gráfico elaborado a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

Por isso, no período referente ao verão de 1936, as partidas realizaram-se em pequenos grupos, de forma espontânea, sendo o recrutamento operado predominantemente numa escala individual e no campo da militância partidária ou sindicalizada, a fim de evitar a infiltração de membros da extrema-direita (Skoutelsky, 1998: 113-115). O caso dos voluntários portugueses emigrados em França parece seguir a mesma dinâmica. Vinculada à solidariedade internacional dos trabalhadores e ativistas franceses, a ação dos voluntários foi influenciada pela criação das unidades internacionais que passaram a integrar.

A maioria chegou antes ou durante a formação das Brigadas Internacionais, o que levou parte destes militantes a integrar milícias operárias, como a coluna Durruti[93]

[93] José Dias vivia em Marmande, em França, perto da região de Bordéus. Foi trabalhador rural e chegou a Espanha a 27 de setembro de 1936, integrando o batalhão internacional da Coluna Durruti e, simultaneamente, aderiu à central anarco-sindicalista espanhola, da CNT (PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Dias, 6 novembro 1938, p. 2-5).

ou a coluna Karl Marx[94], e brigadas mistas como a 224.ª Brigada[95]. Só num momento posterior foram transferidos para unidades das Brigadas Internacionais; outros integraram diretamente essas unidades, consoante a formação das unidades internacionais e o seu o ritmo de chegada ao território espanhol.

Os voluntários que integraram as milícias constituem um indicador relevante para a compreensão de dois vetores fundamentais da deslocação para Espanha: (1) traça o trajeto seguido por estes militantes até Espanha; e (2) justifica o aparecimento de adesões nas centrais sindicais espanholas entre estes imigrantes portugueses em França. Ambas as colunas referidas pelos brigadistas eram catalãs, pelo que atravessaram a fonteira catalã, e não a basca, para chegar a Espanha. Por conseguinte, o contacto de alguns voluntários com o cenário catalão impulsionou a sua entrada na central anarco-sindicalista da CNT, com forte presença na Catalunha (Casanova, 2010).

A formação das unidades das Brigadas Internacionais faria pressupor que o princípio adotado para a sua organização — a agregação segundo grupos linguísticos ou culturais (Skoutelsky, 1998: 66) — se impusesse desde o início. Porém, o leque de brigadas integradas revelou-se, numa fase inicial, bastante díspar. Interveio aqui o próprio processo de formação das unidades, em paralelo com o fluxo de deslocação dos voluntários portugueses. A concomitância destes processos ditou que os voluntários fossem integrados consoante a criação das unidades: os que chegaram em setembro integraram raramente as Brigadas Internacionais recém formadas, mas voluntariaram-se nas milícias ou noutras unidades do Exército Popular Republicano; os que chegaram em outubro dirigiram-se já para as unidades internacionais, como a XI e a XII Brigadas; os que chegaram no final de 1936 integraram os batalhões francófonos já formados e

[94] A reconstrução do trajeto de Francisco Gamero permite situar a sua chegada a Espanha em setembro de 1936 o que compreende a sua integração das milícias operárias catalãs. Possivelmente se cruzou com Delfim Teixeira, militante do PSUC, marinheiro e imigrante em Espanha, que participou na mesma unidade militar, ainda que não seja possível apurar em que destacamento da coluna Karl Marx (PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Francisco Gamero González, sem data, p. 53-56).

[95] O processo de António de Araújo, emigrante no protetorado francês de Marrocos, mostra como a sua primeira unidade durante a guerra foi precisamente a 224ª brigada mista do Exército Popular Republicano, e posteriormente uma Brigada Internacional para a qual é transferido (PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de António de Araújo Cruz, 14 novembro 1938, p. 83-85).

organizados na XIV Brigada; e aqueles que chegaram no início do ano seguinte foram destinados à XV Brigada, de anglófonos, criada no início de 1937.

Com o desenvolver do conflito, a grande maioria dos combatentes portugueses chegados de França foi destacada diretamente para as unidades francófonas das Brigadas, concentradas na XIV Brigada Internacional, ou transferida para essas unidades em momento posterior. Esta brigada concentrou cerca de 40% dos combatentes portugueses imigrados em França que participaram nas Brigadas Internacionais, enquanto os restantes se distribuíram maioritariamente entre a XII e a XV Brigadas Internacionais. Um número minoritário esteve disperso por unidades do Exército Popular Republicano ou por outras brigadas no momento do repatriamento dos Internacionais. Também, à semelhança do caso dos imigrantes em Espanha que combateram nas Brigadas, foram paulatinamente transferidos para as Brigadas no momento da desmobilização.

A análise do contingente de portugueses que procederam diretamente da imigração em França é consideravelmente mais complexa do que a integração dos portugueses imigrados em Espanha. Tinham em comum as condições da imigração e do exílio, bem como uma matriz tendencialmente sindicalista, ainda que a cronologia e as culturas operárias que desenvolveram nas diversas regiões migratórias fossem operativamente distintas. A sua unicidade residia na organização em torno de estruturas de apoio à emigração, não operando exclusivamente nos sindicatos como estratégia de sobrevivência na emigração.

2.3. Imigração nas Américas

Foram escassos os emigrantes nos EUA (três brigadistas) que participaram nas Brigadas Internacionais. Semelhante foi o caso da emigração portuguesa para o Brasil, com apenas um brigadista, sobre o qual não foi possível apurar mais do que o nome e a atividade sociolaboral. Dada a pequena dimensão da amostra, observar de forma singular o contingente de imigrantes nas Américas que se alistou nas Brigadas Internacionais foi um exercício mais factível.

Sobre José Moreno Sanchez[96] não houve, na documentação, informação suficiente para reconstruir um perfil sociolaboral ou político, sabendo-se apenas que procedeu de São Paulo, no Brasil, e que foi trabalhador agrícola. Desconhece-se a brigada que integrou, ainda que a sua documentação figure entre os registos dos portugueses integrados nas Brigadas Internacionais do *Russian State Archive of Socio-Political History* (RGASPI). O seu caso é oportuno à investigação porque foi um produto dos fluxos da emigração portuguesa durante a primeira metade do século XX, ligada à deslocação transatlântica para a América Latina ou para a América do Norte (Baganha, 1994: 961). Neste contexto, podemos apenas sugerir que o papel da emigração transatlântica — especialmente para o Brasil — teve proporções quase residuais na formação de voluntários portugueses para a Guerra de Espanha.

Os três casos da imigração nos EUA, referentes a Joaquim Pereira, John Albino Marques e Bento Rodrigues, permitem reconstruir o trajeto prévio à Guerra Civil de Espanha. Todos eles tinham em comum dois aspetos: por um lado, não aderiram, no país de acolhimento, a nenhuma organização sindical; por outro, integraram a XV Brigada Internacional, composta maioritariamente por anglofalantes (canadianos, americanos e habitantes das Ilhas Britânicas). No que respeita à sua integração na XV Brigada Internacional, sabe-se que não foram os únicos portugueses nessa unidade, mas que se tratou do único caso em que o critério de integração nas Brigadas segundo a proximidade linguística se aplicou integralmente.

Bento Rodrigues residia em Brooklyn, onde era motorista. Não era sindicalizado, mas era militante do Partido Comunista dos EUA (CPUSA), proposto por Manuel Afonso e Armando Torres em 1932. A data da sua imigração para os EUA é desconhecida, mas situou a data de ida para Espanha em fevereiro de 1937, aderindo ao SVI em março do mesmo ano. Era também leitor da imprensa operária americana, como o *Daily Worker* e, à imagem dos restantes combatentes, lia o *Frente Rojo*. O seu perfil permite identificar o modelo de recrutamento nos EUA, organizado pelo CPUSA, onde o próprio militava.

[96] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Moreno Sanchez, 17 junho 1937, p. 78.

Na brigada onde se encontrava, desempenhou funções de motorista durante a guerra, em consonância com a sua atividade profissional.

O caso com mais informação referente ao percurso individual é o de John Marques Albino. Identificava-se com o nome americanizado e redigiu o questionário do Comissariado das Brigadas Internacionais em inglês, expondo um grau significativo de integração no tecido social americano. Foi trabalhador agrícola na Califórnia, residente no vale de Sacramento, antes de se voluntariar para combater em Espanha. Nunca esteve filiado a um sindicato e apresentou-se como comunista, embora não fosse acompanhado de nenhum dos critérios que caracterizavam os restantes militantes (*carnet*, número de célula ou biografia de militante). Como no caso anterior, era originário de Nova Iorque, de onde eram organizadas as partidas dos voluntários oriundos dos EUA[97].

A geografia de fixação pareceu determinar o setor laboral a que estes imigrantes se dedicaram no território norte-americano. Dos três indivíduos identificados, dois procederam de Nova Iorque, empregando-se como motorista e carpinteiro; o terceiro desempenhou funções de trabalhador agrícola e esteve fixado na região de Oakland, na Califórnia. Apesar da muito reduzida dimensão do contingente de portugueses originado nos EUA, o grupo apresenta um perfil relativamente estruturado: trabalhadores integrados na sociedade de acolhimento e conhecedores da língua inglesa. Recrutados pelo Partido Comunista dos EUA e incorporados na XV Brigada Internacional, estes casos sugerem uma ténue definição de um arquétipo militante, enquanto o emigrante proveniente do Brasil evidencia o peso praticamente nulo dessa rota migratória na formação de voluntários para as Brigadas Internacionais.

2.4. Cruzar a fronteira

O grupo dos cinco portugueses que integrou as Brigadas Internacionais e que se deslocou diretamente de Portugal, apesar de minoritário, oscila entre duas categorias

[97] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de John Marques Albino, 10 dezembro 1938, p. 17-19.

específicas de trajetórias, gravitando entre o habitante raiano dedicado ao contrabando e o militante comunista com instrução escolar.

Entre os militantes do PCP encontraram-se aqueles que foram "de Portugal, com dois objetivos declarados: apoiar na frente de combate a República espanhola e adquirir formação militar e revolucionária que lhes permitisse, findo o conflito em Espanha, intervir na ação revolucionária em Portugal" (Farinha, 1999: 242). Face à repressão do regime e ao encarceramento de muitos militantes, o PCP não pôde prescindir dos poucos militantes que possuía no ativo para os enviar a Espanha. E, como tal, o PCP nunca apelou de forma direta ao alistamento dos militantes como voluntários no conflito, precisamente por não dispor deles em grande número (Freire, 1998a: 177, 191). Neste perfil destacaram-se os nomes de Pompeu Crispim[98] (26 anos) e Cláudio Vilanova[99] (19 anos), naturais de Arronches e Lisboa, respetivamente. Não é por acaso que foram relativamente mais novos do que o resto da amostra, caracterizada por uma média de 29 anos no início da Guerra de Espanha. Isto porque, enquanto militantes do PCP e, sobretudo, das juventudes comunistas, se deslocaram no início do conflito seguindo os preceitos da escola leninista, que valorizava a aprendizagem militar como via de formação revolucionária.

Num campo distinto da militância comunista, encontramos o caso de José Maria Garganeiro. Camponês e contrabandista, residente em Campo Maior, de quem obtivemos um testemunho relatado em francês, datado ao redor da sua evacuação para França em 15 de setembro de 1938. Nele afirmava:

> Não estava organizado em Portugal, nem politicamente nem sindicalmente, quando a rebelião eclodiu em Espanha, encontrei-me na província de Badajoz, com tabaco que eu levava para Espanha de contrabando para poder viver e alimentar a minha pequena família. Encontrando-me em território republicano, inscrevi-me nas milícias populares da Estremadura. Em novembro de 1937, entrei para as Brigadas Internacionais por decisão do governo, sendo destacado para a XV Brigada[100].

[98] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Pompéu Crispim Abremanejo, 13 outubro 1938, p. 78-79.

[99] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Claudio Villanueva Lorenzo, 13 abril 1938, p. 35-43.

[100] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Depoimento de José Maria Garganeiro, 15 setembro 1938, p. 7-8.

No ano de 1937 integrou a CNT e foi transferido, "por ordem do governo", para a XV Brigada Internacional, durante a reorganização do Exército Popular Republicano. Era comum às comunidades raianas do Baixo Alentejo guiarem-se por práticas de solidariedade no apoio às populações espanholas durante a Guerra de Espanha, especialmente no auxílio aos refugiados (Simões, 2009, 2016). No entanto, essa solidariedade estendeu-se também ao recurso às armas no início do conflito, tal que uma carta do Cônsul de Badajoz ao Ministério do Interior, datada de 30 de agosto de 1936, descrevia:

> Muitos dos numerosos portugueses que com armas na mão colaboraram com os marxistas locais ou provinciais nas lutas aqui registadas há poucos dias, ou foram mortos em combate, ou foram fuzilados, segundo informes não confirmados que tenho, à exceção de alguns que fugiram para Portugal, especialmente para Campo Maior, vila portuguesa que maior contacto tem com Badajoz e que, ao parecer, deu maior contingente desses indivíduos[101].

No geral, os brigadistas portugueses que procederam de Portugal foram, ora militantes comunistas habituados à luta contra o regime português instalado desde 1926, ora habitantes raianos que, no processo de socialização da guerra, demonstraram uma solidariedade transfronteiriça.

Os primeiros foram, por norma, jovens militantes comunistas que se deslocaram a Espanha para defender a República, seguindo a estratégia frentista da VII Internacional Comunista (1935), em paralelo com a possibilidade de obter formação militar em território espanhol que lhes fosse útil na resistência contra o Estado Novo.

O segundo caso, no Baixo Alentejo, sublinhou o papel da solidariedade transfronteiriça no apoio à fuga de refugiados espanhóis que escapavam à guerra. No mesmo ímpeto solidário do auxílio à fuga, o cônsul português de Badajoz, à data do início do conflito, referiu muitos outros que recorreram às armas e integraram as milícias

[101] PT, TT, MI-GM, Mç. 485, Ofícios do cônsul de Portugal em Badajoz sobre a atuação de alguns portugueses na guerra civil de Espanha, 4 setembro 1936.

operárias e camponesas formadas no Estado adjacente, filiando-se nas organizações e centrais sindicais desse país.

2.5. "Nas linhas de fogo"

No final do conflito, a documentação permitiu identificar três espaços de concentração de portugueses: Hostalets Centelles, onde se localizava o quartel de oficiais; Hostalets de Balenya, sede do campo de instrução militar destinado aos portugueses; e Puig Alt-de-Ter (atualmente San Joan de les Abadesses), onde funcionava um campo de desmobilização que reunia os portugueses para efeitos de repatriação e para a formação do grupo misto de combate previsto pelo *Plano Lusitânia*. É neste cenário de desmobilização que surgem relatos de vários incidentes ocorridos no campo de Puig Alt-de-Ter. Tais episódios foram, em grande medida, provocados pela desmoralização dos combatentes na fase final do conflito, bem como pelas tensões inerentes ao processo de desmobilização de militantes armados. No entanto, a documentação permite realçar outros elementos essenciais para compreender esta série de acontecimentos.

Assinada por Artur Rodrigues Paquete[102], Manuel Simão Pedro, João Monteiro[103], Joaquim Rodrigues Pinto[104], Francisco Silva, Antonio Ferreira, Francisco Cavaco[105], José Cavaco[106], Antonio Ferreira Dias, José Francisco D'Aguiar[107], Joaquim Soares, José Rodrigues, António Correia e António Nobre, uma série de comunistas portugueses procedentes da imigração em França dirigiu uma carta a Marty, expondo a situação vivida no campo:

> Os comunistas combatentes das Brigadas Internacionais de nacionalidade portuguesa que vieram de França com os documentos em ordem para regressar a França, e tendo passado pela comissão de controlo para a retirada dos voluntários, encontrando-se atualmente em

[102] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Artur Rodrigues Paquete, 4 novembro 1938, p. 39-48.
[103] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Jean Monteiro, 5 novembro 1938, p. 69-73.
[104] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Joaquim Rodrigues Pinto, 14 novembro 1938, p.70-74.
[105] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Francisco Cavado Gil, sem data, p.41- 45.
[106] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de José Cavado, 23 abril 1938, p. 48-50.
[107] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de José Francisco D'Aguiar, sem data, p. 13-14.

> Puig Alt-de-Ter, campo de desmobilização das tropas estrangeiras n.º 3, e não tendo há 25 dias qualquer conhecimento sobre a situação a que se refere, e devido à propaganda desconhecida e suspeita que aqui fazem alguns soldados e oficiais, e mesmo o comandante do campo, para que fiquem aqui em Espanha, e mesmo de organizar uma unidade armada exclusivamente de portugueses. Por este motivo, como comunistas, viemos pedir ao camarada que nos informe se esta política é propaganda legal, concreta e, de acordo com a política do governo espanhol, do partido, etc... Ou se é do partido ou individual[108].

O que estava em causa era a formação do grupo misto de combate destinado a desembarcar nas costas portuguesas, no âmbito do *Plano Lusitânia*, cuja existência os próprios soldados desconheciam. Esse grupo reuniu os portugueses dispersos por diversas unidades militares num único campo de desmobilização — precisamente o referido em Puig Alt-de-Ter.

Foram estes episódios que revelaram a existência de múltiplas sociabilidades construídas na imigração, tanto em França como em Espanha, que tinham as suas raízes no período anterior à guerra. O que permanecia implícito em todos estes casos era uma relação mais estreita com o PCF ou com o PCE do que, na prática, com a luta antifascista portuguesa, evidenciando comportamentos que derivavam diretamente da composição social dos brigadistas e combatentes — a emigração.

Foi essa condição social que moldou a formação política dos brigadistas, tanto no plano estratégico como no plano ideológico. Tal dimensão era tão marcante que diversos relatórios enviados ao Comité Central do PCP mencionavam a "inimizade" ou "desconfiança" manifestada pelos camaradas imigrados em Espanha ou em França, bem como a sua conduta ambígua face às orientações do partido português[109].

O mais singular deles todos era descrito num dos relatórios redigidos por Artur Rodrigues Paquete, signatário da carta citada acima e encarregue da gestão do campo de desmobilização onde se concentraram os portugueses. Nesse relatório constava que:

[108] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Carta dos brigadistas portugueses emigrados em França a André Marty, 22 de dezembro de 1938.

[109] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Relatório da Organização dos Comunistas Portugueses em Espanha enviado ao CC, sem data, p. 9.

> No dia 10 de novembro de 1938, estando o camarada Tenente Miguel Francisco Ramos de serviço, notou-se entre as forças do quartel um certo mal-estar, que já vinha sendo percebido nos dias anteriores e que se tornou evidente às 11 horas desse dia, quando os soldados que haviam sido designados na ordem do dia anterior se recusaram a fazer guarda. Como o oficial de serviço percebeu que todos os soldados estavam solidários e, portanto, impossibilitados de proceder à sua detenção, apressou-se em comunicar o ocorrido ao Chefe do Centro, que se encontrava no quartel[110].

Este episódio não constituía um caso isolado, mas antes uma manifestação das tensões que atravessavam a fase final da desmobilização. Com o escalar das tensões entre os soldados e os oficiais do campo, os motins terminaram com a execução de um combatente português chamado João Augusto Esteves[111], posteriormente reivindicado como libertário nas memórias de Vivaldo Fagundes[112]. Não parecia sustentável afirmar que a querela se estabelecia entre militantes anarquistas e comunistas, já que tensões semelhantes se verificavam entre comunistas oriundos de diferentes geografias. O próprio Artur Rodrigues Paquete, que já referimos, escreveu em nome dos comunistas portugueses do campo de desmobilização n.º 3, denunciando ao Comité Central do PCE a execução.

O que torna mais rica a análise documental é o papel assumido pela solidariedade entre "todos os soldados" (como era descrito), bem como o lugar ocupado por um repertório de recusa da disciplina imposta pelos "superiores" do campo de desmobilização — acusados de maus-tratos e insultos aos soldados.

A partir destes testemunhos, podemos sugerir a existência simultânea de um referencial comum entre os brigadistas e de práticas políticas divergentes, moldadas pelas suas trajetórias sociais e militantes na emigração, mas também unificadas pela natureza de classe dos brigadistas: a grande maioria procedeu das classes populares e

[110] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Ata da reunião das células do Bureau Militar português e do acampamento de Hostalets-Centellas, 8 janeiro 1939, sem páginas.

[111] RU, RGASPI, F. 545, Cx. 6, Mç. 826, Carta de Artur Rodrigues Paquete em nome dos combatentes no campo de desmobilização nº3 de Puig Alt-de-Ter ao CC do PCE, 12 novembro 1938, p. 15-16.

[112] PT, BNP, AHS, N. 61, Cx. 91, Mç. 1289, *Resposta Breve a um questionário exigente sobre a Revolução Espanhola de 1936-39*, 15 novembro 1941, p. 41-45.

encontrava-se em contacto direto com as culturas operárias nos países de acolhimento. Esta dimensão ajuda a explicar o número significativo de relatórios de comissários de brigada que classificaram os combatentes como "provocadores", "borrachos", "maus elementos" ou "perturbadores", categorias que sugerem a distância entre a disciplina formal das estruturas militares e as práticas quotidianas dos brigadistas. Tanto que, numa nota de 18 de março de 1938, acerca de José Avelino Rodriguez[113], se descrevia que se queixou de os soldados comerem pior que os seus superiores, durante a recoleção da azeitona, valendo-lhe a categorização de falador e trotskista.

Uma questão central no final do capítulo é a possibilidade de sistematizar este tipo de ações num percurso mais amplo que envolva também as condições prévias à guerra civil, e de que temos vindo a discorrer ao longo deste capítulo. Não é viável delinear um perfil homogéneo, devido à diversidade da procedência geográfica que condiciona o seu percurso militante, bem como à dispersão por múltiplas brigadas internacionais. A sua sociabilidade resultou do cruzamento entre a origem portuguesa e o contacto com as sociabilidades políticas nacionais e locais no estrangeiro: as centrais sindicais, os partidos políticos, os próprios locais de trabalho e as unidades militares integradas no início da Guerra de Espanha. Foi precisamente a partir dessa diversidade de trajetórias que se colocou a questão sobre o que existiu de comum entre esses vários percursos de militância.

Algumas obras sobre as Brigadas Internacionais referem, de forma genérica, o papel do antifascismo, da solidariedade e do internacionalismo, bem como a tensão oscilante entre o ímpeto revolucionário e a defesa da República que atravessou também a solidariedade internacional. Muitos dos que foram para Espanha combater, ou dos que já lá estavam à data do conflito, lutaram pela revolução internacional, como se novamente de uma revolução se tratasse. Basta observar como, no início do conflito, muitos voluntários recuperaram a imagética revolucionária russa de 1917 e o papel que esta desempenhou na sua mobilização durante os primeiros meses da guerra (Kruizinga et al., 2020). Essas formas coexistiram de várias maneiras no ideário dos brigadistas e

[113] PT, AHS, ICS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de José Avelino Rodriguez, 18 março 1938, p. 32-36.

constituíram os elementos motivadores para a participação no conflito, mas esse discurso partiu da concretização de formas políticas prévias, assentando num percurso social ou militante específico, construído na diacronia.

As primeiras formas de antifascismo surgiram, ao contrário das correntes políticas do século XIX, no contexto da emergência da política de massas e das convulsões do entre-guerras, assumindo sobretudo uma prática de ação direta que conjugava a dimensão local das lutas da classe trabalhadora com a ascensão global do fascismo (Fronczak, 2026). A ação direta pôde, assim, constituir um dos indícios mais consistentes de uma cultura política comum, associando o local ao global e ligando o período anterior ao curso do conflito.

Nas palavras de David Graeber (2009: 165-166), "ação direta é a resistência perante estruturas de autoridade injustas [...] refere-se a qualquer forma de resistência política que seja aberta, militante e conflituosa, mas que não chegue a constituir uma insurreição propriamente dita". Este conceito, mais amplo do que a conotação histórica atribuída à ação direta anarquista dos finais do século XIX, remete para uma construção política individual e coletiva. Resulta da resistência nas mobilizações sociais e políticas do entre-guerras, nas quais os vários brigadistas analisados participam ao longo do seu percurso, consoante a geografia e em função das figuras de dominação que enfrentam. A ação direta pode remeter a estratégias como a emigração, a manifestação, a greve, a sabotagem da produção, a objeção ao trabalho, a constituição de milícias no início do conflito ou a negação em participar nele no final.

A emigração foi o ponto de partida desta prática, apresentando-se como forma de "fuga" ou deserção. O papel da imigração na sua formação manifestou-se no desenvolvimento dos contornos políticos que emergem logo após a partida, nomeadamente na sindicalização dos migrantes como modelo de sobrevivência, que constitui uma das primeiras formas de organização coletiva no estrangeiro. Podemos, contudo, identificar nuances na evolução desta prática de ação direta, em função do contacto com as sociabilidades políticas locais

Em Espanha, a ação direta assumiu contornos marcados pela influência da cultura operária, constituída nos sindicatos. Esta matriz sindicalista refletia igualmente

práticas de sobrevivência desenvolvidas no contexto da emigração portuguesa para Espanha durante a década de 1930, que permitiu um primeiro ponto de politização destes emigrantes, consistente com a criação de uma cultura de *revolução operária*. O sindicalismo desempenhou um papel determinante na forma como os imigrantes portugueses em Espanha conheciam e praticavam a política através dos seus correligionários. Para sindicatos socialistas e anarquistas, o principal objetivo da luta política deveria ser a dissolução do Estado enquanto mediador das relações económicas, substituindo-o por uma junta de gestão operária (Juliá, 1988). Esta tradição de luta, na qual se inscreve o antifascismo, conheceu momentos marcantes como a Revolução das Astúrias na qual participaram alguns dos brigadistas portugueses (como Manuel Antunez Tomás, Juan Sebastián Martínez ou Luis Rodriguez da Silva).

A esta forma de sociabilidade, apreendida através do contacto com a classe operária espanhola, contrapõe-se o padrão de ação dos imigrantes em França. Inseridos, tal como os seus contemporâneos franceses, nas lutas contra a racionalização do trabalho: a *taylorização* que afetou as indústrias automóvel, da construção e mineira, setores onde se concentrava uma parte significativa dos brigadistas. Estes trabalhadores integraram mobilizações das greves da Frente Popular em França, sobretudo contra a disciplina fabril, os ritmos intensivos de trabalho e as tentativas de prolongamento da jornada laboral, reduzida para quarenta horas semanais após os acordos de Matignon (Seidman, 1981; Prost, 2002). A estas reivindicações juntaram-se outras, mais específicas da população trabalhadora portuguesa imigrada em França, organizada em diversas estruturas como a FPEF.

O mesmo aconteceu com o grupo minoritário de voluntários que saíram de Portugal para combater. Provenientes de regiões raianas, dedicaram-se a práticas que subvertiam os limites soberanos do Estado-Nação, como o contrabando e a travessia ilegal da fronteira. Ou, enquanto militantes comunistas, participaram ativamente nas conspirações e ações armadas contra a Ditadura militar, numa primeira instância, e o Estado Novo, a partir de 1933.

No fundo, a participação portuguesa no conflito e nas Brigadas Internacionais não pode nem deve ser explicada por uma motivação única, baseada exclusivamente

em interesses económicos ou políticos. Muito pelo contrário: essa militância inscreveu-se numa ação plural, formada nas lutas de sobrevivência, associada à condição de imigrante e/ou trabalhador e à sociabilidade política local e regional apreendida em zonas limítrofes ou no estrangeiro. Estes brigadistas são "a figura exemplar dessa 'dialética dos confins', na medida em que, por um lado, demonstram materialmente a possibilidade de as ultrapassar, enquanto, por outro lado, os seus corpos exibem as feridas e as lacerações infligidas pela reafirmação quotidiana, sob diversas formas, do domínio dos próprios confins" (Mezzadra, 2019: 28).

Neste contexto, o desenvolvimento da ação militante parece sugerir uma constituição baseada numa rede imbricada de contactos. Por um lado, no desenvolvimento de práticas de sobrevivência na emigração, quer através da integração sócio-política nas sociedades de acolhimento, quer da formação de organizações de apoio à emigração; e, por outro, a possibilidade de interseção com as culturas operárias nacionais com as quais contactam e que condicionam uma série de experiências e padrões políticos de ação.

Neste sentido, o antifascismo destes combatentes foi operativamente diferente de um grupo específico, já estudado pela historiografia, que se manteve na Guerra Civil em continuidade com as lutas reviralhistas e operárias contra a ditadura, no período designado por Fernando Rosas (2013) e Luís Farinha (1999) como "pós-reviralho"[114]. Quando se trata de falar da FPP e das organizações antifascistas surgidas no contexto do exílio, bem como da sua capacidade de mobilizar combatentes para o conflito de 1936-1939, deve-se partir do pressuposto de que existiam mais antifascismos, provenientes de sociabilidades políticas diversificadas pela geografia e uma práxis política assumida contextualmente pelo sujeito.

O conceito de mobilização antifascista internacional poderia ser empregue como único enquadramento, mas ocultaria a riqueza dos diversos percursos e sociabilidades

[114] O pós-reviralho é o período que se estendeu entre a Revolta da Madeira, em 1931, e o fim da Guerra de Espanha, quando se desarticulou, pela detenção e expulsão do território português, o restante das forças oposicionistas. Este período foi caracterizado pela convergência entre as forças republicanas que se opunham ao Estado Novo, bem como setores do movimento operário (Farinha, 1998, 1999).

que coabitam no seu interior. Estamos seguros de que, estabelecendo-se de forma paralela às lutas do exílio português na Guerra Civil de Espanha, podemos falar em indícios de um antifascismo que transborda a definição clássica de antifascismo comunista, radical ou republicano, ainda que a partir destas correntes tenha assumido o vocabulário para se exprimir e identificar. Este antifascismo, motivado pelas lutas da década anterior, foi sendo construído consoante a situação social do sujeito e o conjunto das perceções e sensibilidades políticas, sociais e culturais que moldaram a sua entrada no conflito.

Pensar que o interesse dos emigrantes se limitou a gravitar em torno dos interesses dos exilados — republicanos, anarquistas e comunistas — é retirar autonomia a um grupo que, em muitos momentos da Guerra de Espanha, tinha interesses conflituantes com os definidos pela FPP e exilados portugueses em Espanha. Em alternativa, os percursos dos brigadistas estabeleceram os trilhos para as frentes de batalha, onde a lealdade nacional ou de classe se cruzou com a socialização contra as diferentes figuras da opressão — as instituições políticas, as fábricas, a fronteira, o fascismo português ou internacional —, dando deram rosto a um antifascismo entendido enquanto uma práxis inscrita num percurso coletivo.

3. "Lutamos contra mouros, mercenários e fascistas"

"Nada podem bombas, quando sobram corações,
Ay carmela"

Tentando compreender as nuances do que poderia ser chamada uma solidariedade internacional antifascista mapeámos, no capítulo anterior, geográfica e politicamente, os percursos dos brigadistas internacionais portugueses. Em primeiro lugar, destacou-se o papel das circunstâncias históricas do período do entre-guerras na formação de um espaço comum onde germinou a militância e, posteriormente, a participação nas Brigadas Internacionais. Ao procurar inscrever essa participação num trajeto social mais amplo, identificaram-se os contextos a partir dos quais emergiram os primeiros sinais de politização.

Entre estes, a emigração e a integração nas sociedades de acolhimento, observáveis através da reconstrução das suas identidades pessoais e da adesão aos sindicatos como partes desse repertório, parecem-nos determinantes. Estes elementos, não só constituíram uma forma de sobrevivência associada à condição de imigrante, como lhes permitiu o acesso a sociabilidades políticas locais e regionais. A partir daí, emergiram sinais explícitos de politização: a adesão às centrais sindicais dos países de acolhimento; a identificação política nas estruturas político-partidárias; a participação em movimentos sociais nos países de residência; e, por fim, a adesão já em Espanha às milícias espanholas e às Brigadas Internacionais.

Coloca-se, então, a seguinte questão: foi possível, apesar da disparidade das sociabilidades apreendidas, pensar um projeto político unificado no interior das Brigadas Internacionais? Retomando os argumentos anteriores acerca da construção da militância, importa compreender os impactos do conflito na construção dessas relações sociais e militantes.

Neste capítulo, desloca-se o foco da prática política — múltipla e, por vezes, contraditória — para o discurso, que, ao contrário daquela, se pretendia coeso durante a guerra. Situado no último trimestre de 1938, este discurso inscreveu-se no período

final da Batalha do Ebro[115] e no início da retirada dos voluntários internacionais do território espanhol.

É precisamente no contexto do repatriamento que são redigidas as fichas de desmobilização do Comissariado das Brigadas Internacionais e as "biografias de militantes" do PCE, estas últimas abordando apenas de forma secundária a dimensão antifascista. Se o percurso permite compreender as motivações que conduziram os brigadistas a uma práxis militante — marcada pela ação direta —, a dimensão discursiva permite, a partir das circunstâncias de integração no Exército Popular Republicano e nas Brigadas Internacionais, apreender as representações que orientaram ideologicamente este grupo na fase final do conflito.

Neste capítulo procura-se delinear o discurso dos brigadistas portugueses. Para tal, pretende-se inseri-lo, não só na produção discursiva da Guerra Civil de Espanha, mas da *Guerra Civil Europeia* como um todo. O enquadramento do discurso será antecedido por uma contextualização do perfil militar dos brigadistas portugueses, nomeadamente, os períodos médios de permanência na frente, as patentes e funções desempenhadas e a sua dispersão por diferentes brigadas, em parte explicada pela emigração, e fator fundamental para compreender o surgimento de um discurso comum aos brigadistas portugueses. Seguir-se-á uma análise das estruturas legais criadas por ambos os regimes (salazarista e franquista) para reprimir a participação favorável à República espanhola durante o conflito, tanto em território espanhol como português, para, por fim, se proceder ao estudo dos eixos orientadores do ideário dos brigadistas.

[115] Depois do colapso da frente de Aragão, em abril de 1938, com a ofensiva franquista sobre Vinarós, que cortou a zona republicana catalã da frente central de Madrid, a ofensiva do Ebro foi concebida pelo governo de Negrín para atrair a atenção internacional e voltar a unir as duas zonas do território republicano, separadas desde abril. A operação começou em 25 de julho, desenhada pelo Estado-Maior republicano e liderada pelo general Rojo. O plano teve êxito inicial, mas, após o reagrupamento das forças franquistas e o envio de tropas de reserva para os pontos mais pressionados pela ofensiva republicana, as forças leais à República foram obrigadas a recuar em outubro novamente para trás das linhas do rio Ebro. Os combates cessaram em novembro de 1938, dois meses depois do governo espanhol ordenar a retirada dos voluntários internacionais no contexto da crise dos Sudetas (1938) (Beevor, 2005: 549-550, 562-564).

3.1. Perfil militar: brigada, patente e estadia na frente

A proposta para a formação de contingentes de voluntários internacionais foi apresentada à Komintern a 18 de setembro de 1936, após a declaração de apoio da União Soviética à República Espanhola. Contudo, a sua aprovação só se concretizou um mês depois, com a promulgação do decreto-lei pelo governo de Largo Caballero que, em outubro de 1936, oficializava a sua formação (Skoutelsky, 2006: 75).

A formação dos primeiros contingentes internacionais, num momento em que ainda não existia formalmente uma proposta de organização das Brigadas Internacionais, resultou do agrupamento de batalhões internacionais nas milícias e colunas dos partidos, compostos por imigrantes ou exilados que se encontravam à data em Espanha[116]. Posteriormente, a organização formal das Brigadas Internacionais ficou sediada em Albacete, para onde convergiam voluntários vindos da fronteira terrestre francesa ou dos portos de Marselha, numa média de cerca de 800 voluntários por semana. Em finais de outubro reunia-se em Albacete uma concentração militar de cerca de 3000 brigadistas, o que obrigou os comandos a distribuí-los por povoações próximas da cidade: Casas Ibáñez, Mahora, Madrigueras, Tarazona de la Mancha, Fuentealbilla, Almansa, Chinchilla, La Roda, Quintanar de la República (atualmente del Rey) y Villanueva de la Jara (Requena Gallego, 1996).

A formação das primeiras brigadas antecede em muito pouco a batalha de Madrid, sendo que os dois contingentes recém-formados saem a 30 de outubro com destino à frente Centro. A primeira Brigada Internacional — a XI —, sob o comando do general Kléber, surgiu da agregação dos batalhões *Comuna de Paris*, *Edgar André* e *Dombrowski*. Foi posteriormente reforçada, durante a Batalha de Madrid, em novembro de 1936, pela XII Brigada, composta pelos batalhões *Garibaldi* e *Thaelmann*, contando

[116] Uma parte destes exilados deslocou-se a Barcelona para participar nas *Olimpíadas Populares*, criadas para contestar a celebração oficial dos Jogos Olímpicos na Alemanha Nazi, como o caso de Clara Thälmann (Kruizinga, et al., 2020: 17).

os três primeiros com 2.100 combatentes e o segundo com 1.200 (Skoutelsky, 1998: 98)[117].

Até janeiro de 1937, durante a batalha de Jarama, três novas brigadas foram formadas. Após a reorganização da primavera do mesmo ano, as Brigadas Internacionais ficaram conhecidas pela sua agregação consoante os grupos linguísticos que integraram ou a proximidade cultural das nacionalidades agrupadas, seguindo critérios de organização das nacionalidades por proximidade linguística ou cultural dos voluntários (Skoutelsky, 1998: 60-61). Neste quadro, a XI Brigada (*Thaelmann*) agregou holandeses, alemães, austríacos, suíços e escandinavos. A XII Brigada, associada à reorganização do Batalhão *Garibaldi*, foi integrada por italianos e alguns espanhóis. A XIII Brigada, a *Dombrowski*, esteve composta por combatentes da Europa centro-oriental — polacos, húngaros e jugoslavos. A XIV Brigada foi conhecida como *Marselhesa*, integrou batalhões franco-belgas; a XV Brigada Internacional agrupou voluntários anglofalantes (irlandeses, americanos, canadianos e ingleses) em torno do batalhão *Abraham Lincoln*; e a CXXXIX Brigada incorporou milicianos internacionais do POUM e indivíduos de proveniência balcânica (Claret, 2022: 40).

Contudo, rapidamente se evidenciou que as realidades da guerra e o fluxo irregular de recrutas impediram a organização estável de "grupos linguísticos" ou nacionalidades. Além disso, as necessidades militares obrigavam frequentemente à transferência de recrutas com determinadas competências técnicas e/ou táticas entre unidades, independentemente de preocupações relacionadas com nacionalidade ou língua (Kruizinga, et al., 2020: 20).

[117] O ritmo de alistamento de voluntários, como assinala Skoutelsky (2006), atingiu o seu pico entre outubro e novembro de 1936, devido à divulgação de notícias fora de Espanha sobre a sangria da batalha de Madrid e do encerramento da fronteira francesa com base no cumprimento dos acordos de não intervenção, firmados por 27 nações europeias em agosto de 1936. Até àquela data, cruzar a fronteira terrestre estava de alguma forma dependente da filiação política da guarda fronteiriça, que, ora deixava, ora negava a passagem dos voluntários internacionais. A partir de 1937, a fronteira era atravessada clandestinamente pelos Pirinéus, geralmente por pequenos grupos que a passavam a pé (Skoutelsky, 2006).

3.1.1. Permanência na frente de combate

Nas declarações dos combatentes portugueses das Brigadas Internacionais, foram recolhidos 36 testemunhos sobre a estadia na frente de combate. A partir destes, o cálculo da média do tempo total de serviço nas frentes de batalha indica que os brigadistas permaneceram, em média, um ano e quatro meses na frente, sendo os períodos mais frequentes entre os 16 a 20 meses.

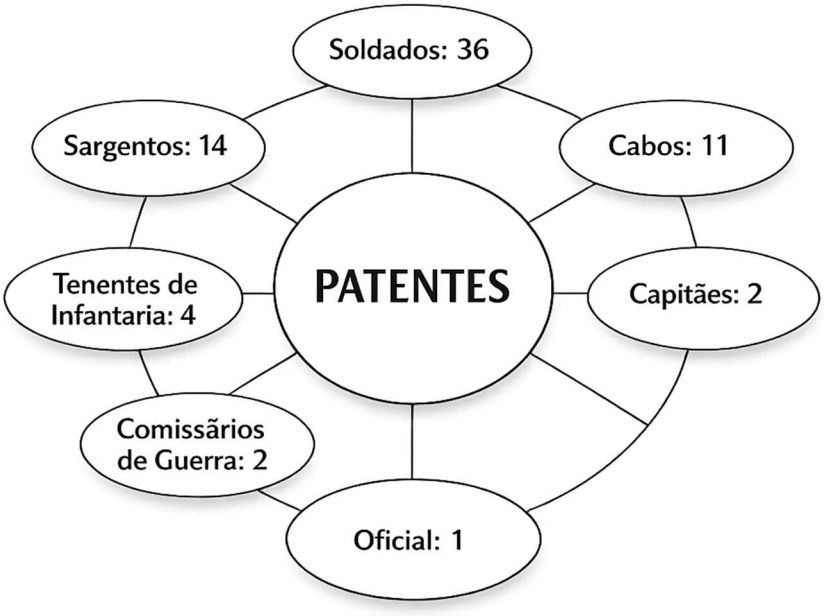
Este cálculo inclui a permanência nas milícias e/ou o Exército Popular Republicano, bem como nos diferentes cenários de operações, batalhas e períodos de estadia nas frentes (ativas ou não). Deste modo, a duração da permanência dependeu, em grande medida, da cronologia de chegada a Espanha e do tempo de integração no Exército Popular Republicano anterior à entrada nas Brigadas.

A estadia mais breve foi de dois meses e a mais longa foi de vinte e oito. De forma geral, os períodos de estadia na frente mais longos corresponderam a um maior tempo de permanência nas milícias e no Exército Popular Republicano antes da entrada nas Brigadas. Por outro lado, as estadias mais curtas disseram respeito aos que chegaram a Espanha apenas em meados de 1937 ou que, devido à patente ou função, nomeadamente na propaganda, na artilharia ou na instrução militar, permaneciam menos tempo nas linhas da frente.

3.1.2. Patentes e funções

No campo das patentes, é possível detalhar com maior clareza o papel desempenhado nas unidades. A amostra inclui: 36 soldados, 14 sargentos, 11 cabos, 4 tenentes de infantaria, 2 capitães e 2 comissários de guerra. A proporção entre soldados, suboficiais e oficiais subalternos — incluindo cabos, sargentos, tenentes, capitães e comissários — revela-se praticamente equilibrada (36 soldados e 30 suboficiais e oficiais subalternos), ainda que se observe uma preponderância das patentes mais baixas.

Diagrama 1. Patentes dos brigadistas portugueses.



Fontes: diagrama elaborado a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

Quase metade destes brigadistas foram soldados (e de infantaria), representando 36 num total de 80 brigadistas sobre os quais dispomos de elementos de informação suficientes para reconstituir esta parte do seu percurso. O número superior de registos relativos à patente (80 brigadistas) face à função (infantaria, operador de metralhadora, cavalaria e artilharia) parece dever-se a uma sobrevalorização, pelos próprios, do estatuto hierárquico em detrimento da função desempenhada.

Tabela 9. Patentes de brigadistas portugueses por brigada.

Brigada	**Cabo**	**Capitão**	**Comissário** [118]	**Enfermeiro**	**Sargento**	**Soldado**	**Tenente**	**S. d.**	**Total**
XIV BI	3	0	0	0	4	10	2	1	20
XV BI	2	1	0	0	1	8	0	1	13
XII BI	1	1	0	0	1	9	2	0	14
XIII BI	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Companhia de Depósito	1	0	0	1	2	0	0	1	5
XI BI	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Outras[119]	4	0	2	0	2	4	0	1	13
S.d.	0	0	0	0	1	1	0	7	9
Total	11	2	2	1	13	36	4	11	80

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10 , 11 , 12.

Ainda assim, constata-se, de forma direta ou indireta, que os 36 soldados de infantaria exerceram também outras tarefas, como técnicos de fortificações, transmissões, saúde, cozinheiros, motoristas, fuzileiros, chefes de pelotão ou secção, e operacionais de metralhadora. Por sua vez, os 9 artilheiros desempenharam funções como mecânicos, mestres de armas, instrutores militares, e um deles delegado de propaganda em língua portuguesa destacado na base de Albacete das Brigadas Internacionais.

[118] Os comissários políticos apareceram na estrutura militar espanhola a partir da fundação do V Regimento como um produto de importação soviética. Escolhidos pelo comissariado das Brigadas Internacionais, eram, geralmente, militantes comunistas que desempenhavam um papel mediador entre os soldados e os comandos militares, especialmente em situações de conflito e de baixa moral. Os comissários de guerra, criados pelo governo de Largo Caballero, tinham funções análogas aos anteriores, distinguindo-se dos demais por integrarem o Exército Popular Republicano (Skoutelsky, 2006: 325-327).

[119] Esta categoria inclui todos aqueles que participaram em unidades do Exército Popular Republicano, como a 10.ª Brigada Mista, 45.ª Brigada Mista, 58.ª Brigada Mista e 73.ª Brigada Mista, mas que passaram pela base das Brigadas Internacionais em Albacete. Inclui também os combatentes da artilharia cuja falta de precisão nas declarações dificulta a sua localização dentro da estrutura geral das Brigadas. Neste caso, destacam-se a bateria Rosa Luxemburgo, o Batalhão de Destruições, a bateria *Anna Pauker*, o grupo de artilharia das Brigadas Internacionais e a CXXIX Brigada. Esta última inclui apenas um militante português.

3.1.3. Unidades militares

A reconstrução parcial do percurso militar dos brigadistas portugueses, longe de constituir um processo homogéneo, sugere que mais de metade iniciou o combate quer nas milícias quer no Exército Popular Republicano. Antes de analisar a dispersão dos portugueses pelas Brigadas Internacionais e as respetivas patentes, procurou-se determinar o ponto de partida de 67 brigadistas sobre os quais foi possível recolher informação a este respeito

Dividiu-se a amostra entre: (1) os que começaram por combater nas milícias formadas nos primeiros meses do conflito, (2) os que se voluntariaram no Exército Popular Republicano e foram posteriormente transferidos para unidades internacionais, e (3) os que ingressaram diretamente nas Brigadas Internacionais. Entre estes últimos, distinguiram-se ainda os que permaneceram na mesma unidade e os que foram transferidos para outra brigada.

Tabela 10. Primeira unidade de recrutamento dos brigadistas internacionais portugueses.

Primeira unidade militar de recrutamento	**Número**	**Percentagem**
Brigadas Internacionais	36	49,32%
Milícias	20	27,40%
Exército Popular Republicano	17	23,28%

Fontes: tabela elaborada a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

Estes dados permitem compreender, à luz do material empírico, a argumentação de Varela Gomes (2004) e César Oliveira (1987) sobre a participação de combatentes portugueses nas fileiras republicanas. O segundo indicava que

> Muitos dos portugueses combatentes pela II República [espanhola] residiam em Espanha há longos anos; outros foram viver para Espanha após a implantação da República em 1931, vindos de França, da Bélgica ou do Brasil ou depois das greves de 1932/33 e do 18 de Janeiro de 1934 em Portugal. Falavam uma língua entendível pelos espanhóis, tendo facilidade em falar castelhano, o galego ou o catalão, sentindo-se culturalmente próximos dos seus anfitriões, os portugueses que combateram pela República espanhola foram, de entre os estrangeiros,

> os que menos estrangeiros se sentiram e residirá aqui a principal razão para que não sentissem nenhuma necessidade em constituir unidades onde fossem a nacionalidade predominante (Oliveira, 1987: 242).

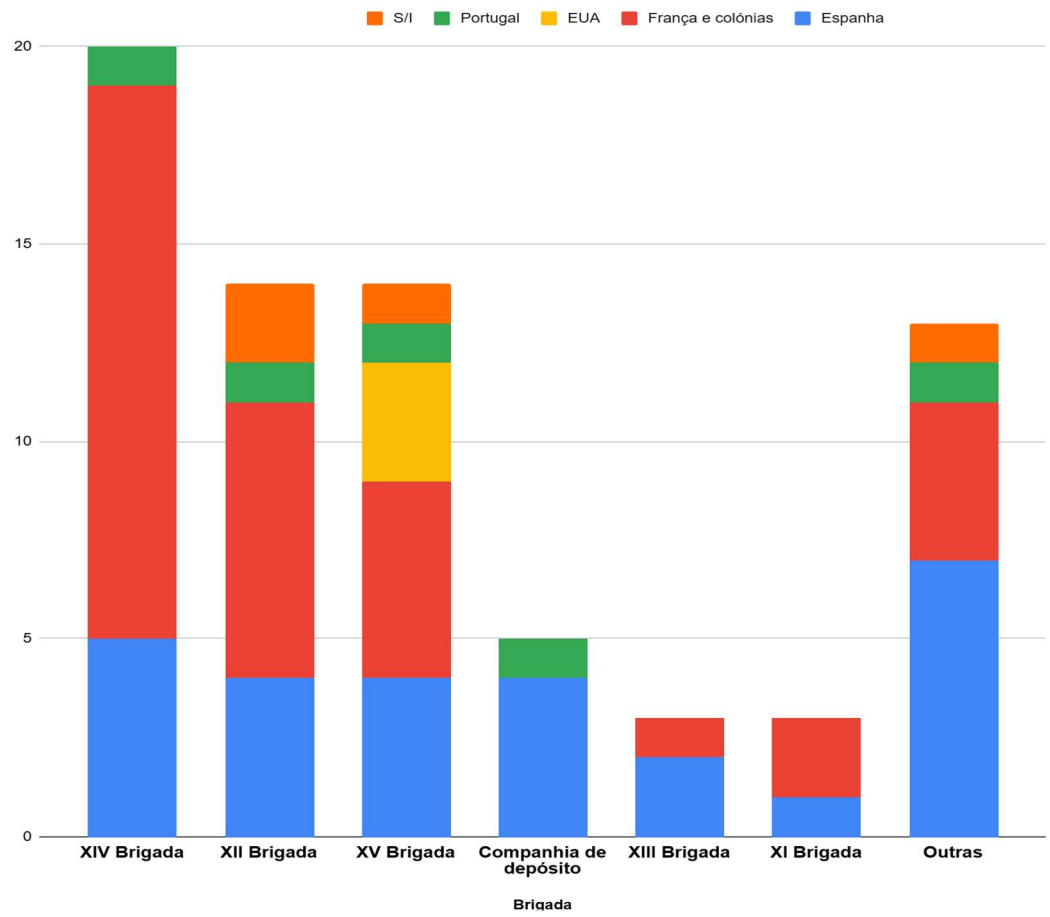
O raciocínio do autor acaba por convergir de forma fortuita com o discurso introduzido por Varela Gomes, facilitando a explicação de que "estes portugueses — e muitos outros, em diversas ocasiões no curso da guerra — foram sendo integrados em unidades do Exército Espanhol; só uma escassa minoria se alistou nas Brigadas Internacionais" (Gomes, 2004: 33).

O elevado número de emigrados portugueses em Espanha à data da sublevação, sobre o qual discorremos no primeiro capítulo, contribuiu para que parte dos futuros brigadistas combatesse desde cedo nas milícias operárias e camponesas, logo nos primeiros meses do conflito. Na sequência da reorganização de 1937, foram depois transferidos para as Brigadas ou para o Exército Popular Republicano.

Outros 17 voluntariaram-se diretamente no Exército Popular Republicano, excluindo os que transitaram das milícias para o exército, grupo que compreende 7 combatentes. Quase metade dos brigadistas, contudo, entrou diretamente nas Brigadas Internacionais, dos quais dois terços permaneceu na mesma unidade. As transferências entre brigadas foram menos comuns, contando cinco combatentes que transitam de uma brigada para outra, não se registando qualquer caso de passagem posterior para o Exército Popular Republicano.

No gráfico, sistematiza-se o peso da procedência territorial dentro de cada Brigada Internacional em que portugueses combateram:

Gráfico 3. Procedência dos portugueses por brigada.



Fontes: gráfico realizado a partir da documentação do fundo PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, 11, 12.

A XII Brigada Internacional é a segunda com mais portugueses. Neste caso, foi possível identificar os batalhões onde os portugueses serviram: o n.º 2, 3 e 4, batalhões esses de composição maioritariamente ítalo-espanhola. Contudo, nem todos os combatentes desta brigada vinham de Espanha, sendo que sete eram imigrantes em França. Um padrão semelhante verifica-se na XV Brigada Internacional, que incluía indivíduos residentes nos EUA ou que, fruto da sua mobilidade laboral, haviam passado pelas Ilhas Britânicas, dominando por isso o inglês. Ainda assim, contou com quatro imigrantes em Espanha e cinco em França, não sendo, portanto, o fator da procedência uma tendência totalmente linear.

A Companhia de Depósito, sediada em Albacete, acolhia um número pouco significativo de combatentes, agregando-os segundo as suas funções na base das

Brigadas: um enfermeiro vindo de Portugal, um sargento e um cabo imigrados em Espanha, destacados pelas suas funções como instrutores militares ou responsáveis pela propaganda.

Os combatentes portugueses da Brigada *Thaelmann* e da Brigada *Dombrowski* eram imigrantes em Espanha e França. As razões que nos parecem justificar a sua relação com estas unidades, dada a reduzida representatividade portuguesa, só podem ser compreendidas caso a caso. Um deles, imigrado em Espanha, foi transferido da XII para a XIII Brigada por motivos não identificados. Na mesma Brigada, um dos sujeitos era imigrante no protetorado francês de Marrocos e dominava o francês, condição necessária para integrar uma brigada de polacos porque, também eles, eram imigrantes em França e familiarizados com o idioma.

Os três integrantes da XI Brigada, também eles imigrados em França ou em Espanha, tinham entrado em Espanha antes da criação das Brigadas Internacionais. Foram para ela destacados durante a defesa de Madrid, permanecendo nela até ao fim da guerra.

Em suma, os portugueses combatentes nas Brigadas Internacionais estiveram dispersos por diversas unidades ao longo da sua permanência em Espanha. A sua distribuição reflete, em larga medida, o grau de inserção social enquanto migrantes nos países de acolhimento.

3.2. A repressão dos voluntários: o caso salazarista e franquista

Um ponto frequentemente destacado pela historiografia internacional sobre a Guerra Civil espanhola é o papel da violência e da repressão franquista na mobilização que ocorreu em Espanha em 1936. Como prescreve Helen Graham, é "assim [que] se pode compreender as razões complexas e contraditórias que, tão frequentemente fundamentaram as opções binárias tomadas pelas pessoas na ressaca do golpe. De facto, a delimitação forçada, a obrigação de 'tomar partido', constituiu o primeiro e mais duradouro ato de violência dos golpistas" (Graham, 2006: 50). De facto, como pontua a mesma autora, no início da tentativa de sedição militar de julho de 1936, "nenhuma região de Espanha era inteira e homogeneamente conservadora. Mesmo nas áreas que

lhes eram afetas, os militares tinham de exercer uma violenta repressão sobre alguns setores que lhes resistiam" (Graham, 2006: 51).

Para imporem a sua dominação, os sublevados recorreram, tanto nas regiões da Andaluzia, sujeitas ao avanço das colunas de Queipo de Llano, como em Navarra, Galiza e Castela e Leão, a mando de Mola, à institucionalização de um modelo repressivo destinado a implementar uma nova ordem. Neste contexto, torturas e fuzilamentos tornaram-se práticas quotidianas nas regiões dominadas pelos sublevados, ações levadas a cabo por grupos de falangistas, *requetés* e elementos da Guarda Civil. O objetivo não era exclusivamente esmagar a oposição nas regiões controladas, tal como apontava Graham, "mas também reverter as conquistas agrárias dos anos anteriores [no sul rural]", tanto que o terror foi "o método escolhido para a aniquilação de tudo o que a República significava, sejam desafios específicos aos privilégios dos proprietários de terras, industriais, clérigos e soldados ou uma rejeição geral da subserviência que competia aos trabalhadores rurais e urbanos" (Preston, 2016: 138, 179)[120].

A repressão foi instrumentalmente empregue de forma simultânea em dois planos: por um lado a eliminação física e simbólica daquilo que representava a República e a esquerda; por outro, como instrumento de eliminação dos setores resistentes nas áreas ocupadas como força de coerção e coesão social, num processo que Gallardo designou como "socialização do terror" (Rodríguez Gallardo, 2008a: 89).

É neste quadro que surgiu o conceito de repressão paralegal, utilizado para caracterizar as práticas desenvolvidas nos primeiros meses do conflito. A repressão paralegal representou, assim, uma:

> modalidade repressiva [...] que se espalha nos primeiros meses do conflito, e própria de uma etapa depurativa extensiva: são eles [os comandos militares sublevados] os que, desde o momento em que o golpe triunfa, controlam os movimentos de todas as forças às suas ordens

[120] Na análise das estruturas de violência de ambos os lados do conflito, Preston (2016) faz a contraposição entre, por um lado, a repressão sublevada, que visava a construção de um novo sistema político e a eliminação dos resquícios do anterior e, por outro, a violência no campo republicano, inorgânica e derivada, em larga medida, da ressaca provocada pelo 18 de Julho. Partilha da mesma conceção a autora Helen Graham, argumentando que, a violência do lado republicano, provinda de setores políticos específicos, era vinculada à desregulação da ordem pública e da legalidade republicana espanhola após o golpe (Graham, 2006).

> e, sobretudo, transferem ou libertam os presos com a ajuda administrativa dos esquadrões de milicianos, falangistas, guardas civis, de assalto e carabineiros no assassinato desses detidos 'legais' (Rodríguez Gallardo, 2008a: 96).

A reestruturação da sociedade com base em meios coercivos de terror estabeleceu, deste modo, os alicerces do regime franquista, assente na manutenção de uma violência desproporcionada (Rodríguez Gallardo, 2008a). Neste contexto, todos aqueles que se encontraram em território sublevado durante a guerra foram compelidos a alinhar publicamente com as novas autoridades, como forma de garantir a sua sobrevivência.

Os voluntários portugueses, muitos deles já emigrados em Espanha e tidos como espanhóis, não ficaram à margem deste processo. Foram sujeitos a uma panóplia de mecanismos repressivos, incluindo tribunais militares, "paseos", detenção em campos de concentração e repatriamento[121]. Foi precisamente neste contexto que o Ministério do Interior português foi repetidamente notificado pelo chefe da secção da Polícia de Segurança Pública de Viana do Castelo acerca de portugueses entregues na fronteira minhota como "indesejáveis" por milícias falangistas[122]. A partir desse momento, somavam-se às formas anteriores de repressão outras modalidades de punibilidade aplicadas em território nacional, no quadro das garantias oferecidas pelo Estado Novo

[121] César Oliveira (1987: 412-414) documentou 219 portugueses detidos no campo de concentração de San Pedro de la Cardeña, pelo menos nove foram fuzilados em território galego e vários foram entregues à PVDE na fronteira pelas autoridades franquistas. Para o caso do território galego, estudado por Dionisio Pereira, conhecemos os números da repressão franquista contra cidadãos portugueses: contaram-se 63 mortos em todas as regiões da Galiza (Lugo, Corunha, Ourense e Pontevedra), aos quais se juntaram 33 presos, 192 imputados, 58 deportados como "indesejados" e outros reprimidos sem informação sobre o seu paradeiro, elevando o total a 353 portugueses reprimidos após o levantamento de 18 de julho. Dionisio Pereira verificou que a maioria era composta por trabalhadores e operários — mineiros, canteiros, jornaleiros e carpinteiros — residentes na Galiza, com idades entre os 17 e os 63 anos e oriundos das regiões do norte de Portugal (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança e Porto) (Pereira, 2014: 254-256). As autoridades consulares portuguesas tentaram interceder junto dos tribunais militares pelo futuro destes condenados; no entanto, as execuções destes portugueses foram realizadas ao abrigo da repressão "paralegal" e sobre o qual nem as autoridades consulares nem o regime português se pronunciaram (Pereira, 2014: 255).

[122] PT, ANTT, MI-GM, Mç. 481, 31 de julho de 1936.

aos sublevados (Oliveira, 1987; Loff, 2008). Os números referentes a portugueses expulsos pelas autoridades franquistas, como apontou Varela Gomes (2004), ascenderam a 410 indivíduos ao longo dos três anos de guerra. Inicialmente categorizados como "Fugidos e Expulsos de Espanha", passaram a ser designados como "Indocumentados" a partir de 1938 (Gomes, 2004: 159).

A natureza estruturalmente violenta do regime salazarista teve impactos diretos no destino destes combatentes. Como sublinha Rosas, essa violência manifestava-se em modalidades distintas, oscilando entre violência preventiva e violência punitiva. A violência punitiva consistiu numa forma direta de repressão sobre aqueles que desafiavam a "ordem estabelecida", incluindo tortura, eliminação física e o recurso a uma rede concentracionária alargada. Esta modalidade tinha maior incidência durante a Guerra de Espanha e em períodos de maior instabilidade do regime (Rosas, 2013: 196-202). A violência preventiva, em contrapartida, correspondeu ao conjunto de mecanismos destinados a inibir a contestação, através da inculcação ideológica e da ameaça (Rosas, 2013: 202-210).

Deste modo, a repressão salazarista durante a Guerra de Espanha passou a cumprir um duplo propósito: por um lado, apoiar os franquistas através de mecanismos logísticos (como entrega de refugiados espanhóis com recurso a "batidas"[123] nas regiões raianas) participando no processo de eliminação de focos de resistência em territórios ocupados (Lanero Táboas et al., 2009), ainda que, nos primeiros meses, sem reconhecimento formal *de jure* do novo Estado franquista; por outro, impedir a "contaminação ideológica" do território nacional, assegurando a consolidação do regime através da subordinação ou eliminação da oposição.

Neste sentido, o ano de 1936 assume um papel central, marcando a consolidação do regime salazarista e a subordinação dos militares liberais conservadores às direitas católicas e monárquicas, já hegemónicas desde 1933 (Rosas, 2013). Em simultâneo, as relações diplomáticas luso-espanholas sofreram uma inflexão significativa. Salazar justificou o apoio ao lado franquista com a tese da bolchevização de Espanha,

[123] As "batidas" designam, de forma pejorativa, as missões de busca e captura de refugiados espanhóis que cruzavam a fronteira portuguesa durante o conflito.

reinterpretando o tradicional "perigo espanhol" sob a forma de uma "ameaça vermelha" com tendências federalistas (Loff, 2008).

No plano interno, o Estado Novo reforçou os mecanismos de controlo, sobretudo nas zonas de fronteira, através da reorganização da Guarda Fiscal e da PVDE, bem como da criação da Secção Internacional desta última (Simões, 2009). A repressão visava, assim, controlar não apenas a emigração espanhola, mas também o papel das comunidades emigradas portuguesas no apoio à República.

Paralelamente à violência direta, foram implementadas diversas medidas legais e administrativas associadas à chamada "violência preventiva" (Rosas, 2013). Desde o decreto-lei n.º 26:935[124], de agosto de 1936, relativo à venda de armas para Espanha; passando pelo decreto-lei n.º 27:529, de 20 de fevereiro de 1937, sobre a mobilização de voluntários[125]; até ao artigo 2.º do decreto-lei 30:484, de 1 de junho de 1940[126], referente à amnistia dos anteriores; todos os artigos legais enquadraram a designação da "violência preventiva". No entanto, estes diplomas devem ser analisados de forma articulada, uma vez que o seu significado pleno apenas se torna claro numa perspetiva diacrónica.

O primeiro decreto (n.º 26:935), datado de agosto de 1936, referia-se à proibição, em conformidade com as prescrições britânicas e francesas nos acordos de não intervenção[127] do mês de agosto de 1936, da venda de armas, munições e materiais de guerra diversos, ou da sua reexportação, para o território espanhol e suas possessões em Marrocos. A ambiguidade do decreto residiu, no entanto, no incumprimento da política de não intervenção por parte da Alemanha e da Itália, que continuaram a vender armas, já tendo fornecido material de guerra aos sublevados desde o início da sublevação, um mês antes da publicação do decreto[128].

[124] Ordem do Exército 1936, 1ª série, (1937), Imprensa Nacional.

[125] Ordem do Exército 1937, 1ª série, (1938), Imprensa Nacional, p. 344 - 345.

[126] Ordem do Exército 1940, 1ª série, (1941), Imprensa Nacional, p. 279- 284.

[127] Os acordos foram uma proposta francesa, sabendo do apoio alemão e italiano aos sublevados, e foram assinados por 27 países europeus a partir de agosto de 1936, ainda que o seu cumprimento tenha sido totalmente ilusório (Preston, 2005: 115).

[128] Ordem do Exército 1936, 1ª série, (1937), Imprensa Nacional.

O decreto n.º 27.529, por sua vez, promulgado em fevereiro de 1937, proibiu o alistamento de portugueses nas forças armadas espanholas, previa a perda de nacionalidade para os participantes no conflito, impôs o regresso dos já alistados e determinou a expulsão de estrangeiros que promovessem esse recrutamento. A sua publicação insere-se, assim, na criação de mecanismos destinados a impedir a mobilização de voluntários para Espanha dinamizada especialmente na Europa a partir de 1937[129]. Contudo, este enquadramento deve ser lido à luz da amnistia concedida em 1940, que isentou da perda de nacionalidade os portugueses que combateram no "bando nacional". Esta distinção revelou uma orientação política clara, nomeadamente na criação da Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha e no consentimento do regime no recrutamento de voluntários portugueses para combater nos *Tércios* e na *Legión.*

Como nota Aballe Vieira, em nada impediu o decreto para o recrutamento de voluntários para o lado nacional, pois:

> mesmo após a publicação do Decreto-Lei nº 27.529, de 20 de fevereiro de 1937, que proíba, se bem que a título meramente nominal e num assomo de hipocrisia, 'a todo o cidadão português o alistamento em quaisquer das forças armadas espanholas em luta, o recrutamento para as mesmas, e bem assim a propaganda por qualquer meio destinada diretamente a promover um e outro. Lisboa não podia nem desejava assumir responsabilidade direta, a título individual ou coletivo, pelos recrutados, mas estes assumiam uma importância diametralmente diversa quando se tratava de recordar a Burgos a realidade do alistamento de "milhares de portugueses" nas fileiras da *Legión*, possível graças à "(…) autorização tácita do Governo Português, que tem até autorizado a actividade de 'bandeirins de enganche' (sic) no seu próprio território" (Vieira, 2011: 73).

3.2.1. "Contrabando em Flagrante Delito": um estudo de caso

A proposta de Bruno Latour (1994: 115) de estabelecer "caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal", permitem

[129] Este tipo de legislação surge, não só em casos de regimes autoritários ou fascizantes, como a Polónia, mas também em países com regimes democráticos vigentes, como os Países Baixos ou o Luxemburgo, onde também a perda da nacionalidade estava implicada no processo penal da participação num exército estrangeiro.

enquadrar este estudo de caso numa perspetiva que articula diferentes escalas de análise. Neste sentido, a ligação entre a dimensão local — através da micro-história — e os aspetos macro-sociais possibilitam avaliar, em primeira instância, o impacto da experiência da guerra e dos aparelhos repressivos na formação de um ideário mais ou menos unificado entre os brigadistas portugueses.

A história de José Maria Garganeiro inicia-se, de forma documentada, a 3 de novembro de 1936, quando o cônsul português em Badajoz comunica ao Ministério do Interior a publicação no jornal *Hoy*, a mando das autoridades sublevadas, que:

> Serão fuzilados, sem qualquer processo judicial, todos os indivíduos que pratiquem atos que, de acordo com a legislação em vigor, sejam considerados contrabando ou fraude, incluindo, naturalmente, a exportação de capitais[130].

Na mesma correspondência, acrescentava-se que:

> Segundo informa o cônsul de Badajoz contam-se por centenas os portugueses que se dedicam à referida atividade clandestina e por isso aquele funcionário sugere a conveniência de ser dado conhecimento do Bando mencionado às localidades portuguesas próximas da fronteira espanhola, especialmente às de Campo Maior, Arronches, Esperança, etc[131].

É neste contexto que se insere o processo de politização de José Maria Garganeiro[132], trabalhador rural e contrabandista de tabaco, residente em Campo Maior. A cronologia da guerra coincide com o seu ingresso nas milícias republicanas da Extremadura, onde combate até ser transferido para a XV Brigada Internacional. A sua entrada na CNT, em 1937, poderá estar relacionada com o decreto que retirava a nacionalidade aos portugueses envolvidos na Guerra de Espanha, coincidindo ambas as cronologias.

[130] PT, ANTT, MI-GM, Mç. 481, Aviso publicado pelas autoridades militares de Badajoz determinando o fuzilamento dos indivíduos presos em flagrante delito de contrabando, 7 de novembro de 1936.
[131] PT, ANTT, MI-GM, Mç. 481, Aviso publicado pelas autoridades militares de Badajoz determinando o fuzilamento dos indivíduos presos em flagrante delito de contrabando, 7 de novembro de 1936.
[132] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Depoimento de José Maria Garganeiro, 15 setembro 1938, p. 7-8.

O percurso de Garganeiro ilustra, assim, a sobreposição entre condições sociais prévias — como o contrabando e a vida na raia — e o processo de politização acelerado pelo contexto de guerra. Após a sua integração na XV Brigada Internacional, combateu na frente Centro, em Madrid, e em Aragão, onde foi ferido e posteriormente declarado inapto para o combate por um tribunal militar. O seu depoimento, a que tivemos acesso, redigido por volta de 15 de setembro de 1938, corresponde ao momento da sua retirada do território espanhol para França, com o apoio de um "comité português de apoio" controlado por comunistas de origem portuguesa.

Não se pretende, evidentemente, extrapolar este caso para a totalidade da amostra de brigadistas analisados. Antes, ele funciona como um exemplo significativo de trajetórias que, embora individuais, refletem padrões mais amplos de politização e mobilização. Evita-se, assim, tanto uma leitura puramente biográfica e atomizada como uma interpretação excessivamente generalizante baseada em grandes séries estatísticas.

O seu percurso permite, todavia, evidenciar o paralelismo entre os aparelhos repressivos dos regimes português e franquista, que procuravam moldar os indivíduos a uma nova ordem através de diferentes formas de repressão. Estas práticas afetaram não apenas cidadãos espanhóis, mas também portugueses envolvidos no conflito, como sublinha a historiografia portuguesa e espanhola acerca da emigração e participação portuguesa no conflito espanhol (Oliveira, 1987; Rodríguez Gallardo, 2008a; Pereira, 2013; Simões, 2009; Godinho, 2021).

É possível sugerir que ao contrário do efeito pretendido por ambos os regimes, estas dinâmicas contribuíram, no caso específico de Garganeiro, e possivelmente de muitos outros, para intensificar uma consciência de pertença a uma causa comum. No fundo, a repressão assumiu um carácter dialético: longe de desmobilizar, funcionou como um ponto central de promoção da resistência popular e antifascista.

3.3. O ideário dos brigadistas portugueses

A possibilidade de análise do discurso político dos brigadistas portugueses repousa nas questões providenciadas pelas biografias de militante do PCE e nas fichas

do Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais. Estes documentos são datados da segunda metade de 1938 e, na sua maioria, do último trimestre desse ano. Deste modo, a sua produção inscreve-se no seguimento dos principais momentos políticos e militares do final do conflito: a publicação dos Treze Pontos do Governo de União Nacional, ou Treze Pontos do Governo de Negrín[133], divulgados em 30 de abril de 1938, resultado do agravamento da situação militar; o início da ofensiva republicana na batalha do Ebro, em julho de 1938, e o seu fracasso; e a proposta de retirada dos voluntários internacionais apresentada por Negrín na Sociedade das Nações, em setembro de 1938.

A repercussão destes eventos revela-se fundamental não apenas para compreender a produção destes documentos, que não seriam produzidos sem a ordem de desmobilização, mas também para enquadrar o conteúdo das respostas fornecidas pelos brigadistas. Neste sentido, o questionário deve ser lido como produto de um contexto político e militar específico, que condiciona simultaneamente as perguntas formuladas e os termos em que são respondidas. Foram mobilizadas, em particular, as respostas relativas à opinião sobre os Treze Pontos do Governo de União Nacional, às aprendizagens adquiridas durante a guerra no plano político e militar, à conceção da política de Frente Popular e ao papel das Brigadas Internacionais no conflito. A estas soma-se uma questão aparentemente menos política: a possibilidade de regresso ao país de origem.

Esta última revela-se particularmente significativa porque, não partindo de um campo estritamente político, permite aceder a uma dimensão fundamental do discurso

[133] Os Acontecimentos de Maio de 1937 em Barcelona, a queda da Frente Norte e a ofensiva franquista que cortou o território republicano em dois, na zona costeira de Vinarós, constituíram o contexto em que se consolidou um novo executivo republicano, chefiado por Negrín e apoiado pela ala *prietista* do PSOE e pelo PCE. Este governo contribuiu para o encerramento de fileiras em torno de um discurso patriótico que abandonava a retórica de concertação com os nacionalismos periféricos para se concentrar num discurso nacional unitário. Nesse sentido, a deslocação do governo para Barcelona foi apresentada como uma medida de união face aos invasores, consolidando um discurso hegemónico de cariz populista e patriótico que voltou a relegar para segundo plano uma conceção plurinacional da nação e as reivindicações dos nacionalismos periféricos (Núñez & Faraldo, 2009: 412–413).

dos brigadistas através da sua posição social — a emigração —, articulando, assim, os dois eixos estruturantes do seu ideário: o patriotismo de resistência e o antifascismo.

A sistematização dessas questões permite delinear dois eixos que orientam ou, melhor, permitem esboçar e atribuir um discurso político aos brigadistas. A partir dos anos 20, uma semântica emerge na história dos movimentos comunistas. Nos anos 30 ela ganha uma característica de disputa política contra a ascensão do fascismo e, em Espanha, teve a primeira experiência em contexto de guerra aberta contra ele. Resta-nos saber de que forma estes brigadistas compreenderam e atribuíram um determinado significado à emergência dessa semântica.

3.3.1. Frentismo, internacionalismo e patriotismo?

Avançando cronologicamente a partir da Guerra de Espanha e entrando já no período da II Guerra Mundial, Robert Gildea e Robert Gerwarth (2018) identificam um fenómeno transnacional que refletia a expansão global das ideologias comunistas e fascistas, bem como a desagregação dos Estados-nação do entre-guerras. Esse fenómeno assumiu a forma de "transnational resistance and collaboration may be narrowly defined as resistance or collaboration outside an individual's country of origin, for example a Dutch volunteer fighting in the Spanish Civil War or a Spanish Falangist who fought with the Wehrmacht on the Eastern front (Gerwarth & Gildea, 2018: 176). Neste contexto, a colaboração era entendida como uma traição aos valores nacionais, enquanto a resistência — ao fascismo em geral ou ao nazismo em particular — surgia como uma afirmação desses mesmos valores (Gerwarth & Gildea, 2018).

A génese deste discurso estabeleceu-se nos anos 20, quando se "havia firmado a mais radical oposição entre nacionalismo fascista e internacionalismo comunista, oposição que seria em boa medida contornada pela política antifascista que os comunistas europeus adotaram e que levou à apresentação de um nacionalismo alternativo" (Neves, 2010, p. 31), capaz de disputar ao fascismo o monopólio do discurso nacional. Era, pois,

> esta consideração do nacionalismo antifascista enquanto produtor de valores nacionalistas tanto mais importante na medida em que o

> nacionalismo foi um caminho entre outros possíveis. Com efeito, se é certo que a nacionalização dos comunismos ocidentais dos anos 30 vinha responder a um anseio antifascista de mitificação da política, nada obrigou que esta tentativa de arrancar o mito ao fascismo fizesse do nacionalismo a sua via privilegiada (Neves, 2010: 31).

Não foi por acaso que este tipo de fenómeno discursivo tenha emergido em contexto de conflito, "these spaces were often liminal sphere, a place where old values and institutions were under siege and new values and projects had not yet arrived" (Gerwarth & Gildea, 2018: 178). Se, por um lado, o discurso nacionalista surge como um elemento constituinte da *longue durée* da história do comunismo, a partir dos anos 20 com a vitória das posições de Estaline sobre as posições de Trotsky, e sofre uma readaptação conjuntural no quadro da política antifascista perante a emergência do fascismo, será no tempo curto da Guerra de Espanha que este discurso encontra uma aplicabilidade prática no caso espanhol através do discurso patriótico da resistência. No curso da II Guerra Mundial, assumiu variadas formas nas resistências nacionais: desde a Grande Guerra Patriótica soviética às resistências dos países ocupados, como França, a Jugoslávia ou a Itália.

Situada nas orientações da III Internacional Comunista a semântica patriótica tinha o objetivo de "alargar a base eleitoral e social do PCE, identificando-se com a tradição do patriotismo liberal espanhol e proclamando a intenção de contribuir para a regeneração nacional de Espanha através de um governo popular" (Núñez & Faraldo, 2009: 404).

Durante o conflito de 1936-39 a adoção do vocabulário patriótico surgiu como uma reação às contradições entre os vários campos que integraram a Frente Popular espanhola[134], emergindo como um dos denominadores comuns entre sindicatos

[134] As diferenças entre os termos nacionalismo e patriotismo residiram no facto de ser evitado "due in part to its semantic appropriation by the rebel side and by fascists in general. In October 1937, the director of *Mundo Obrero*, Manuel Navarro Ballesteros, wrote that communists pride themselves in being 'the foremost Spaniards' and those who most love their homeland. They were also the 'foremost proletarian internationalists', but that did not weaken their defence of concepts such as national sovereignty and territorial unity, in order for the Spanish people to control their own destinies. For the communists, the term patriot had a more attractive ring to it. Renewed Spanish patriotic pride was legitimized by the blood

socialistas e anarquistas, republicanos de esquerda e comunistas. Como explicam Faraldo e Seixas (2009) este impulso deveu-se, em primeiro lugar, às reações locais aos discursos transmitidos pela rádio e pela imprensa republicana, que incorporavam paulatinamente uma retórica patriótica. Em segundo lugar, pela crescente consciência, no campo leal à República, do apoio externo prestado aos sublevados. Em terceiro lugar, pela necessidade de contrabalançar a linguagem de exaltação nacional utilizada pela propaganda sublevada e por receio de que esta pudesse influenciar a retaguarda republicana. Neste sentido, o apelo a um território contestado revelou-se mais eficaz do que o apelo à revolução, ao proletariado internacional ou à ordem republicana, enquadrando o conflito numa luta contra traidores e invasores estrangeiros, em continuidade com uma mitologia da resistência espanhola[135].

Os manifestos de organizações territoriais e locais do PCE, bem como os relatórios apresentados em reuniões e conferências provinciais, estavam marcados pelo tema da defesa da independência de Espanha face à invasão fascista que procurava colonizá-la, articulado com referências ao progresso social, ao Exército Popular, à República e à Frente Popular. Como apontam Núñez Seixas e Faraldo (2009), este patriotismo plurinacional articulado com os nacionalismos periféricos espanhóis, manteve, ainda assim, uma conceção federalista dirigida às nacionalidades espanholas (basca, catalã e galega) e um elemento internacionalista, na medida em que a guerra foi articulada com uma luta mais ampla contra o fascismo internacional.

A defesa da independência espanhola tornou-se, assim, um tema central no discurso dirigido aos combatentes, veiculado pelos comissários de guerra do Exército Popular Republicano, bem como pelas emissões radiofónicas (Núñez & Faraldo, 2009:

---

of a heroic people and an equally self-sacrificing working class that maintained an internationalist spirit of solidarity with other peoples oppressed by fascism. To liberate Spain from the fascist invader meant also to fight for an internationalist cause".

[135] Esta mitologia era composta por momentos históricos como o 2 de Maio de 1808, ocorrido na cidade de Madrid, quando a população da capital espanhola resistiu à entrada das tropas napoleónicas. Incluía também episódios de resistência a supostas invasões romanas e árabes durante o período clássico e medieval. Além destes acontecimentos, integravam ainda esta mitologia figuras associadas à ideia de resistência, como heróis literários do período medieval, entre eles El Cid, ou os Comuneros de Castela, já no período moderno (Núñez & Faraldo, 2009: 407-408).

407). Simultaneamente, este patriotismo de resistência foi legitimado pela imagem de um povo heróico e de uma classe trabalhadora sacrificada, articulando-se com uma dimensão internacionalista de solidariedade com outros povos oprimidos pelo fascismo. Libertar a Espanha do invasor fascista significou integrar uma causa internacionalista mais ampla, na qual a derrota do fascismo espanhol se associava à libertação dos operários alemães, italianos e portugueses (Núñez & Faraldo, 2009: 408). No fundo, o sentido dado ao patriotismo pelos comunistas espanhóis em 1936, retratou "national-revolutionary war of independence would in turn help liberate the German and Italian peoples from fascism and would encourage the liberation of the sub-state nationalities in Spain" (Núñez & Faraldo, 2009: 404).

Esta dimensão tornou-se evidente, senão através de um discurso de resistência patriótica espanhola, pelo menos através de uma resistência patriótica portuguesa uma linha semelhante. Desde logo, porque a documentação contemplou uma série de planos para emissões radiofónicas. Um dos documentos consultados, embora não datado nem assinado, descreveu um dos planos de propaganda dirigido, durante a Guerra Civil, a Portugal e às comunidades de imigrantes portugueses em França, nas Américas e em Espanha, com o objetivo de garantir informação verídica sobre o conflito e sobre a vida quotidiana na Espanha republicana. A emissão sugeriu uma articulação entre patriotismo e internacionalismo, articulação essa particularmente relevante para o caso português:

> É esta, mais uma das formas através das quais contribuímos para vencer esta guerra que, não só antecipará a libertação da nossa Pátria, mas também a dos povos alemão e italiano, que hoje gemem aprisionados nas garras dos inimigos da Humanidade avançada e progressista[136].

É neste contexto que se torna possível sugerir que uma parte significativa dos brigadistas portugueses se concentraram na caracterização da Frente Popular espanhola e no papel das Brigadas Internacionais como elemento central da "união do

[136] RU, RGASPI, F. 545, Cx. 6, Mç. 814, Plano de propaganda radiofónica, sem data, p.30-31; Cópia in: PT ,ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Comunicado sobre as emissões de rádio sobre a Guerra Civil destinadas aos portugueses emigrados, sem data, sem página.

povo espanhol", expressão presente nas respostas de 30 brigadistas portugueses aos questionários, fossem eles de origem imigrante em Espanha ou em França. Encontram-se igualmente expressões análogas nas respostas relativas à Frente Popular ou às Brigadas, entendidas como forças que serviam "a defesa do bem-estar do povo espanhol" ou exprimiam a "vontade do povo leal". Quando os brigadistas portugueses se referiam à unidade do povo espanhol, pretendiam com isso dizer que, como consta na edição de 6 de maio de 1937 do *Mundo Obrero*, "tornámo-nos patriotas, mas [...] a nossa Pátria é a da Frente Popular, uma Pátria onde as classes populares detêm nas suas mãos o poder económico e político" (*Mundo Obrero*, 1937 *apud* Núñez & Faraldo, 2009: 405).

A proximidade entre o discurso do PCE e da ampla maioria dos brigadistas portugueses resultou da forte presença, na amostra em que nos baseamos, de militantes do PSUC, do PCE e de simpatizantes comunistas. Isto constitui um indício relevante do papel do contexto de guerra na aproximação destes brigadistas aos partidos operários em que vieram a integrar-se durante o conflito, sugerindo que a incorporação deste repertório discursivo deriva dessa adesão ou aproximação ao PCE e, minoritariamente, ao PSUC. E se, num plano radiofónico o patriotismo que mais se destaca é o português, a referência à unidade do povo espanhol parece antes sintetizar uma reorganização identitária derivada da imigração. A grande maioria dos brigadistas portugueses procedeu deste meio, e a sua aproximação aos partidos políticos surge de forma inequívoca nos partidos estrangeiros. Parece factível assinalar que a leitura da imprensa operária espanhola — por exemplo o *Frente Rojo*, com especial difusão entre os membros da amostra — pode ser um fator explicativo para as questões aqui enunciadas.

Um caso que importa salientar, a título de exemplo, é o de Manuel Joaquim Lourenço, também ele imigrante em Espanha. Declarou que, matizando a formulação estrita da unidade do povo espanhol, "no dia 18 de julho de 1936 lancei-me à rua na companhia dos meus irmãos espanhóis para libertar a Espanha dos generais traidores;

onde permaneci até à data"[137]. Este segundo tipo de declarações ajusta-se plenamente num repertório patriótico de resistência. Joaquim Lourenço junto com os "irmãos espanhóis" lutou pela libertação da Espanha, um espaço contestado, contra os "generais traidores" que personificavam a colaboração com a invasão fascista.

Acerca deste tipo de discurso apresentado pelos brigadistas, os questionários parecem indiciar que, no universo analisado, não existe uma linearidade entre a experiência migratória (especialmente em Espanha) e a constituição deste discurso. O caso de brigadistas portugueses provenientes da imigração em Espanha, como Manuel Martins, é ilustrativo: "[a Frente Popular] fez a união do povo espanhol"[138]. De forma semelhante, António Lopez Correia, imigrante em França antes da guerra, defendia que a "Frente Popular foi a origem da união de todo o povo espanhol"[139] à semelhança de Jean Luís Roque, que dizia "[a Frente Popular] defende os seus interesses nacionais e o bem-estar do seu povo"[140].

Num outro tom, não necessariamente oposto, surgem algumas nuances relativamente a este discurso, identificadas entre os imigrantes em França e nos Estados Unidos. Bento Guerreiro, na sua resposta à ficha de desmobilização das Brigadas, referiu que a Frente Popular "emancipa todos os que queiram defender o seu próprio bem-estar" e prosseguia afirmando que as Brigadas "cumpriram com o seu dever, que as une a defender o proletariado do mundo inteiro"[141]. Na mesma linha, Joaquim Rodrigues Pinto acrescentava que a Frente Popular serviu "para defender a liberdade de todos os trabalhadores". O caso de um dos imigrantes nos EUA, John Marques Albino, brigadista na XV Brigada Internacional (de composição anglófona), definia a Frente Popular precisamente como o "símbolo da unidade" e prosseguia afirmando que "[as Brigadas Internacionais] tiveram o seu valor no respeito da liberdade e paz mundial"[142].

[137] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Manuel Joaquim Lourenço, 9 dezembro 1938, p. 33-35.
[138] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Manuel Martins, 6 novembro 1938, p. 36-41.
[139] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de António Lopez Correia, 8 novembro 1938, p. 55-62.
[140] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Jean Luís Roque, 14 novembro 1938, p. 88-93.
[141] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Bento Guerreiro, 15 dezembro 1938, p. 17-23.
[142] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de John Marques Albino, 10 dezembro 1938, p. 17-19.

Nestes casos a libertação do fascismo e a solidariedade, que, segundo as suas respostas, mobilizou os voluntários, não se encontrou necessariamente mediada pela identidade nacional, como nos casos anteriores. Parece antes dever-se a uma relação abstrata com o internacionalismo, mediado pelo pacifismo ou pela classe trabalhadora, presente em expressões como "liberdade de todos os trabalhadores" ou "liberdade e paz mundial".

Relativamente a estes casos, mais marginais, podemos regressar à reflexão trazida no estudo de caso de Garganeiro (na secção 3.2.1.) e questionar o papel dos repertórios prévios dos brigadistas no processo de politização antes e durante o conflito, as sociabilidades de classe e militantes que antecederam a guerra, e o papel da repressão ou das unidades militares integradas na manutenção de determinado discurso e práticas militantes.

Na encruzilhada dos discursos de resistência patriótica, nacional e internacional, que caracterizou o repertório comunista da época, não parece viável que o patriotismo remetesse exclusivamente o espaço político delineado pelo poder estatal (como Espanha ou Portugal) durante a participação nas Brigadas Internacionais, por parte de portugueses espalhados pelo território europeu e pelo solo americano. Antes, remeteu para uma entidade coletiva que transbordou essas fronteiras.

Se, por um lado, o nacionalismo se referiu a um espaço contestado e é usado para descrever movimentos ou esforços direcionados à conquista da independência de um povo ou à afirmação do seu direito a um território impugnado (Roshwald, 2023: 399), na tensão entre o fascismo invasor e o antifascismo resistente. Por outro lado, a pátria não se encontrava restrita à fronteira gizada pelo território político. Antes, correspondia à cartografia "da interiorização do sentimento de pertença", desempenhando a função de "enraizar, filiar e criar identidades, demarcando diferenças e prometendo escatologias históricas", sobrevivendo aos efeitos da desterritorialização (do desterro ou do exílio) (Catroga, 2010: 34), descrevendo a lealdade a uma comunidade estabelecida e implicando colocar o interesse dessa comunidade acima do indivíduo (Roshwald, 2023: 399).

Assim, se o nacionalismo se encontrou plasmado na reivindicação da libertação do território espanhol, o patriotismo, de modo mais genérico, remeteu para a experiência antifascista e para um combate comum, protagonizado por uma comunidade que se defrontava, agora fora das fronteiras desenhadas pelo poder político, com os traidores — o fascismo espanhol e português — e com os invasores — italianos e alemães — conferindo ao conflito um sentido internacionalista. Esse sentido é mais bem traduzido nas palavras de Albano Domingues:

> as Brigadas Internacionais eram compostas por homens de todas as nações que falavam muitas línguas, mas no combate todos nos compreendíamos e havia uma unidade muito boa, e eles sempre cumpriram o seu dever[143].

3.3.2. Fascismo e antifascismo ou a impossibilidade do regresso

O modo como os voluntários apreenderam o fascismo divergiu das tipificações históricas e teóricas estabilizadas, revelando um fenómeno que resiste a qualquer definição unívoca. É indiscutível que o antifascismo constituiu um dos denominadores comuns dos voluntários internacionais em Espanha, fossem eles combatentes nas unidades organizadas pela Komintern ou integrados em milícias e dispositivos militares do Exército Popular Republicano (Skoutelsky, 2006: 193).

No caso da historiografia francesa dos anos 90, o antifascismo era frequentemente descrito como "uma simples tática da Komintern ao serviço da diplomacia da URSS estalinista [...] e, se adotamos esse enfoque, toda a reflexão sobre o antifascismo parece supérflua, pois isso implicaria ignorar alguns milhões de militantes socialistas, anarquistas ou simplesmente democratas." (Skoutelsky, 2006: 193). Esta primeira proposta de leitura do fenómeno tende a desconsiderar as práticas políticas dos brigadistas que permitiram a emergência de uma definição do antifascismo enraizada na experiência, já que, "desde os anos 20 e até à atualidade, teóricos e historiadores têm debatido a natureza do fascismo nas suas diferentes formas, mas interessar-se pelo tema das Brigadas Internacionais permite questionar o que os voluntários pensavam sobre este conceito" (Skoutelsky, 2006: 194).

[143] PT, ICS, AHS, 545, Cx. 11, Processo de Manuel Albano Domingues, sem data, p.1-3.

No caso português, Cristina Clímaco situou a emergência de uma cultura política antifascista no início da década de 1920. Desde cedo, a esquerda republicana portuguesa cunhou como fascistas movimentos da direita radical, como o Integralismo Lusitano, mas também outras sensibilidades políticas da direita conservadora, católica e antiliberal, conotando-as com uma forma de ditadura baseada na repressão e na restrição de liberdades individuais (Clímaco, 2016: 116). No entanto, a questão do antifascismo português durante a Guerra de Espanha foi percecionado através de menções dispersas a organizações criadas no contexto do exílio e da resistência ao Estado Novo (por exemplo a FPP ou a UAPRE), bem como das figuras envolvidas na resistência republicana (tais como Jaime Cortesão ou de Jaime de Morais) e, de forma mais contida, a membros do movimento operário (como Germinal de Sousa e Manuel Firmo) (Clímaco, 2016; Farinha, 1999; Freire, 1998a; Freire, 1998b).

Em contrapartida, a historiografia das Brigadas Internacionais tem evidenciado a diversidade de significados atribuídos ao antifascismo pelos diferentes grupos de voluntários. Entre os voluntários franceses, por exemplo, o antifascismo enraizava-se na experiência da Frente Popular e na defesa da França face ao expansionismo nazi-fascista. Já entre alemães e italianos, o combate em Espanha surgia frequentemente como possibilidade de redenção após a derrota dos movimentos operários nos seus países de origem. Outros casos, como o dos voluntários afro-americanos, articulavam o antifascismo com experiências de opressão racial e com formas de solidariedade internacional e pan-africanistas (Skoutelsky, 2006: 195-196).

Estas leituras tornam-se particularmente relevantes quando colocadas em diálogo com experiências mais quotidianas do fascismo, como as identificadas na historiografia francesa e internacional das greves em França durante 1936–1938, onde este era frequentemente associado à intensificação do trabalho e à perda de direitos laborais. O fascismo podia, assim, ser apreendido simultaneamente como fenómeno político internacional e como experiência concreta de exploração económica e social.

Muitos dos trabalhadores franceses passaram a identificar o fascismo com a intensificação da semana de trabalho. Tal como aponta Michael Seidman,

> "fascism" was identified by many French workers with a very intensive and long working week which greatly reduced 'free' time. Workers often thought of fascism primarily in economic or industrial, rather than political, terms. Despite claims by many in the Popular Front that workers would be willing to sacrifice for national defense to compete with potential adversaries, the government found it difficult to extend the working week beyond forty hours (Seidman, 1981: 264).

A este facto somava-se o papel dos motins fascistas nas ruas de Paris do 6 de fevereiro de 1934,

> a donné à l'ensemble de la gauche le sentiment d'une menace fasciste de grande ampleur, qui exigeait la mobilisation de toutes les forces démocratiques dans l'urgence et la nécessité. On le voit dès les manifestations unitaires du 12 février 1934, qui rassemblent, dans d'innombrables localités, des milliers de manifestants dont il est clair, parfois, qu'ils ressentent cet engagement comme un devoir impérieux (Prost, 2002: 38).

Estas contramanifestações constituíram um ponto nevrálgico na emergência de uma cultura de frente popular, onde coexistem a herança republicana e a luta de classes. Ocorridas nos meses de maio e junho de 1936 como resultado de uma cultura operária de resistência ao trabalho e à perda de tempo livre, as greves e ocupações de fábricas do período da Frente Popular em França impuseram física e simbolicamente a força dos trabalhadores, perante aquilo que era entendido como o avanço do fascismo em França, num movimento também ele antifascista (Prost, 2002: 40).

Fazendo o contraponto com a historiografia espanhola, a definição de antifascismo era "pluralista dada a sua base social e política" (García, 2016: 98). Na ausência de um 6 de fevereiro como em França, a emergência de uma cultura antifascista é inteligível através de um processo de transferência cultural: uma "consciência transnacional" da esquerda espanhola do avanço do fascismo na Europa (García, 2016: 95). Esse antifascismo aparecia, pois, nos termos do avanço do nazismo na Alemanha (1933), de uma breve guerra civil na Áustria após a ilegalização do Partido Social-Democrata, que esteve indiretamente na origem da mobilização que conduziu à

Revolução das Astúrias em 1934 (García, 2016: 96). Referia-se também, de forma mais lata,

> many Spaniards were labelling as fascist not only self-proclaimed followers of Mussolini and Hitler, but also suspected enemies of the Republic and 'the people', including the entire political right (ranging from Falange, the party of the young Primo de Rivera, to the CEDA, often described as 'Vaticanist' or 'clerical fascism') and even rival groups within the left, as well as the aristocracy, the employers, the army and the Catholic Church. […] Many Spaniards in the 1930s probably understood fascism as a synonym for 'reaction' (García, 2016: 95-96).

Estas discussões são particularmente frutíferas para articular a relação entre a experiência do fascismo funcional, através da associação quotidiana e experiencial a estruturas sociais como a Igreja Católica e os funcionários do Estado, a exploração na fábrica e os ritmos de trabalho; e a definição do fascismo a partir de categorias macropolíticas, associadas a regimes ou movimentos da extrema direita europeia: o nazismo e o rearmamento alemão, o fascismo italiano e a intervenção na Etiópia (1934-1935), ou ainda os fascistas franceses e os motins de 6 de fevereiro de 1934.

No segundo registo, a manifestação do que era, para os brigadistas portugueses, a manifestação do fascismo, torna-se particularmente evidente através da análise do plano de emissões radiofónicas já citado na secção anterior. Nele se afirmava que:

> Os fascistas portugueses tinham em Espanha numerosos agentes da polícia política, responsáveis pela morte de centenas dos nossos irmãos e que seguiam passo a passo todas as nossas atividades. Estamos certos de que esses agentes do fascismo, atuando ao serviço do opressor do nosso povo, continuam ainda em Espanha para prosseguir a sua tarefa criminosa. […] Que de forma sistemática se continue a explicar o caráter desta luta, sublinhando — ao contrário do que dizem os salazaristas — que o povo irmão de Espanha não combate para implantar o Comunismo, mas sim pela independência da sua Pátria, pela sua liberdade e pela sua vida, ao lado do seu Governo da Frente Popular, contra os exploradores do sangue do povo que traíram o seu país; […] desmascarar que a ajuda que Salazar presta aos rebeldes provoca uma maior exploração de todos os trabalhadores portugueses, que as relações que ele mantém com os fascistas alemães e italianos são perigosas e arrastarão Portugal para o abismo. Denunciar as concessões que esses fascistas tenham obtido de Salazar — como o caso de Angola e muitos outros.

Segundo este plano de emissões, o fascismo manifestou-se na PVDE e na violência exercida pelos corpos policiais do regime português, na colaboração de Salazar com Hitler e Mussolini, na ingerência a favor dos sublevados e nas cedências que Salazar faria no império colonial. Nesta definição, o eixo discursivo do patriotismo surge articulado com o antifascismo, sendo a colaboração com o nazismo entendida como um ataque à independência nacional que os comunistas procuravam preservar face ao fascismo internacional e aos colaboracionistas. Contudo, esta definição coexistia com outra conceptualização do fascismo, emergente no vocabulário dos brigadistas.

Analisando as breves respostas de alguns brigadistas, é possível reconhecer o impacto deste tipo de emissões, sobretudo na identificação de expressões associadas ao fascismo. Numa das fichas de desmobilização, um dos voluntários portugueses afirmava, a propósito da política de Frente Popular, que

> O seu sacrifício pela República e pela independência de Espanha teria sido diferente se, na Checoslováquia[144], tivesse existido um presidente como Negrín. A maior parte do seu território não teria sido invadida pelos reacionários alemães com a cumplicidade dos governos chamados democráticos. Esta é a minha opinião, e peço desculpa se ofendo alguém ao dizer a verdade. [145]

E encerrava uma das respostas acerca do papel político e militar das Brigadas da seguinte forma:

> Politicamente e militarmente, as Brigadas Internacionais cumpriram apenas uma missão enquanto antifascistas: defender os seus deveres e ajudar o povo espanhol na defesa dos homens, mulheres e crianças que Mussolini, Hitler e companhia queriam assassinar e privar das suas liberdades [146].

No entanto, é possível sugerir também que os brigadistas portugueses, através de um repertório de manifestações às quais o fascismo era associado — geralmente a

[144] A crise dos Sudetas, região da Checoslováquia, foi um conflito diplomático provocado pela exigência alemã de anexação desta região. A crise derivou nos acordos de Munique em setembro de 1938, que consagravam a entrega do território reivindicado por Hitler, sem resistência militar.

[145] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Antunez Tomás, 7 dezembro 1938, p. 13 - 14.

[146] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Antunez Tomás, 7 dezembro 1938, p. 13 - 14.

nível internacional —, articularam uma leitura mais quotidiana do fascismo através da sua posição social enquanto emigrantes, bem como exilados. Manuel Antunez Tomás, um dos combatentes analisados, afirmava nas fichas do Comissariado de Guerra das Brigadas Internacionais:

> Podes voltar ao teu país: quando Salazar e companhia tiverem morrido — ou seja, dito de forma mais clara, não posso ir.
> Se não, porquê: motivos políticos e sociais desde 1926 e 1931.
> Tens documentos pessoais que possam legalizar a tua situação perante as autoridades do país estrangeiro para onde vás: não conheço nada disso[147].

Manuel Gomes Ribeiro[148], também ele imigrante em Espanha, apontava que, "por ser um país ditatorial [que está] contra os voluntários" não poderia regressar a Portugal. Por motivos políticos e sociais, e tal como Antunez Tomás e como os restantes citados ao largo destes parágrafos, alguns dos brigadistas foram afetados pelas normativas legais instituídas pelo salazarismo — nomeadamente detenção, expulsão ou perda da nacionalidade através do decreto nº 27:529 que citámos neste capítulo e que previa a perda de nacionalidade a todo e qualquer indivíduo que participasse no conflito. Muitos outros, conotados como *rojos* em Espanha, foram presos e deportados para a rede concentracionária do regime[149].

Neste sentido, quando questionados sobre a possibilidade de regressar ao país de origem, os brigadistas portugueses respondiam unanimemente que tal era impossível e, mesmo sem serem solicitados, identificavam o regime português como a causa dessa impossibilidade. Apelidavam o regime português de "fascista" e definiam-se a si próprios como "antifascistas", como reconheciam Indalécio Domingues[150], Juan

[147] PT ,ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Antunez Tomás, 7 dezembro 1938, p. 13-14.

[148] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Manuel Gomez Ribeiro, sem data, p. 9-12.

[149] Vejam-se, por exemplo, as memórias de Manuel Firmo, militante anarquista, combatente na Guerra de Espanha, que se exilou em França após o conflito. Esteve nos campos de internamento e desmilitarização construídos para espanhóis no sudeste francês, como Argelès-sur-Mer e Gurs. Foi detido na fronteira por um agente da polícia política portuguesa, após regressar, no ano de 1941, devido à ocupação nazi da França e à possibilidade de ser deportado para o território alemão para campos de trabalho forçado.

[150] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Indalécio Domingues, 4 novembro 1938, p.60-67.

Sebastian Martinez[151], Delfins Teixeira[152] ou Manuel Albano Domingues[153], que, como os anteriores, eram imigrantes em Espanha. O mesmo sucedia com o universo dos brigadistas oriundos da emigração em França, como por exemplo Francisco Mendes[154], Manuel dos Reis[155], José Dias[156] ou Gabriel Oliveira[157], que assinalavam igualmente a sua incapacidade de regressar a Portugal, identificando-se unicamente como antifascistas.

Neste contexto, o fascismo deixa de ter apenas um contorno abstrato ou genérico e assume uma forma diretamente vivida na experiência dos brigadistas através de uma análise da experiência em consonância com o repertório assimilado no contexto da guerra de "invasão fascista" e da luta pela liberdade. A impossibilidade de regresso traduz, assim, o reconhecimento concreto dos seus efeitos políticos: a repressão do regime português, o apoio deste aos sublevados e a sua articulação com o avanço internacional do fascismo, associado neste caso aos regimes italiano e alemão.

Esta dimensão cruza-se ainda com uma característica estrutural da composição social dos brigadistas portugueses: a emigração em consonância com o exílio, que impedia muitos deles de regressar a Portugal após longos períodos de permanência no Exército Popular Republicano, onde, como vimos anteriormente, a estadia média rondava os 16 meses (quase um ano e meio) nas frentes de combate.

O fascismo apreendido por estes voluntários distancia-se, assim, das categorizações históricas e teóricas estabilizadas, não se encerrando numa definição única e oscilando entre a experiência da emigração e a vivência direta das frentes de combate. Esta dinâmica revelou, por fim, o papel do discurso patriótico no exame feito pelos brigadistas portugueses da sua própria experiência.

[151] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Juan Sebastián Martinez, 4 dezembro 1938, p. 24-32.
[152] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Delfins Teixeira, 14 novembro 1938, p. 1-4.
[153] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Manuel Albano Domingues, sem data, p. 1-3.
[154] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de Francisco Mendes, 14 dezembro 1938, p. 13-18.
[155] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 11, Processo de Manuel dos Reis, 12 outubro 1938, p.78-80.
[156] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 10, Processo de José Dias, 6 novembro 1938, p. 2-5.
[157] PT, ICS, AHS, FBI, 545, Cx. 12, Processo de Gabriel, 4 novembro 1936, p. 20-25.

3.4. “Ay Carmela”

A análise da participação dos brigadistas portugueses na Guerra Civil de Espanha revela-se um verdadeiro laboratório para o estudo do antifascismo enquanto cultura política, onde se entrecruzam emigração e discurso político, ação direta e participação formal em estruturas organizadas. Embora enquadrada pelas coordenadas do Partido Comunista de Espanha, esta cultura política não pode ser reduzida a uma estratégia emanada de um centro dirigente sediado em Moscovo e da Komintern.

O percurso militar dos voluntários portugueses nas Brigadas Internacionais evidencia, antes de mais, o peso estrutural da experiência migratória no seu trajeto enquanto combatentes do Exército Popular Republicano. A dispersão por diferentes unidades — da XI à XV Brigada — não resulta do acaso, mas do grau de inserção prévia nos países de acolhimento e do escrutínio exercido pelas redes de recrutamento locais e regionais, sobretudo em França e Espanha, bem como de um ímpeto internacionalista. As sociabilidades construídas na emigração constituíram a matriz sobre a qual se sedimentaram práticas de militância e processos de politização. A adesão a centrais sindicais, a identificação com campos políticos específicos e, finalmente, o alistamento nas milícias espanholas configuraram um percurso que inscreveu a participação nas Brigadas Internacionais muito para além de um gesto espontâneo ou episódico de solidariedade.

A experiência da guerra não se esgotou, contudo, na permanência na frente ou nas funções militares desempenhadas. O dispositivo repressivo acionado tanto pelo regime franquista como pelo Estado Novo (tribunais militares, campos de concentração, expulsões, perda de nacionalidade e múltiplos mecanismos de violência física e simbólica) cumpriu um duplo propósito: eliminar fisicamente os focos de resistência e impedir a “contaminação” ideológica do território português num momento de consolidação e fascização do salazarismo. Simultaneamente, constituiu o alicerce da nova ordem franquista, através da instrumentalização sistemática da violência. O estudo de caso, centrado na figura de José Maria Garganeiro, permite recolher alguns indícios acerca das práticas prévias — o contrabando, a vida na raia — e a sua conversão, sob a pressão do conflito e da repressão, em percursos de politização acelerada, comuns,

senão a todos, a uma parte dos portugueses que combateram nas Brigadas Internacionais. Um comunista, um raiano, um operário da Renault ou um mineiro em Huelva encontraram na violência fascista, não um fator de desmobilização, mas um elemento dialético de agregação política e discursiva entre grupos sociais diversos, até então desarticulados entre si.

Confirma-se, por fim, que os brigadistas portugueses não produziram um discurso original ou autónomo face à narrativa comunista espanhola. Esta forneceu-lhes o vocabulário e os enquadramentos interpretativos dominantes, razão pela qual a resposta à questão inicial é negativa: não se desenvolveu um discurso específico enquanto estes estavam nas Brigadas, mas sim a reatualização de uma série de discursos da experiência durante o conflito, na produção de uma gramática que cruza o patriotismo internacional e a emergência de culturas antifascistas nacionais durante a década de 1930.

Por um lado, a adesão às Brigadas nasceu de uma compreensão global do fascismo, percebido como fenómeno que ultrapassava fronteiras e lealdades nacionais, articulando experiências políticas distintas num mesmo campo de ação. Para muitos, sobretudo emigrantes, essa dimensão internacional correspondia a um longo percurso percorrido na diáspora, moldado pela mobilidade entre a Europa, e de forma mais marginal, as Américas e o Norte de África.

Por outro lado, o fascismo era também entendido através da experiência quotidiana da opressão: as informações que circulavam sobre o nazismo e o fascismo italiano, bem como a impossibilidade de regresso imposta pelo salazarismo. O conflito conferiu, assim, contornos específicos ao fascismo, conotado com regimes políticos concretos, o que conferiu ao fenómeno uma dimensão, também ela internacional manifesta na vivência dos combates e nos efeitos produzidos, em Portugal, pelo conflito. A fascização do regime português durante esse período, e o exponencial incremento da repressão, moldaram também a condição de antifascista.

A partir de 1937 e 1938, o conflito introduziu uma transformação decisiva: a maioria dos brigadistas filiou-se no PCE ou aproximou-se deste partido, o que reforçou a centralidade do discurso patriótico, à partida espanhol, mas não se limitando a este

espaço, condensado na expressão “a união do povo espanhol”. A luta contra o fascismo passou a ser enunciada como defesa de um território contestado face ao invasor nazi-fascista, subordinando o internacionalismo antifascista a uma mediação nacional. Combatia-se por Espanha, mas essa luta projetava-se como parte de um processo mais amplo de resistência de uma comunidade de combatentes que transbordava os seus limites.

A Guerra Civil de Espanha operou, assim, tanto para os brigadistas portugueses como para o seu antifascismo, um espaço de síntese: entre a coerência discursiva e o contrassenso da prática, experiência migratória e militância política, entre internacionalismo e antifascismo quotidiano, entre prática militar e práxis política. Dessa síntese emergiu uma cultura política específica, simultaneamente transnacional e enraizada na diáspora, que reconfigurou o horizonte político dos indivíduos analisados para além das fronteiras nacionais, projetando no combate por Espanha uma possibilidade, ainda que remota, de emancipação.

Conclusão

A análise das trajetórias dos brigadistas portugueses na Guerra Civil de Espanha permite concluir que a sua participação não pode ser compreendida através da semântica contemporânea dos "exilados" e "emigrantes económicos", nem através da memória antifascista dos anos 1930, que os definiu como "comunistas", "jovens" ou "aventureiros". Estas categorias, retomadas ao longo de várias décadas de produção historiográfica em Portugal, foram mobilizadas para explicar a presença de combatentes portugueses — e internacionais — no conflito, surgindo tanto em obras dedicadas à resistência e ao exílio durante a ditadura como em estudos específicos sobre a Guerra de Espanha ou, mais concretamente, sobre os portugueses que nela participaram. Um contrabandista de Campo Maior, um anarco-sindicalista do Barreiro, um estudante de Coimbra, um jornaleiro na Estremadura espanhola, um operário da indústria conserveira de Sevilha, um imigrante na Auvérnia, um torneiro da Renault, um *chauffeur* em Nova Iorque ou um camponês na Califórnia partilham, apesar das diferenças sociais e geográficas, uma mesma condição: a origem portuguesa, a desterritorialização e a circulação transnacional que culminou no conflito de 1936-1939.

Desde a abertura deste campo de estudos, nos anos 1980, a grelha interpretativa da historiografia portuguesa assentou na oposição entre exilados políticos e imigrantes económicos. Contudo, como assinala Joan Scott (1998), os conceitos que escolhemos historicizar ou utilizar no trabalho historiográfico são também ilustrativos da posição a partir da qual construímos a nossa análise científica. A autora propõe, assim, a recuperação da experiência como via para compreender as categorias iniciais da nossa análise, muitas vezes utilizadas sem questionamento crítico. Não seriam essas macro-categorias o elemento estruturante da análise do historiador, mas sim a experiência contemporânea, que permite aferir a sua autenticidade na análise histórica, recuperando práticas, percursos e sociabilidades que sustentaram a mobilização antifascista durante a guerra.

No caso dos brigadistas portugueses, categorias como o exílio ou a emigração revelam-se insuficientes: não explicam a sua heterogeneidade sociológica e política,

nem captam a complexidade das suas trajetórias individuais e coletivas— processos inscritos numa Guerra Civil Ideológica Internacional ou na *Guerra Civil Europeia*.

A partir desta perspetiva, é possível sugerir que a mobilização dos brigadistas portugueses derivou de uma cultura popular e operária heterogénea. A maioria não era comunista à partida, embora muitos se filiassem ou se aproximassem do PCE e do PCF durante o conflito. O que emerge, de facto, não é a contraposição entre imigrante e exilado, mas o papel da desterritorialização — entendida como processo social, político e de transmissão cultural — geralmente motivada pela procura de trabalho, mas também pela fuga à repressão do Estado Novo. Foi esta dimensão que conferiu dinamismo às suas trajetórias, articulado com o sindicalismo e com referências às culturas operárias nacionais, moldando as características da mobilização antifascista transnacional. A mobilidade entre Portugal, Espanha, França, Norte de África e Américas criou redes de sociabilidade, culturas de trabalho e formas de ação direta e resistência que permitiram a entrada no conflito.

A dispersão dos brigadistas portugueses pelas diferentes unidades das Brigadas — da XI à XV Brigada —, bem como a não formação de uma Brigada Internacional portuguesa, além de resultar das contradições políticas internas da Frente Popular portuguesa, entre comunistas defensores da revolução popular e republicanos favoráveis ao *putschismo*. Contudo, foi igualmente produto de redes de recrutamento locais e regionais, ativadas através da inserção prévia nos países de acolhimento e da familiaridade linguística construída na emigração. A mobilidade transnacional adquiriu, assim, uma conotação nacional, na medida em que os brigadistas, antes de integrarem as unidades com que mantinham maior afinidade linguística e política, haviam percorrido um longo percurso de contacto com culturas operárias de vários países, o que lhes conferiu uma trajetória política específica.

O seu processo de politização permanecia estreitamente ligado aos países de imigração e às sociabilidades aí apreendidas, mantendo sempre a dimensão transnacional, que implicava: em primeiro lugar, trajetórias que levavam os resistentes a atuar fora do país de origem; em segundo lugar, encontros transnacionais — conhecer e cooperar com pessoas de diferentes origens nacionais; e, em terceiro lugar,

experiências de resistência transnacional que, no seu grau mais desenvolvido, transformavam pensamento, prática e identidade (Gildea & Thames, 2020: 5).

Se a experiência transnacional permite compreender a diversidade de trajetórias que caracteriza a amostra dos brigadistas portugueses analisados, o conceito de ação direta contra determinadas figuras de opressão — a fábrica, a disciplina, o Estado, a fronteira e as restrições à circulação — sobressai como elemento funcional de uma cultura operária do período do entre-guerras. Essa ação emergia de estratégias de sobrevivência assentes no sindicalismo como modelo de integração social, enquanto o contacto com outras culturas operárias em Espanha e França estabelecia o pano de fundo para a formação de militantes envolvidos em sociabilidades específicas, que moldavam também a conceção do seu antifascismo.

Do ponto de vista militar, o perfil dos brigadistas portugueses caracteriza-se por uma permanência média de dezasseis meses na frente de combate e por uma distribuição equilibrada entre soldados e suboficiais, isto é, patentes baixas. Mais relevante, porém, é o facto de mais de metade dos combatentes terem iniciado o seu percurso no Exército Popular Republicano ou nas milícias operárias e camponesas sendo posteriormente transferidos para as Brigadas Internacionais. Este dado corrige leituras anteriores que negligenciaram estes processos de transição e permite uma compreensão mais precisa do corpus documental e da participação portuguesa no conflito do lado republicano.

A partir destas condições, a guerra de 1936-39, e, num determinado momento do conflito, as próprias Brigadas, funcionou como um espaço de síntese para os brigadistas portugueses. A guerra foi o laboratório onde se ensaiou, não apenas o que viria a ser o confronto da II Guerra Mundial, mas o cruzamento de sociabilidades, práticas e discursos. Nesse sentido, a entrada em Espanha para combater, primeiro no Exército Popular Republicano e, depois, nas Brigadas Internacionais, não se tratou de uma ação espontânea, mas o culminar de um percurso previamente traçado.

No campo discursivo, a grande maioria dos brigadistas aproximou-se do PCE, tanto no que respeita à estratégia frentista espanhola como à organização das Brigadas. Esta leitura é, contudo, condicionada pelas fontes mobilizadas ao longo deste trabalho

— questionários das Brigadas Internacionais e do PCE — que tendem a uniformizar o vocabulário político dos voluntários. Ainda assim, é possível identificar o aparecimento de uma semântica que não emanava exclusivamente dos quartéis-generais, mas interagia com a situação e a trajetória dos combatentes. Se o patriotismo comunista espanhol surgiu no seguimento de um impulso nacionalista presente na história das culturas políticas comunistas e como denominador comum para as várias sensibilidades políticas da Frente Popular espanhola. Este discurso funcionou também como designação de uma pátria internacionalista, desterritorializada pela emigração, mas retomada como comunidade de combatentes antifascistas numa luta entendida como defesa de um território contestado: um patriotismo plurinacional composto pelas suas múltiplas nacionalidades (basca, catalã e galega).

Deste modo, reforça-se a ideia de que a experiência dos voluntários portugueses demonstra que a mobilização antifascista assentou numa articulação entre trajetórias individuais, redes de sociabilidade e formas de politização que antecediam a estrutura organizativa das Brigadas. O mote "não posso regressar a Portugal porque é um país fascista" sintetiza a interseção entre experiência migratória, repressão política e vocabulário antifascista apreendido.

Impera a questão: será que as Brigadas criaram uma cultura política nos portugueses que lá combateram? Os brigadistas portugueses não criaram *ex nihilo* uma cultura política inédita, inexistente nos repertórios da época. Antes, organizaram e sistematizaram práticas, sociabilidades e discursos já presentes na sua trajetória social e política. Dessa síntese emergiram os traços orientadores da sua cultura política: uma dimensão transnacional, enraizada na circulação criada pelos processos migratórios; uma dimensão operária, sustentada pelas culturas do trabalho associadas ao sindicalismo e a repertórios de classe; e uma dimensão antifascista, que agregava discursos do período de entre-guerras e se prolongou até depois da II Guerra Mundial.

É neste sentido que se reconhecem as limitações desta investigação. Já foi mencionada a limitação das fontes empregues — quer as da repressão, quer os questionários — que tendem a induzir as respostas dos combatentes e, no processo de investigação, condicionam a metodologia e as variáveis de interpretação das suas

trajetórias. Acresce que a data de produção dos documentos, concentrada no último trimestre de 1938, indica que todo o discurso a que tivemos acesso pertence exclusivamente ao período inicial de derrota da República espanhola, perdendo-se o rasto dos voluntários após os primeiros meses de 1939. Permanece, assim, a dúvida sobre o seu destino: terão regressado a Portugal ou aos países de emigração? O enfoque desta investigação esbate-se nessa cronologia, meio ano antes do final da guerra.

É também sob esta premissa que a reconstrução da sua experiência e das culturas operárias a que estes tiveram acesso baseou-se num exercício de levantamento historiográfico, mais do que numa investigação empírica exaustiva, dado que esta população era, em muitos casos, iletrada, ou as fontes como a imprensa, memórias que poderão ter escrito, se encontram dispersas — como eles — pela geografia de procedência. Reconhece-se que a representatividade da amostra permite compreender a participação portuguesa nas Brigadas Internacionais (133 brigadistas), mas não pode ser extrapolada para o conjunto dos cerca de 1200 voluntários portugueses que combateram na Guerra Civil de Espanha.

Estamos, porém, convictos de que compreender as Brigadas Internacionais implica compreender os brigadistas: as suas trajetórias, as redes que estabelecem e as suas práticas.

Fontes documentais

Arquivos:

DGARQ/Torre do Tombo - Arquivo Salazar (AOS-DGARQ)

Arquivo de História Social - Instituto de Ciências Sociais (AHS-ICS)

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca Digital do Exército

Biblioteca Nacional de Portugal/Arquivo Histórico-Social

Referências Bibliográficas

Albanese, G. (2016). Historiography, the crisis of liberal state and the birth of fascism and antifascism in Italy, Spain and Portugal. In H. García et al. (Eds.), *Rethinking antifascism: History, memory and politics 1922 to the present* (pp. 76–85). Berghahn Books.

Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 29(128), pp. 959–980.

Baganha, M. I. (2003). From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime. *E-Journal of Portuguese History*, 1(1), pp. 1–16.

Belligni, S. (1998). Antifascismo. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de política* (11.ª ed., Vol. 1, pp. 36–38). UnB.

Bernstein, B. (1999). La cultura política. In J.-P. Rioux & J. Sirinelli (Dirs.), *Para una historia cultural*. Ediciones Taurus.

Bourdieu, P. (1997). Ilusão autobiográfica. In P. Bourdieu, *A miséria do mundo* (pp. 393–400). Antígona.

Bourdieu, P. (2021). *O poder simbólico*. Edições 70.

Catroga, F. (2010). *Em nome da Nação*. In R. Costa & T. Fonseca (Coords.), *Res Publica: Cidadania e representação política em Portugal (1820–1926)* (pp. 20–59). Assembleia da República.

Catroga, F. (2010). Pátria, nação e nacionalismo. In J. M. Sobral & J. Vala (Eds.), Identidade nacional, inclusão e exclusão social (pp. 33–66). Imprensa de Ciências Sociais.

Casanova, J. (2010). *En la calle y en el frente: El anarcosindicalismo en la Guerra Civil española*. Booket.

Castells, A. (1974). *Las Brigadas Internacionales en la Guerra de España*. Ariel.

Claret, J. (2022). *Breve historia de las Brigadas Internacionales*. Catarata.

Clímaco, C. (2015). A Federação dos emigrados portugueses em França. In M. F. Rollo & Y. Santos (Orgs.), *Ecos das migrações: Memórias e representações dos migrantes (séculos XIX–XX)* (pp. 113–130). Instituto de História Contemporânea.

Clímaco, C. (2016). Portugal within the European antifascist movement, 1922–39. In H. García et al. (Eds.), *Rethinking antifascism: History, memory and politics 1922 to the present* (pp. 114–132). Berghahn Books.

Clímaco, C. (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927–1936)*. Edições Colibri.

Cunha, L. (2006). *Memória social em Campo Maior*. Dom Quixote.

de la Torre, H. (1985). *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular: Portugal–Espanha (1919–1930)*. Estampa.

Delgado, I. (1980). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Publicações Europa-América.

Endnotes. (2013). *The history of separation*. Endnotes. https://endnotes.org.uk

Faria, F. A. (2018). Refugiados em Portugal: Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936–1939). *Revista Portuguesa de História*, 48, pp. 61–84. https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_3

Faria, F. A. (2019). Refugiados em Portugal: A construção e a atuação do aparelho de vigilância fronteiriço português no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936–1939). In A. S. Ferreira, M. Loff, & J. D. Pereira (Coords.),

Construção dos Estados, movimentos sociais e economia política (pp. 64–74). IHC.

Farinha, L. (1999). *O Reviralho: Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926–1940)*. Editorial Estampa.

Freire, J. (1998a). O Partido Comunista Português e a Guerra Civil de Espanha. In F. Rosas (Coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional* (pp. 177–196). Edições Colibri.

Freire, J. (1998b). Sobre o anarquismo português e a Guerra Civil de Espanha. In F. Rosas (Coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional* (pp. 197–208). Edições Colibri.

Fronczak, J. (2026). *The five ages of antifascism*. Cambridge University Press.

García, H. (2016). Was there an antifascist culture in Spain during 1930s? In H. García et al. (Eds.), *Rethinking antifascism: History, memory and politics 1922 to the present* (pp. 86–113). Berghahn Books.

Gerwarth, R., & Gildea, R. (2018). Resistance and Collaboration in the Second World War as Transnational Phenomena. *Journal of Modern European History / Zeitschrift Für Moderne Europäische Geschichte / Revue d'histoire Européenne Contemporaine*, *16*(2), 175–182.

Gildea, R., & Tames, I. (Eds.). (2020). *Fighters across frontiers: Transnational resistance in Europe, 1936–48*. Manchester University Press.

Godinho, P. (2008). *Ouvir o galo cantar duas vezes: Identificações locais, culturas de orla e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*. Tigre de Papel.

Godinho, P. (2021). "Maquisards" ou "atracadores"? A propósito das revisões da história no caso de Cambedo da Raia, 1946. In P. Godinho et al. (Eds.), *Cambedo da Raia: Solidariedade galego-portuguesa silenciada* (pp. 69–164). Tigre de Papel.

Gomes, V. (2000). *Guerra de Espanha: Achegas ao redor da participação portuguesa – 70 anos depois*. Fim de Século.

Graeber, D. (2009). *Direct action: An ethnography*. AK Press.

Graham, H. (2015). *Breve história da Guerra Civil de Espanha*. Tinta da China.

Guimarães, E. P. (2023). *As juventudes libertárias e a reorganização do movimento anarquista nos anos 40*. Letra Livre.

Juliá, S. (1988). De revolución popular a revolución obrera. *Historia Social*, 1, pp. 29–43.

Juliá, S. (1998). *Un siglo de España: Política y sociedad*. Marcial Pons.

Kirschenbaum, L. A. (2015). *International communism and the Spanish Civil War*. Cambridge University Press.

Koselleck, R. (1992). Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, 5(10), pp. 134–146.

Kruizinga, S. (2018). Struggling to Fit in. The Dutch in a Transnational Army, 1936–1939. *Journal of Modern European History / Zeitschrift Für Moderne Europäische Geschichte / Revue d'histoire Européenne Contemporaine*, *16*(2), 183–202.

Kruizinga, S., Diac, C., Acciai, E., Zaugg, F., Bikše, G. I., Pintar, O. M., & Falkov, Y. (2020). "For your freedom and ours!": Transnational experiences in the Spanish Civil War, 1936–39. In R. Gildea & I. Tames (Eds.), *Fighters across frontiers: Transnational resistance in Europe, 1936–48* (pp. 12–31). Manchester University Press.

Levillain, P. (1996). Os protagonistas da biografia. In R. Rémond (Org.), *Por uma história política* (pp. 141–184). UFRJ/FGV.

Lanero Táboas, D., Freire, D., Fonseca, I., & Rovisco, E. (2009). La "raia" galaico-portuguesa en tiempos convulsos: Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936–1945). In D. Freire, I. Fonseca, & E. Rovisco (Eds.), *Contrabando na fronteira luso-espanhola: Práticas, memórias e patrimónios* (pp. 57–87). Nelson de Matos.

Loff, M. (2006). A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. *Ler História*, 51, pp. 77–131.

Loff, M. (2008a). España en la mirada portuguesa: Ilusión, tragedia y terror. *Historia del Presente*, 11, pp. 61–96.

Loff, M. (2008b). *O nosso século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936–1939)*. Mundo das Letras.

López Martínez, A. L. (2004). La presencia portuguesa en el litoral occidental onubense (1870–1936). *Revista Huelva en su Historia*, 11, pp. 187–201.

Mezzadra, S. (2019). *Direito de fuga*. Tigre de Papel.

Núñez, X.-M., & Faraldo, J. M. (2009). The first great patriotic war: Spanish communists and nationalism, 1936–1939. Nationalities Papers, 37(4), 401–424. https://doi.org/10.1080/00905990902987332

Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. O Jornal.

Oliveira, I. T. (2007). Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX. *Análise Social*, 62(184), pp. 837–852.

Oliveira, L. (2023). Uma cultura de resistência: A Revolta dos Marinheiros de 1936. *Ler História*, 82, pp. 217–237. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11811

Paulo, H. (2018). Portugueses pela República: Republicanos e anarquistas combatentes em Espanha (1934/1936–1939). *Revista da Universidade de Aveiro*, 7(2), pp. 115–125.

Pereira, D. (2013). *Emigrantes, exilados e perseguidos: A comunidade portuguesa na Galiza (1890–1940)*. Através.

Pereira, D. (2014). A represión franquista contra a cidadanía portuguesa radicada na Galiza (1936-1940). In J. V. Capela (Coord.), Monção: entre muralhas com tantas portas quantos os sentidos. Universidade do Minho/Casa Museu de Monção. pp. 245–261.

Preston, P. (2005). *A Guerra Civil de Espanha*. Edições 70.

Preston, P. (2016). *The Spanish Holocaust: Inquisition and extermination in twentieth-century Spain*. HarperPress.

Prost, A. (2002). Les grèves de mai-juin 1936 revisitées. *Le Mouvement Social*, 200, pp. 33–54. https://doi.org/10.2307/3779815

Reig Tapia, A., & Sánchez Cervelló, J. (2015). *Las Brigadas Internacionales: Nuevas perspectivas en la historia de la Guerra Civil y del exilio*. Publicacions de la Universitat Rovira i Virgili.

Requena Gallego, M. (1996). Albacete: Base de reclutamiento e instrucción de las Brigadas Internacionales. *Al-Basit*, 39, pp. 63–83.

Rodríguez Gallardo , Á. (2008a). A represión franquista no concello de Tui. In *Actas das Xornadas sobre a represión franquista no Baixo Minho: O Miño, unha corrente de memória* (pp. 83–109). Alén Miño.

Rodríguez Gallardo , Á. (2008b). Memória da represión na Galiza e Baixo Miño. In *Actas das Xornadas sobre a represión franquista no Baixo Minho: O Miño, unha corrente de memória* (pp. 193–203). Alén Miño.

Rosano Alloza, M. (2024). La cultura política comunista: Un fenómeno poliédrico, complejo y conflictivo. *Revista de Historiografía*, 39, pp. 325–343. https://doi.org/10.20318/revhisto.2024.7839

Rosas, F. (Coord.). (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha: Colóquio Internacional*. Edições Colibri.

Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Tinta da China.

Rosenthal, G. (2019). *Interpretive social research: An introduction* (2nd ed.). SAGE Publications.

Roshwald, A. (2023). *Patriotism in the Second World War: Comparative perspectives on countries under Axis occupation*. In C. Carmichael, M. D'Auria, & A. Roshwald (Eds.), *The Cambridge History of Nationhood and Nationalism* (pp. 399–420). Cambridge University Press.

Scott, J. C. (1985). *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press.

Seidman, M. (1981). The birth of the weekend and the revolts against work: The workers of the Paris region during the Popular Front (1936–38). *French Historical Studies*, 12(2), pp. 249–276. http://www.jstor.org/stable/286479

Seidman, M. (2002). *Republic of egos: A social history of the Spanish Civil War*. University of Wisconsin Press.

Sirinelli, J.-F. (1998). El retorno de lo político. *Historia Contemporánea*, 9, pp. 25–35.

Simões, D. (2009). Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola: O caso dos refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. In H. Cairo Carou, P. Godinho, & X. Pereiro (Orgs.), *Portugal e Espanha: Entre discursos de centro e práticas de periferia* (pp. 215–235). Edições Colibri.

Simões, D. (2016). *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola: Resistência, solidariedade e usos da memória*. Edições Colibri.

Sirinelli, J.-F. (1993). El retorno de lo político. Historia Contemporánea, (9), 25–35.

Skoutelsky, R. (1998). *L'espoir guidait leurs pas: Les brigades internacionales dans la guerre d'Espagne*. Grasset.

Skoutelsky, R. (2006). *Novedad en el frente: Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil*. Ediciones Temas de Hoy.

Stradling, R. (2010). English-speaking Units of the International Brigades: War, Politics and Discipline. *Journal of Contemporary History*, *45*(4), 744–767.

Thompson, E. P. (2008). *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Antígona.

Thompson, E. P. (2013). *The making of the English working class*. Penguin Books.

Thomas, H. (1979). *La Guerra Civil Española: Guerra mundial en miniatura* (Vol. 3). Ediciones Urbión.

Thomas, H. (1987). *A Guerra Civil de Espanha* (2 vols.). Pensamento.

Torre, H. de la (1985). *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular: Portugal–Espanha (1919–1930)*. Estampa.

Tremlett, G. (2020). *The International Brigades: Fascism, freedom and the Spanish Civil War*. Bloomsbury Publishing.

Vieira, R. A. (2011). *Tomar o pulso ao tigre: Missões militares portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934–1939)* [Tese de mestrado e, Universidade Nova de Lisboa]

Apêndices

Apêndice 1 — Biografia de Militante do PCE de José Antunez Tomás



13

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA
Balmes, 205 — Teléfono 74143
BARCELONA

COMISIÓN CENTRAL DE CUADROS
(Sección extranjeros)

7021

BIOGRAFIA DE MILITANTES

Todo camarada que no es español y que desea entrar en las filas del P. C. de España, deberá escribir una biografía según las normas de este cuestionario; y mandarlo con su demanda, al C. C. por la vía del Partido.
Esta disposición se aplica igualmente a todo camarada que era, antes, miembro de uno de nuestros partidos hermanos y que desea también obtener el carnet del Partido por el año en curso.

I. PERSONAL

1. Apellidos y nombre Tomas Antunez José Nombre de Partido P. C.
2. Lugar y fecha de nacimiento Sobral magro - 12 - 1 - 914
3. Nombre de tus padres, de familiares próximos, sus condiciones sociales, sus opiniones políticas Manuel Tomas. y Jenuario Antunes. Liberales

¿Dónde se encuentra ahora tu familia? (Dirección) Sobral magro. Portugal
4. ¿Cuál es tu nacionalidad? Portuguesa
5. Estado Soltero
6. Lugar de procedencia de Portugal
7. Profesión Chofer
8. ¿Tienes otros conocimientos profesionales y cuáles son?
9. Lugar de trabajo antes de tu salida para España Sobral magro ¿Cuántos obreros había en la Empresa donde estabas? Portugal
10. ¿Cuál era tu salario medio? 1.6. Escudos
11. ¿Tienes miembros de tu familia funcionarios del Estado, agentes de policía o fascistas? En caso afirmativo, ¿cuáles son sus apellidos y nombres, el papel que han tenido en las circunstancias actuales y cuáles son las relaciones que tienes con éllos?

II. DESENVOLVIMIENTO PROFESIONAL

12. ¿Cuáles son los estudios profesionales que has cursado (dónde, cuándo y en cuánto tiempo)?
13. ¿En qué fábricas o empresas has trabajado antes? (¿Cuántos obreros aproximadamente trabajaban?)
14. ¿Has estado parado? En lo afirmativo ¿en qué época y cuánto tiempo?

III. VIDA SINDICAL

15. ¿Has sido miembro de organizaciones sindicales? ¿Cuáles? ¿Dónde? U.G.T. Construccion. Las Rosas - Madrid
16. ¿A qué organización sindical internacional pertenece tu sindicato?
17. ¿Has tenido algún cargo de responsabilidad en la organización sindical? ¿Has efectuado algún trabajo en dicha organización? ¿Cuáles?

¿Has representado el sindicato en la fábrica (o empresa)? ¿Cuánto tiempo?

IV. VIDA SOCIAL

18. ¿Has sido miembro de alguna organización social, juvenil, cooperativa, cultural, deportiva, etc., y en qué tiempo? En caso afirmativo, ¿sigues siéndolo?

19. ¿Has tenido algún cargo particular en dichas organizaciones? ¿Cuáles? ¿Cuánto tiempo?

20. ¿Eres miembro del Socorro Rojo? ¿Desde cuándo? ¿Dónde? 1. de Julio - 37. en Campaña

V. VIDA POLÍTICA

a) Actividad de Partido

21. ¿Cuándo has empezado a interesarte al movimiento proletario? ¿En qué condiciones? ¿Has sido influenciado por alguna razón? (lecturas, ambiente, etc.)

22. ¿En qué fecha te has adherido al P. C.? 24-9-33
¿Dónde? Las Planas. B.S. ¿En qué célula estabas? ¿Cuál es el número de tu último carnet del P. que te fué concedido por la célula?

¿Cuáles son los camaradas responsables que presentaron tu demanda de inscripción al Partido?

¿Siguen siendo miembros del P.?

23. ¿Has tenido algunas funciones dirigentes o algún cargo de responsabilidad en el Partido? En lo afirmativo, ¿cuáles y durante cuánto tiempo?

24. ¿Cuál es el trabajo de Partido que has efectuado más? (organización, etc.)

25. ¿Has participado a algún Congreso o Conferencia Nacional del Partido? ¿Cuáles? ¿Con qué mandato?

26. ¿En qué movimientos obreros has participado? (Huelgas, manifestaciones seguidas por luchas en la calle, etc.)
Octubre - 1934 - en Madrid

27. ¿Has sido detenido? ¿Cuántas veces? ¿En qué fechas?

28. ¿Has pasado delante de los Tribunales? ¿Cuántas veces? ¿Cuándo?

¿Bajo qué acusaciones?
¿Qué Tribunal te juzgó?

29. ¿Has sido juzgado solo o con otros camaradas? En este último caso, ¿cuáles son sus nombres?

30. ¿Qué condena te ha sido infligida?
¿En qué carcel has estado? ¿En qué campo de concentración, campo de trabajo has pasado tu condena?

¿En qué fecha has sido liberado?
¿Has aprovechado de disposiciones de amnistía u otras especiales que han abreviado tu estancia en las cárceles o provocado tu liberación? En caso afirmativo, ¿cuáles?

31. ¿Has efectuado un trabajo del P. en países y en momentos en los cuales el Partido estaba obligado a vivir en la ilegalidad? ¿Dónde, cuándo, y qué trabajo?

32. En tu país, ¿cuáles son las ciudades que conoces, además de la tuya?

33. ¿Es la primera vez que eres emigrado de tu tierra? Sí
¿Cuándo has emigrado de tu tierra? Julio de - 1984
¿A qué países has ido? Español

¿Estás en una situación legal con respecto a las Autoridades de tu país? no

¿Eres conocido como comunista en tu país? no ¿y en emigración?

34. ¿Has salido de tu tierra con medios legales (pasaporte legal) o por medios ilegales? con Pasaporte legal

¿Quién te ayudó a salir ilegalmente, el Partido o otra organización?

35. ¿A qué organizaciones políticas o sindicales has participado en los países a donde has emigrado?

36. ¿Cuáles son las personas **responsables** (nombre y apellido) de partidos políticos, de organizaciones sindicales, culturales, de cooperativas, deportivas y de masas con las que tienes relaciones de amistad personal?

b) Posición política y moral

37. ¿Has tomado parte en fracciones o corrientes de oposición en el interior del Partido? En caso afirmativo, ¿cuáles y hasta qué fecha?

38. ¿Has tenido posiciones políticas contrarias a la línea política del Partido? ¿Respecto a qué problemas? ¿En qué épocas?

39. ¿Has sido alguna vez castigado en el Partido por razones de disciplina, políticas u otras? En caso afirmativo, ¿por qué razón y cuándo?

40. ¿Estás en contacto con elementos expulsados del Partido o elementos denunciados por él?
¿Cuáles son?
¿Cuáles son las razones por las cuales tienes esas relaciones?

41. ¿Tienes relaciones con trotsquistas? ¿Quiénes son?
¿De qué naturaleza son esas relaciones?
¿Por qué no has roto con ellos?

42. ¿Has venido a España con la autorización de la organización del Partido?

43. ¿Has sido ya expulsado por otros partidos u otras organizaciones? En caso afirmativo, ¿cuándo y por qué razones?

c) Nivel cultural

44. ¿Cuáles son los estudios que has hecho? (Escuelas elementales, primarias, Universidad, Cursos especiales)

45. ¿Qué estudios, cursos políticos organizados por el Partido has frecuentado? (¿En qué época y cuánto tiempo?)

46. ¿Qué periódicos y revistas del Partido lees normalmente?

47. ¿Cuáles son los libros de doctrina comunista y política que has estudiado o solamente leído?

48. ¿Cuáles son las cuestiones políticas que han llamado más tu atención, y qué te gusta más estudiar? P. C.

49. ¿Qué idiomas conoces? Portugues - Español

¿Puedes hablarlos? Sí ¿Escribirlos? Sí
¿Has hecho ya traducciones? no

50. ¿Has escrito artículos para los periódicos? ....
¿Sobre qué problemas? .... ¿En qué periódicos? ....

d) Capacidades y experiencias militares

51. ¿Has sido soldado (movilizado o voluntario) en el Ejército de tu país? no serví en ningún país
¿Cuánto tiempo? .... ¿Dónde? ....
¿En qué regimiento? .... ¿Cuál era tu posición durante las sublevaciones revolucionarias de 1917-18 en tu país? Portugal

52. ¿Qué grado o función has tenido en ese Ejército? ....
¿Qué grado tenías en la época de tu liberación? ....
53. ¿Has participado a la guerra? .... ¿Cuándo? .... ¿Dónde? ....
¿Has trabajado en el ejército para el partido? ....
54. ¿Tienes conocimientos militares prácticos o técnicos particulares? ....
¿Cuáles? ....

e) Vida en España

55. ¿Cuándo has llegado a España? Julio de 1934
56. ¿Por qué medios? ....
57. ¿Con qué objetivo has venido a España? ....
58. ¿Qué funciones militares y políticas has tenido en España? Soldado

59. ¿En qué combates has estado? Guadarrama Peguerinos Boadilla del monte Jarama Belchite Ebro
60. ¿Has sido herido? no ¿En qué circunstancias? ....

¿Has sido declarado inútil para el Servicio Militar? no
¿Has sido declarado útil para el servicio a la retaguardia? no
¿Eres mutilado de guerra? no
61. ¿Estás de vuelta del frente? .... ¿Por qué motivos? ....

62. ¿A qué unidad militar has sido afectado? Primero de Regimiento en Sanitario. Segundo Artillería. D.E.C.A. 3er Artillero. Compañía. de Etapa-
¿Dónde estás ahora? (Brigada, Compañía, Hospital, Fábrica, Oficina, etc.) sito Los Planos. B.I.
63. Durante tu estancia en el Ejército Popular Español, ¿cuáles son las promociones con las cuales has sido distinguido? Observador. D.C.A.

¿Con qué motivaciones y en qué circunstancias? de Actuacion en Combate

64. ¿A qué organizaciones políticas o populares así como sindicales estás adherido en España? U.G.T.

¿En qué fecha? 14-4-36 ¿En qué ciudad? Las Rozas Madrid
¿Quién te propuso? Yo
65. ¿Cuáles son los camaradas con los cuales tienes más relaciones y cuáles son los responsables que pueden confirmar la exactitud de lo que has afirmado? Manuel Fraile Faraldo.
Francisco Gomez

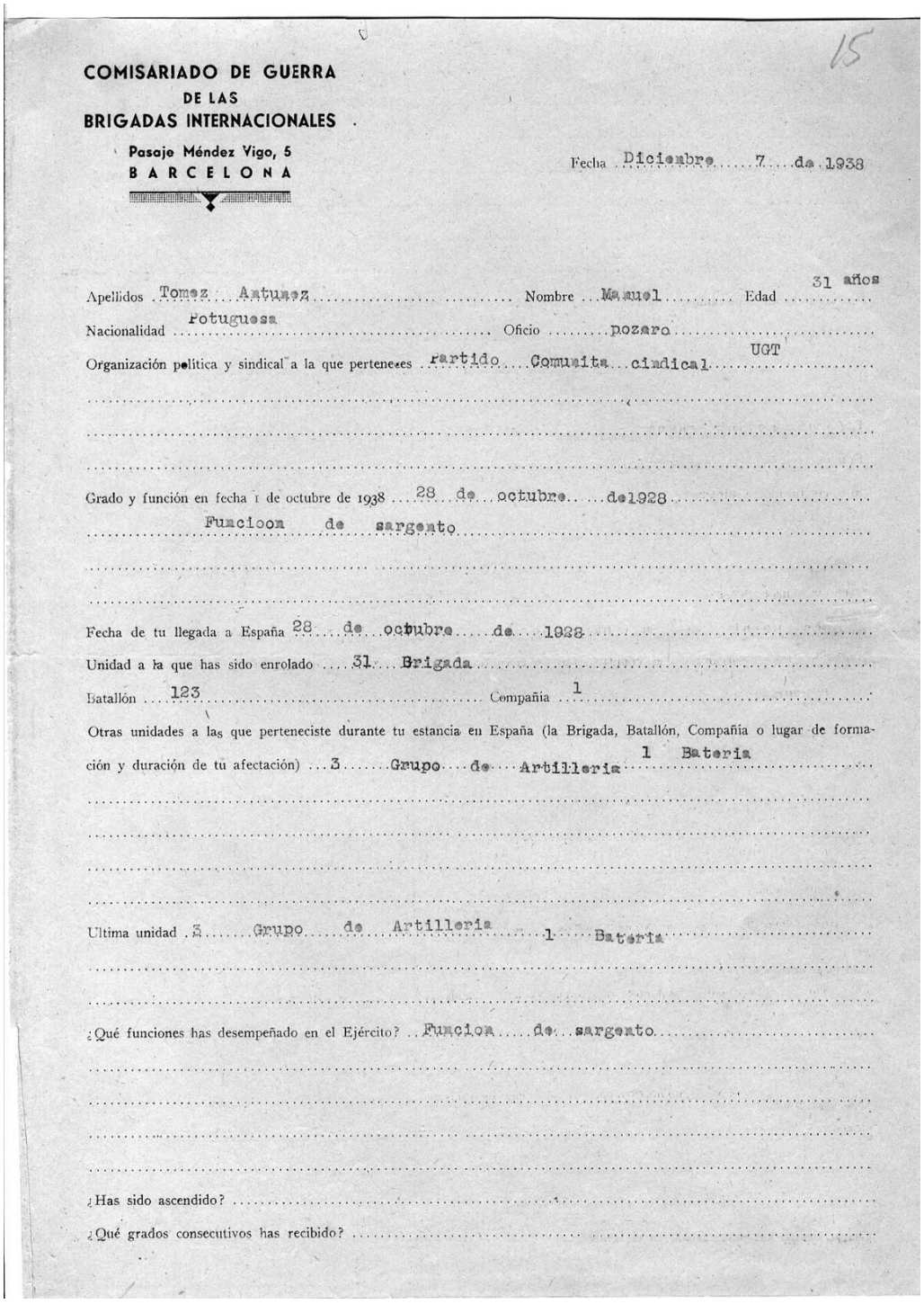
(Lugar) .... día 26 de 9 de 193 8

Fotografía

FIRMA: José Gomez

NOTA: El Partido expulsa a todos los que dan falsos informes o tratan de engañarlo.
Los compañeros deben informar sobre todas sus actuaciones; en caso que quieran tener máxima garantía de conspiración, pueden entregar el cuestionario directamente en manos del Comité Central del P. C. E.

Apêndice 2 — Ficha de desmobilização das Brigadas Internacionais de José Antunez Tomás



15

COMISARIADO DE GUERRA
DE LAS
BRIGADAS INTERNACIONALES

Pasaje Méndez Vigo, 5
B A R C E L O N A

Fecha Diciembre 7 de 1938

Apellidos Tomez Antunez Nombre Manuel Edad 31 años

Nacionalidad Potuguesa Oficio pozaro

Organización política y sindical a la que perteneces partido Comunita cindical UGT

Grado y función en fecha 1 de octubre de 1938 28 de octubre del 1928
Funcioon de sargento

Fecha de tu llegada a España 28 de octubre de 1938

Unidad a la que has sido enrolado 31 Brigada

Batallón 123 Compañía 1

Otras unidades a las que perteneciste durante tu estancia en España (la Brigada, Batallón, Compañía o lugar de formación y duración de tu afectación) 3 Grupo de Artilleria 1 Bateria

Ultima unidad 3 Grupo de Artilleria 1 Bateria

¿Qué funciones has desempeñado en el Ejército? Funcion de sargento

¿Has sido ascendido?

¿Qué grados consecutivos has recibido?

¿Cuándo has sido ascendido a los diferentes grados? .....

¿Has recibido un nombramiento oficial? .....

¿En qué luchas has tomado parte en primera línea? Guadarrama Huadilla del monte La Granja Segovia

¿En qué operaciones has participado? Pozuelo deAlarcon y la Granja

¿Cuándo? .....

¿Con qué funciones? .....

¿Con qué grado? .....

¿Cuánto tiempo has permanecido en el frente? .....

17 16

¿Nos quieres indicar períodos de tu estancia en el frente? .....

¿Has sido herido? ..... ¿Cuántas veces? ..... ¿Cuándo? .....

¿Bajo qué condiciones? .....

¿En qué combates? .....

¿Dónde? .....

¿En qué parte del cuerpo has sido herido? .....

¿En qué hospitales has estado hospitalizado? .....

¿Cuánto tiempo? .....

¿Qué camaradas pueden confirmar la veracidad de tus declaraciones? .....

¿Has estado alguna vez con permiso en el Extranjero? ..... ¿Cuánto tiempo? .....

¿Cuántas veces? ..... ¿Has estado con permiso dentro de España? .....

¿Dónde? .....

¿Cuánto tiempo? .....

¿Has sido elogiado por tus jefes? .....

¿Cuáles son los obreros u organizaciones antifascistas del Extranjero que pudieran interesarse directamente por ti? ....

¿Cuáles son sus direcciones? ....

Dinos en qué aspecto te pudieran ayudar directamente ....

¿Se sabe en tu país que te has marchado voluntariamente a España? si....

¿Puedes volver a tu país? .Cuando aya Muerto SALASAR y Compañia osea mjor dicho no puedo ir

¿En caso que no, por qué? ..ASUNTOS....politicos....y..Sociales desde 1926 y 1931....

¿Tienes documentos personales que puedan legalizar tu situación frente a las autoridades del país extranjero a que vayas?

.....No.....Carasco....de...todo..eso....

¿Has vivido ya en la emigración? ....si....

¿Dónde? ....~~Rusia~~xxx.....España....

Indícanos tu última dirección ....LAS.....ROZAS.....DE.....MADRID....

¿Qué trabajo realizabas allí? ...Albanileria....y....pozeria....

¿Dónde trabajaste? ..MI..ULTIMO..TRABAJO..ENLASE..FERROVIARIO..LAS..ROZAS..DE MADRID..

¿Crees tener la posibilidad de encontrar trabajo allí? ....

¿A qué Sindicato u organizaciones populares nos podemos dirigir para ayudarte a encontrar trabajo? ....

Danos sus direcciones ....

¿Tienes la posibilidad de vivir en otro país? ....

¿Cuál? ....

¿Dónde, exactamente? ....

¿Tienes allí amigos, camaradas, padres u organizaciones que puedan ayudarte?....

Danos su dirección ....

¿Qué idiomas hablas? ...Portugues..y..Español..y..un..poco..FRANCES....

¿Qué países tienen una emigración económicamente fuerte de tu nacionalidad?....EN.....~~FRANCIA~~....FRANCIA....

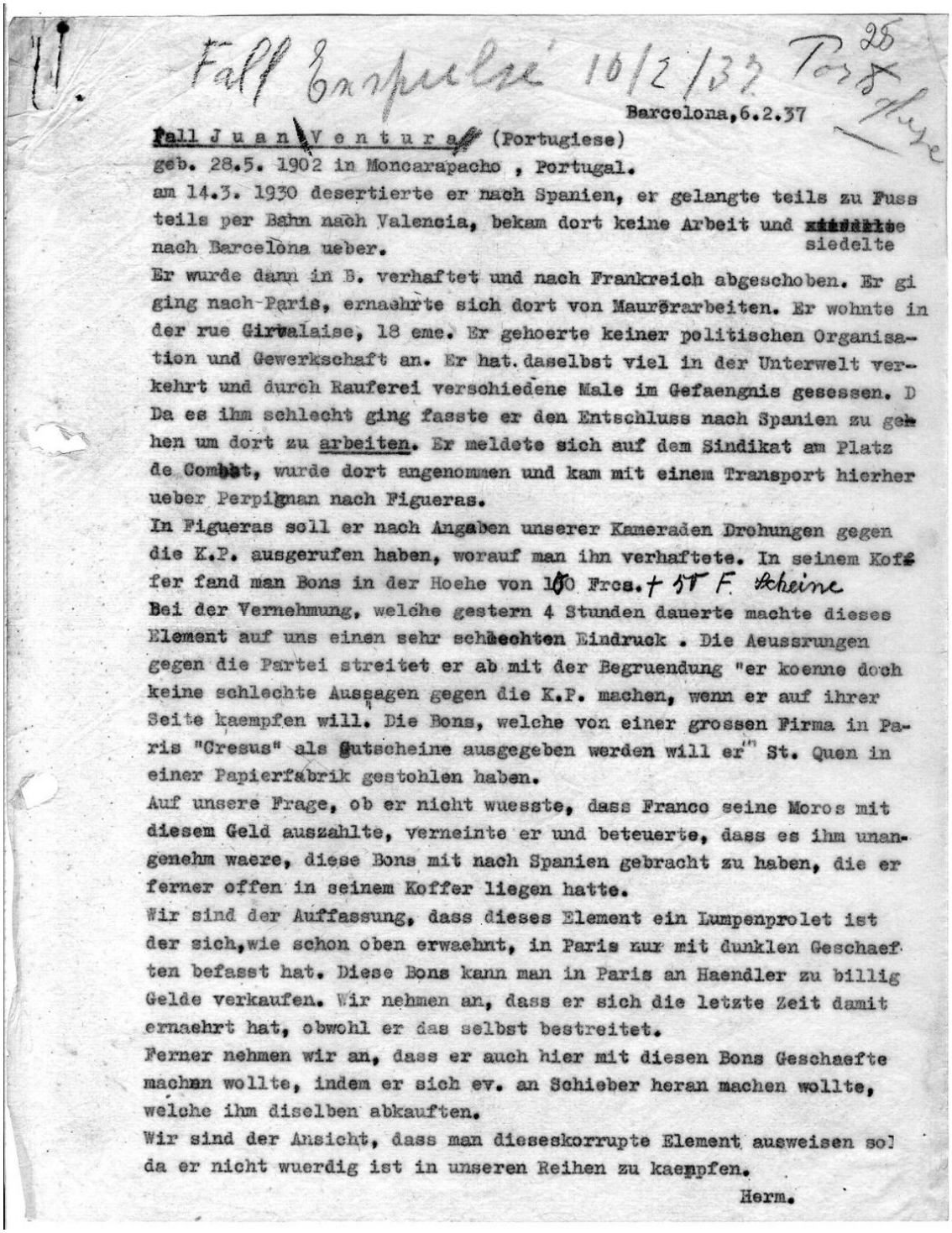
¿Cuáles son las organizaciones populares de emigrados a las cuales puede dirigirse eventualmente para que te ayuden?

.....Al....partido....MOMUNISTA....DE EMIGRACION..PORTUGUESA....

Indícanos las direcciones y los nombres de los responsables de estas organizaciones ....

Prensa Obrera—Valencia

Apêndice 3 — Carta acerca de Juan Ventura.



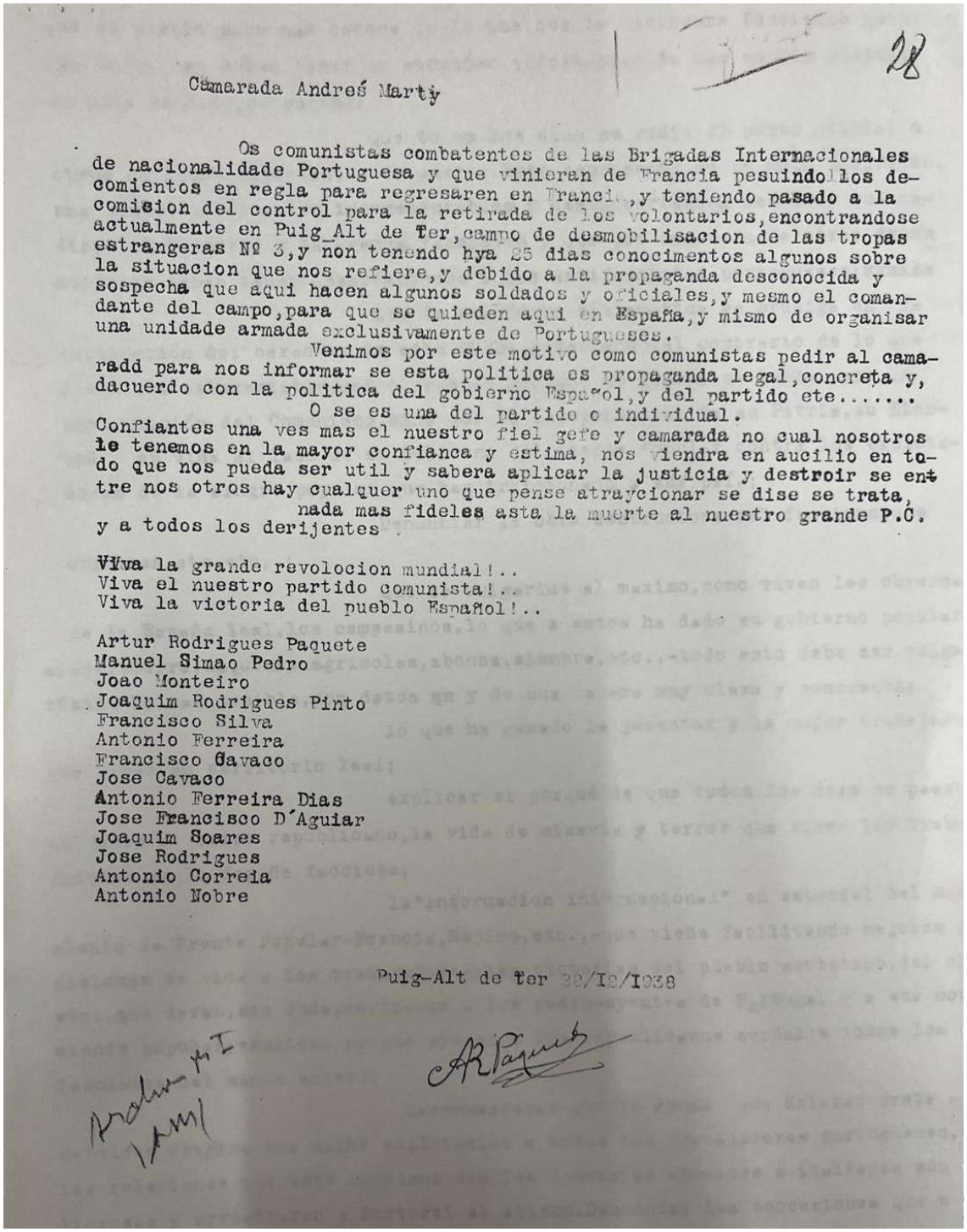
Fall Expulsi 10/2/37 Torr 25

Barcelona, 6.2.37

Fall Juan Ventura (Portugiese)
geb. 28.5. 1902 in Moncarapacho , Portugal.
am 14.3. 1930 desertierte er nach Spanien, er gelangte teils zu Fuss teils per Bahn nach Valencia, bekam dort keine Arbeit und siedelte nach Barcelona ueber.
Er wurde dann in B. verhaftet und nach Frankreich abgeschoben. Er ging nach Paris, ernaehrte sich dort von Maurerarbeiten. Er wohnte in der rue Girvalaise, 18 eme. Er gehoerte keiner politischen Organisation und Gewerkschaft an. Er hat daselbst viel in der Unterwelt verkehrt und durch Rauferei verschiedene Male im Gefaengnis gesessen. Da es ihm schlecht ging fasste er den Entschluss nach Spanien zu gehen um dort zu arbeiten. Er meldete sich auf dem Sindikat am Platz de Combat, wurde dort angenommen und kam mit einem Transport hierher ueber Perpignan nach Figueras.
In Figueras soll er nach Angaben unserer Kameraden Drohungen gegen die K.P. ausgerufen haben, worauf man ihn verhaftete. In seinem Koffer fand man Bons in der Hoehe von 100 Frcs. + 55 F. Scheine
Bei der Vernehmung, welche gestern 4 Stunden dauerte machte dieses Element auf uns einen sehr schlechten Eindruck . Die Aeussrungen gegen die Partei streitet er ab mit der Begruendung "er koenne doch keine schlechte Aussagen gegen die K.P. machen, wenn er auf ihrer Seite kaempfen will. Die Bons, welche von einer grossen Firma in Paris "Cresus" als Gutscheine ausgegeben werden will er" St. Quen in einer Papierfabrik gestohlen haben.
Auf unsere Frage, ob er nicht wuesste, dass Franco seine Moros mit diesem Geld auszahlte, verneinte er und beteuerte, dass es ihm unangenehm waere, diese Bons mit nach Spanien gebracht zu haben, die er ferner offen in seinem Koffer liegen hatte.
Wir sind der Auffassung, dass dieses Element ein Lumpenprolet ist der sich,wie schon oben erwaehnt, in Paris nur mit dunklen Geschaeften befasst hat. Diese Bons kann man in Paris an Haendler zu billig Gelde verkaufen. Wir nehmen an, dass er sich die letzte Zeit damit ernaehrt hat, obwohl er das selbst bestreitet.
Ferner nehmen wir an, dass er auch hier mit diesen Bons Geschaefte machen wollte, indem er sich ev. an Schieber heran machen wollte, welche ihm diselben abkauften.
Wir sind der Ansicht, dass man dieseskorrupte Element ausweisen sol da er nicht wuerdig ist in unseren Reihen zu kaempfen.

Herm.

Apêndice 4 — Carta dos comunistas portugueses a André Marty



28

Camarada Andreś Marty

Os comunistas combatentes de las Brigadas Internacionales de nacionalidade Portuguesa y que vinieran de Francia pesuindo los decomientos en regla para regresaren en Franci ,y teniendo pasado a la comision del control para la retirada de los volontarios,encontrandose actualmente en Puig_Alt de Ter,campo de desmobilisacion de las tropas estrangeras Nº 3,y non tenendo hya 85 dias conocimentos algunos sobre la situacion que nos refiere,y debido a la propaganda desconocida y sospecha que aqui hacen algunos soldados y oficiales,y mesmo el comandante del campo,para que se quieden aqui en España,y mismo de organisar una unidade armada exclusivamente de Portugueses.

Venimos por este motivo como comunistas pedir al camaradd para nos informar se esta politica es propaganda legal,concreta y, dacuerdo con la politica del gobierno Español,y del partido ete.....

O se es una del partido o individual.

Confiantes una ves mas el nuestro fiel gefe y camarada no cual nosotros le tenemos en la mayor confianca y estima, nos viendra en aucilio en todo que nos pueda ser util y sabera aplicar la justicia y destroir se entre nos otros hay cualquer uno que pense atraycionar se dise se trata, nada mas fideles asta la muerte al nuestro grande P.C. y a todos los derijentes .

Viva la grande revolocion mundial!..
Viva el nuestro partido comunista!..
Viva la victoria del pueblo Español!..

Artur Rodrigues Paquete
Manuel Simao Pedro
Joao Monteiro
Joaquim Rodrigues Pinto
Francisco Silva
Antonio Ferreira
Francisco Cavaco
Jose Cavaco
Antonio Ferreira Dias
Jose Francisco D´Aguiar
Joaquim Soares
Jose Rodrigues
Antonio Correia
Antonio Nobre

Puig-Alt de Ter 22/I2/1938

A R Paquete